

Franck Ribard

Organizador

A black silhouette of a statue stands on a pedestal on the left side of the cover. The statue is shown from the back, with its right arm raised high, holding a small object. The background is a light, textured wall.

**OS
USOS
POLÍTICOS
DO PASSADO**
debates contemporâneos

SER
TÃO
CULT

Franck Ribard

Organizador



**OS
USOS
POLÍTICOS
DO PASSADO**
debates contemporâneos

Sobral/CE
2020



OS USOS POLÍTICOS DO PASSADO: debates contemporâneos
© 2020 copyright by Franck Ribard (Org.)
Impresso no Brasil/Printed in Brasil



VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Coordenação

Ana Rita Fonteles Duarte
Ana Sara Cortez Irffi

Conselho Editorial

Antônio Maurício Dias da Costa (UFBA)
Fábio Leonardo Castelo Branco Brito (UFPI)
Flávio Weinstein Teixeira (UFPE)
Francisco Régis Lopes Ramos (UFC)
João Paulo Rodrigues (UFMT)
James Green (Brown University)
Kênia Sousa Rios (UFC)
Paula Godinho (Universidade Nova de Lisboa)



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaoocult.com
sertaoocult@gmail.com
www.editorasertaoocult.com

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antônio Jerfson Lins de Freitas

Revisão

Revisão textual de responsabilidade dos autores

Diagramação

Lucas Corrêa Borges

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

D612 Os usos políticos do passado: debates contemporâneos/
Franck Ribard (Org.). – Sobral, CE: Sertão Cult, 2020.

224p. (Mesa, v.1)

ISBN: 978-65-87429-70-0 - papel
ISBN: 978-65-87429-71-7 - e-book - pdf
Doi: 10.35260/87429717-2020

1. Brasil contemporâneo. 2. Pesquisa histórica. 3.
Memória. 4. Historiografia. I. Ribard, Franck. II.
Título.

CDD 981
907.2

Apresentação

“O presente atua como interlocutor do passado e, consecutivamente, como locutor do futuro”.
(BISPO DOS SANTOS, Antônio.
Colonização, Quilombos. Modos e significados.
Brasília: INCTI/UNB, 2015, p. 19.)

Os tempos são duros e as perspectivas futuras alarmantes!

A população e a sociedade brasileiras sofrem, acometidas pela pandemia e pela gestão calamitosa do governo federal que revela a preocupação criminal em acabar, não com a pobreza, não com a doença, mas com os pobres! Nessas horas, só nos resta a Luta, pautada na memória e na história das lutas e das resistências de outros tempos duros.

Acontece que, devido à importância crucial dessa História das Lutas, bem como do conhecimento em geral, a cultura e a educação sofrem duros ataques, calúnias, cortes de verbas, desqualificações por parte da elite política, econômica e midiática.

A produção do conhecimento, e aqui do conhecimento histórico, das ciências humanas e sociais, é tido como lugar estratégico de reflexão, de formação e de construção em torno do exercício de uma cidadania baseada, em grande parte, na capacidade crítica de enxergar o mundo e a vida. O fato dessas áreas, bem como a educação de forma geral, serem diretamente visadas por políticas específicas de

desmantelamento e de privatização, informa de maneira muito clara a natureza do projeto de exclusão e de exploração social visando à consolidação e ampliação dos privilégios da elite.

Nesse contexto, a realização do “VI Seminário Internacional História e Historiografia: os usos políticos do passado no Brasil contemporâneo”, além de um desafio claro por conta da forma remota em que foi desenvolvido, constitui-se, por sua abrangência, como um evento muito rico, reunindo participações numerosas oriundas, entre outros, de diferentes espaços da Rede Norte, Nordeste e Centro-Oeste de investigação e produção do conhecimento histórico.

O presente livro, que reúne contribuições de pesquisadores/docentes que compuseram mesas-redondas ou que proferiram conferências, ilustra perfeitamente a dinâmica de intercâmbio e de conexão projetada no evento, com artigos de colegas provenientes de estados como Amapá, Amazonas, Pará, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia. O caráter internacional do seminário e a articulação da rede com os seus parceiros fora do Brasil aparecem nos trabalhos, oriundos das conferências de Paula Godinho (FCSH-NOVA. Portugal) e James N. Green (Brown University - Rhode Island - USA).

O tema das políticas da memória, centro das reflexões de muitos artigos apresentados aqui, é introduzido de forma magistral por Paula Godinho, que nos convida a uma análise detalhada dos processos que, em Portugal, seguindo a derrocada da Revolução de 1974, da reforma agrária, conduziram à implementação da política que aniquilou “o movimento social da revolução e sobrepôs o direito de propriedade aos outros”. Tomando como ponto de partida a sua pesquisa no Couço, “numa localidade do sul de Portugal, marcada pela resistência contra o Estado Novo e por uma cultura comunista, em que o envolvimento no processo de reforma agrária foi marcante”, percebe nos meandros da memória e da experiência camponesa recente da região uma “forclusão dos horizontes da expectativa,

que aparentemente impediu a memória da reforma agrária de ligar o passado e o futuro (e) está associada à ausência de esperança, que tornaria o campo da experiência obsoleto”.

De forma geral, a coletânea nos convida a acompanhar trabalhos de investigação científica que apreendem e problematizam temas e tempos que são hoje objetos de tentativas de cooptação, de confisco dos seus sentidos e dos seus significados reais, através da propagação de slogans, de uma propaganda revisionista, de uma “matracagem” midiática, nas redes sociais, através dos quais tentam emplacar, à força, narrativas e visões caricaturais, por exemplo, do período da ditadura no Brasil.

A estas tentativas de manipulação, de “glamourização” de um dos períodos mais sangrentos e repressivo da história deste país, os pesquisadores opõem pesquisas sedimentadas, envolvendo fontes diversas que, inclusive, ampliaram ultimamente com a liberação do acesso a parte das fontes sobre o período. Assim, percebemos, através destas pesquisas, a possibilidade real de comparar e aproximar o período presente, as suas incertezas e perigos, do momento histórico que precedeu e que seguiu durante as “trevas”. Vemos, acompanhando o artigo de Antônio Mauricio Freitas Brito, que a desinformação já existia na década de 1960, quando “membros das comunidades de informações e segurança difundiram um discurso anticomunista associando comunismo, juventude, subversão, drogas e sexo”. A “cruzada anticomunista”, que atingiu os diversos espaços da nação, articulou-se com mobilizações que se voltaram para as “identidades de gênero”, como informa Ana Rita Fonteles Duarte, que estuda as organizações de mulheres e “a estratégia de mobilização nacional também como uma mobilização de identidades de gênero, a fim de estruturar e legitimar o regime militar”.

Nestes tempos de reabilitação da ditadura militar e de apologias à tortura, César Augusto Bubolz Queirós, que estuda a guerrilha e a repressão no Rio Negro (Amazonas), enfatiza a importância de se

debruçar sobre o “significado desses anos de chumbo e de severas violações sobre os direitos humanos cometidos por um Estado ditatorial e autoritário ou em nome dele”. Surge então a valorização da memória das lutas e daqueles que se sacrificaram pela liberdade. “A luta desses sujeitos esquecidos pela história deve ser lembrada e celebrada”.

Ainda se relacionando com os tempos da ditadura, outras fontes e outras perspectivas compõem o quadro analítico trazido por Fábio Leonardo Castelo Branco Brito, que toma por objeto os ditos e escritos do poeta e letrista piauiense Torquato Pereira de Araújo Neto (1971-72), que “constituía seu modo de pensar e agir no ato de colocar nas beiradas, extrapolar as possibilidades da linguagem, mesmo que, para isso, precisasse destruir-se juntamente com ela”. O diálogo estabelecido com Torquato Neto, a sua trajetória e postura verdadeira, sem concessões, as relações tensas e ricas com o movimento tropicalista, o cinema novo, fazem dele um ator e testemunho agudo do seu tempo.

A questão central dos embates em torno das memórias da ditadura envolve igualmente as instituições e, em particular, os acontecimentos que se desenvolveram no âmbito da Universidade Pública, como revela o caso da Universidade Federal do Pará (UFPA, Belém), pesquisado por Edilza Joana Oliveira Fontes, em torno da qual existe, até hoje, um discurso que “30 anos depois continua afirmando que não houve constrangimento em relação aos governos militares. A UFPA tem que repensar a sua história”.

O período da ditadura militar deu origem a inúmeras e amplas pesquisas científicas de qualidade que o documentaram, sob múltiplos aspectos. Por outro lado, há de se destacar a persistência de ideias errôneas e de clichés tendenciosos manifestados na opinião pública e, em particular, na juventude. Kleiton de Sousa Moraes, na sua condição de coordenador do Programa Institucional de Bolsas

de Iniciação à Docência (PIBID), na subárea História-Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), deparouse com as dificuldades descritas pelos bolsistas em abordar o tema da ditadura na escola, na medida em que encontravam, nos alunos, desconforto, gozações e desdém pelas propostas de “condenação ética da tortura, da morte e do desapareço pela democracia”. É o ponto inicial da sua ampla reflexão sobre a necessária “aproximação entre Ensino da História e Teoria da História”.

De fato, as questões da formação dos professores de história e da relação entre a universidade e a “escola” aparecem como cruciais na perspectiva de enfrentar os desafios de uma educação inclusiva. Margarida Maria Dias de Oliveira, partindo da constatação da necessária reinvenção da profissão de professor de história, reflete, inclusive a partir do contexto da pandemia, sobre as implicações relativas à “necessidade de os alunos aprenderem a ler o tempo”.

Esse é o nosso desafio. Pensar o ensino, a formação do futuro professor de história, levando em conta as demandas, os problemas, as linguagens e os perfis específicos dos alunos do ensino fundamental e médio, na busca de fazer deles sujeitos conscientes da História, cidadãos atores das suas vidas e construindo o futuro da sociedade.

Os elementos em jogo na emergência de novas consciências são incomensuráveis, à imagem da natureza dos imensos problemas históricos, que acometem a sociedade. Dentro deles, o problema do racismo estrutural e da desigualdade e exploração racial, cujos dados atuais (2003-2020), analisados por Franck Ribard, apontam em direção a uma dupla constatação: o caráter radical e profundo da fratura social representada pelo racismo brasileiro por um lado e, por outro, a importância fundamental dos diversos mecanismos educacionais de políticas afirmativas implementados desde 2003, que, mesmo sob o fogo ameaçador da política excludente do governo atual, encar-

nam possibilidades reais, a termo, através da educação, de entrever melhoras.

O meio ambiente e a destruição da Amazônia são outros temas quentes da atualidade, que preocupam demasiadamente e trazem a necessidade de novas políticas. Sidney Lobato, cujo artigo trata inicialmente do caso amapaense, opera uma genealogia dos projetos econômicos predatórios na região partindo do período da ditadura militar, quando a política desenvolvimentista, atrelada a uma perspectiva exclusiva do capitalismo e um discurso de “progresso”, foi responsável pela ocorrência de “enormes desastres ambientais”, ocasionando “Indígenas tratados como não humanos e vitimados por expedições punitivas, camponeses expropriados, escravizados e assinados, vultoso êxodo rural, segregação urbana e truculência policial...”. Explora em seguida as condições históricas que permitiram a emergência de um novo modelo, “baseado na diretriz da sustentabilidade”.

Os tempos são difíceis e a política do governo federal brasileiro, à qual se sobrepõem a gestão e os efeitos desastrosos da pandemia, conduzem a uma situação angustiante. Cabe a nós historiadores analisar e compreender os processos em curso, situando-os em escalas maiores, operando genealogias que nos permitam apreender a natureza das dinâmicas que culminaram nas tendências atuais.

Nesse sentido, James. N. Green, especialista estadunidense da História do Brasil, nos lembra que “Não há dúvida de que há uma onda autoritária de extrema direita varrendo o globo”. Desenvolve, no seu artigo, uma reflexão que busca responder a uma pergunta inicial: “O que é que nós estamos vivendo no Brasil de hoje?”. Na sua argumentação, o autor aborda tendências da cultura política, características da história do Brasil, que ele apresenta em cinco pontos importantes, que atrasaram o fortalecimento da democracia brasileira e a busca por justiça social: “(1) a tradição duradoura de um executivo

forte com amplos poderes discricionários; (2) a importância do carisma dos líderes na construção de vínculos estreitos entre o Estado e o povo; (3) a dinâmica política generalizada de conciliação que tenta encontrar acordos políticos para evitar conflitos entre as classes dominantes; (4) a persistente dependência do Estado como um meio de garantir sistemas de clientelismo que reforçam as ligações de redes sociais pessoais e sustentam o poder político estabelecido; e (5) a influência dos militares brasileiros sobre a política nos séculos XIX e XX”. Detalhando esses pontos numa leitura da história política contemporânea, o pesquisador não deixa dúvidas quanto ao fato de os cinco legados da história brasileira mencionados estarem bem presentes no governo e na configuração política atuais.

Quero concluir esta apresentação deixando registradas manifestações expressas pelos autores e que testemunham a “obrigação ética e política de professores de história serem agentes do seu tempo” (Margarida Maria Dias de Oliveira). Enfatizar a nossa solidariedade, “Estamos juntos, mesmo que distantes” e dedicar “essa fala a todas as vítimas do vírus, da negligência e do descaso em nosso país” (César Augusto Bubolz Queirós). Enfrentamos um período difícil, “em tempos que o inimigo nos espreita em cada esquina”, por isso: “Reajamós!” (Kleiton de Sousa Moraes). Precisamos manter viva a esperança: “As mobilizações retornarão e as forças progressistas voltarão ao poder novamente. Nós devemos ser pacientes e determinados [...] nossa melhor arma no momento é a solidariedade mútua para oferecer apoio à medida que nos confrontamos e lutamos contra o que está entre nós” (James. N. Green).

Boa leitura!

Franck Ribard

Sumário

Brechas de esperança: revolução portuguesa, reforma agrária e políticas de memória - Paula Godinho (Universidade Nova de Lisboa) / 13

Democracia, direitos humanos e os legados do passado - James Green (Brown University) / 45

Ditadura e políticas de comportamento: entre o controle e a transgressão

Questões de gênero na doutrina de segurança nacional: outra face da ditadura civil-militar brasileira - Ana Rita Fonteles Duarte (Universidade Federal do Ceará) / 65

Juventude e subversões comportamentais em Teresina na década de 1970 - Fábio Leonardo Castelo Branco Brito (Universidade Federal do Piauí) / 81

As comunidades de informação e a "toxicomania comunista" durante a ditadura - Maurício Brito (Universidade Federal da Bahia) / 101

O Golpe de 1964 e a Ditadura na Amazônia: disputas pela memória e usos políticos do passado

"Amazônia em Armas": guerrilha e repressão no Rio Negro - César Augusto Bubolz Queirós (Universidade Federal do Amazonas) / 117

Futuros-passados amazônicos: debates em torno das políticas desenvolvimentistas da Ditadura para a Amazônia - Sidney Lobato (Universidade Federal do Amapá) / 135

A UFPA e a memória da ditadura militar: a produção do silêncio sobre as violações dos direitos humanos - Edilza Fontes (Universidade Federal do Pará) / 155

Liberdade, cidadania e produção de conhecimento

Liberdade e cidadania no Ceará: perspectivas historiográficas - Franck Ribard (Universidade Federal do Ceará) / 179

A formação pela forma ou o PIBID História/Sociologia além do conhecimento - Kleiton de Sousa Moraes (Universidade Federal do Ceará) / 195

Formação dos professores de história: os desafios de uma profissão em processo de reinvenção - Margarida Maria Dias de Oliveira (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) / 213

Brechas de esperança revolução portuguesa, reforma agrária e políticas de memória¹

Paula Godinho²

Une immense allégresse s'empare de la ville. On dansait, on chantait, on riait. Les té moignages du jour parlent d'une ambiance folle, exuberante, jamais vue. La joie. Celand'arrive pas tous les jours, la joie. Et elle se difusa de toutes les parts, remonta les avenues, les rues tortillantes, les escaliers pourris, penetra les galetas, cribla le fleuve, enfonça les portes, coupa les ponts.

Éric Vuillard, 14 juillet, Paris, Babel, 2016, p. 198

- 1 Este texto é a versão em língua portuguesa, e mais longa, de um outro (Paula Godinho, "Inventar la democracia, abrir brechas de esperanza: la revolución portuguesa y la reforma agrária", In Carme Molinero e Pèrre Ysàs, *Transiciones - Estudios sobre Europa del Sur y América Latina*, Barcelona, Catarata:2019, p. 198-221), a cujos organizadores e editorial agradeço a autorização para publicar esta versão. É devedor do projeto "Transiciones a la democracia en el sur de Europa y en América Latina: España, Portugal, Argentina y Chile", financiado pelo Ministerio de Economía y Competitividad de España, coordenado por Carme Molinero (UAB) y Pere Ysàs (UAB), com a referência: HAR2015-63657-P. Para escrevê-lo beneficieei da serenidade de uma estadia de alguns meses em Santiago de Compostela, mediante uma bolsa de licença sabática concedida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. É uma versão reduzida, redirecionada e conceptualmente distinta de uma parte de *O futuro é para sempre - Experiência, expectativa e práticas possíveis*, Letra Livre/ Através Editores, Lisboa e Santiago de Compostela, 2017. Estou também grata ao projeto *REVFALL: Reversing the Genealogies of Unsuccess, 16th-19th centuries*, no âmbito do programa RISE, Marie Skłodowska Curie Actions (H2020-MSCA-RISE, Grant Agreement: 823998).
- 2 Paula Godinho (PhD Antropologia, FCSH-NOVA), investigadora IHC-NOVA e professora associada com agregação no Departamento de Antropologia da FCSH-Universidade Nova de Lisboa. Fundadora da Red(e) Ibero-Americana Resistência e/y Memória e membro do grupo de trabalho CLACSO "Izquierdas: praxis y transformación social" (2019-2022). Prémio Xesús Taboada Chivite, 2008 (Galiza, Espanha), Xuiza honorária pela Asociación de Amigos do Couto Mixto, Galiza, 2011, Arraiana Maior pela Asociación Arraianos (Galiza, 2017). Vários anos de trabalho de campo em Portugal, na fronteira, na Galiza, no Brasil, sobre reprodução social, festas e rituais, resistência e movimentos sociais, usos políticos da memória e práticas do património, processos de emblematização, turistificação e mercantilização da cultura, topografias do poder, culturas de fronteira e nacionalismos de diáspora. Participou em 16 projetos científicos financiados, 8 dos quais internacionais (União Europeia, Espanha, México). Docente convidada/conferencista em várias universidades estrangeiras (Espanha, França, México, Brasil, Argentina, Uruguai, Chile).

SOMBRAS TEIMOSAS: A REFORMA AGRÁRIA E A TRANSIÇÃO PORTUGUESA PARA A DEMOCRACIA

Numa obra de reflexão sobre a revolução portuguesa de 1974-75, Manuela Cruzeiro escolhe como epígrafe uma frase de Léon Trotsky: “Todas as Revoluções são impossíveis até que se tornem inevitáveis” (*cit.* CRUZEIRO, 2017, p. 15). Além do golpe militar, “entre o 25 de Abril de 1974 e o 25 de Novembro de 1975, algo de radicalmente novo aconteceu, cuja natureza não pode ser avaliada apenas pelo resultado final” (CRUZEIRO, 2017, p. 25): tratou-se de um processo de transição para a democracia por meio de uma revolução. No posfácio a *Portugal, a revolução impossível*, de Phil Mailer, uma obra escrita em 1976, a partir de apontamentos do jornalista irlandês que seguiu a revolução portuguesa, Maurice Brighton salienta o caráter desse tempo, “as esperanças, o tremendo entusiasmo, a energia sem limites, o empenho total, o poder libertado, e mesmo a inocência revolucionária de milhares de pessoas vulgares que participaram na remodelação das suas vidas” (*in* MAILER, 2018, p. 357). Dessa excepcionalidade, escreve Ricardo Noronha: “É desde logo necessário persuadir o leitor a suspender a sua descrença, face à sucessão de insólitas ocorrências que caracterizaram esse tempo quase ficcional, habitado por personagens vagamente surreais, no qual a custo se identificam as origens do regime político em que vivemos” (NORONHA, 2018, p. ix).

Ao contrário de outros processos de transição pactuados entre os grupos dominantes – Espanha, Argentina, Brasil, Chile, por exemplo –, os dezenove meses que mediaram entre Abril de 1974 e Novembro de 1975 parecem ser um resíduo de um tempo que é difícil de reencontrar, com um entendimento da democracia “como deliberação direta, sem delegação ou mediação, nas empresas, nas escolas, nos campos e nos bairros” (NORONHA; TRINDADE, 2019, p. 53). Conquanto a partir de um golpe militar, a democracia foi conquistada nas ruas, em desobediência às

instruções dos insurrectos, cujos objetivos eram mais reduzidos. Foi “conquistada e não outorgada, fruto de uma rotura revolucionária que se sucedeu à incapacidade histórica da iniciativa auto-reformadora do regime ou mesmo de qualquer transição pactuada.” (ROSAS, 2004, p. 48). Só depois foi consagrada nas leis: “No processo revolucionário, essa democracia política foi democracia na fábrica, no bairro, na escola, na cooperativa, ao mesmo tempo em que o era nas urnas, isto é, foi um instrumento central no processo de conquistas sociais” (ROSAS, 2004, p. 22).

Como nota Manuela Cruzeiro, escrever sobre a revolução e o processo revolucionário parece anacrônico, quando “o horizonte de possibilidades transformadoras é significativamente reduzido a pequenas operações de ajustamento e correção” (CRUZEIRO, 2017, p. 35), quando os momentos de aceleração da história são vencidos e a diminuição das diferenças sociais seria alegadamente conseguida com reformas, conquanto estas só ocorram em momentos de desenvolvimento econômico e por receio de uma revolução (CRUZEIRO, 2017, p. 35). Para Manuel Loff (2015), a interpretação neoliberal dos processos históricos escolhe os formatos de mudança, preferindo os que são tidos como naturais e moderados, sem incômodo para as classes dominantes, àqueles que as puseram em causa. A comemoração do trigésimo aniversário do 25 de Abril, com uma comissão presidida pelo historiador António Costa Pinto, escolheu o lema «Abril é evolução», como se a democracia resultasse da continuidade de um processo iniciado ainda no marcelismo. Para o governo de centro-direita de então – PSD-PP –, foi bastante conveniente essa manipulação histórica, que visava ab-rogar a revolução e exaltar o presente neoliberal, entre amnésia e mentira (CRUZEIRO, 2017, p. 43n):

Contrapõe-se assim revolução, diabolizada ou minimizada como epifenómeno ou crise insignificante, e democracia, numa operação de propaganda ideológica, sem qualquer sustentação histórica, legitimando um caminho para a sociedade portuguesa que passa pela liquidação de uma parte

essencial do património de conquistas sociais, culturais e políticas iniciadas em 1974 e consagradas constitucionalmente em 1976 (CRUZEIRO, 2017, p. 43n).

Tão persistentes como conflituosas, as recordações dos processos de política popular, erguidas *de baixo para cima* nas ruas e praças, nos tempos após o golpe de 1974, enquadram a criação de comissões de moradores, de trabalhadores, a ocupação de casas devolutas para habitação ou para funções sociais, a tomada de terras e um processo de reforma agrária, campanhas de alfabetização promovidas, construção de casas para os que não possuíam, assembleias de discussão e decisão, que enquadram o modo de inventar a democracia, num país que tinha ficado arredado dela por 48 anos. Abordar a reorganização do poder após uma revolução evidencia que a *Grande História* se faz a partir dos centros, e menos do “museu vivo de memórias pequenas e esquecidas”, título de um espetáculo da *performer* Joana Craveiro, que encena as *memórias fracas* (TRAVERSO, 2005) da longa ditadura portuguesa e do processo revolucionário.

A partir do campo das possibilidades, a transição portuguesa esboçou uma revolução, que foi derrotada. A reforma agrária constitui o centro deste texto, cujo objetivo é interrogar a relação entre o passado e o futuro a partir do rasto da revolução. O argumento assenta em primeiro lugar na relação direta entre a ausência de políticas públicas de memória e a forclusão de um momento de derrota, entendida como impossibilidade ligar a experiência e a expectativa. Depois, situa a relação entre o passado ditatorial e o porvir empolgante e febril, que constitui um raio de esperança a transcender o momento em que ocorre. Em terceiro lugar, salienta que os ecos teimosos da crise revolucionária portuguesa enquadram a memória coletiva (HABWACHS, 1950) dos que a partilharam e dos que provêm de segmentos à esquerda, no espectro político, conquanto só em conjunturas determinadas consigam a inscrição pública. Ou seja,

a reforma agrária logra inscrição coletiva e grupal, mas não logram o averbamento na memória da sociedade: pôr em causa um regime de propriedade latifundiária e pretender outros modos de organização da produção é um anátema na memória pública, mesmo em momentos do ano propensos a comemorações.

Este ensaio resulta de uma pesquisa bibliográfica e de arquivo, de um trabalho de campo de catorze meses, entre 1994-95, realizado na vila do Couço, no concelho de Coruche, distrito de Santarém, um local com uma história marcada pela resistência em relação ao regime salazarista. Posteriormente, foram feitas revisitações a esse terreno e acedeu-se, no verão de 2016, aos arquivos das cooperativas locais, que se encontram à guarda da biblioteca de Montemor-o-Novo, agora acessíveis para a investigação. A investigação de proximidade, com pesquisa de terreno e observação direta e participante, procurou as pessoas como individualidades concretas ou como agentes sociais diferenciados, e trouxe a sua experiência de volta à construção da democracia (FOWERAKER, 1989, p. 3).

O processo de reforma agrária abrangeu mais de 40% do território português, numa zona com um amplo proletariado agrícola e alguns latifundiários, com lutas de classes que envolveram momentos de confronto e rotinas de resistência (SCOTT, 1985), ao longo do século XX (PEREIRA, 1983; GODINHO, 2001; FONSECA; FREIRE; GODINHO, 2004). Embora exista uma vasta produção por parte das ciências sociais em torno dele (ALMADA, s/d; ALMEIDA, 2006; BALABANIAN, 1984; BALABANIAN; BOUET, 1987; BAPTISTA, 1978, 1986, 1998, 2003, 2010; BARRETO, 1983; BARROS, 1979, 1986; BERMEIO, 1988; BRANCO, 1995; CALDAS, 1978; DRAIN, 1989; ESTRELA, 1978; FERNANDES, 2006; GODINHO, 2017, 2019; LAFFON, 1985, 1996; CARDOSO, 1976; MACEDO, s/d; PEREIRA, 1983; PIÇARRA, 2000, 2009), parece assemelhar-se a um objeto que flutua num tempo passado, como se essa experiência não servisse para pensar o porvir, conquanto vivamos

um momento em que os regimes de produção de alimentos acompanham a distribuição global das desigualdades.

A sociedade rural do sul de Portugal envelheceu, o interior perdeu população, e a que resta vive, sobretudo, de pensões, subsídios e de biscates. Quando a reforma agrária foi derrotada, outros caminhos tiveram de ser encontrados pelos que a fizeram. Virginie Laffon (1996, p. 544), uma antropóloga francesa que acompanhou o processo na Amareleja, apontava na década de 1990 para uma *pluriactividade do desenrasca*, ao mesmo tempo em que se iam desenhando projetos de agricultura capitalista, lesiva dos recursos da terra, da água, do ar e do trabalho. Aqui viria a instalar-se o cultivo intensivo e superintensivo de oliveira e amendoeira, que usa, sobretudo, mão de obra estrangeira, vulnerável e desorganizada.

Percorrer no verão de 2019 os campos do sul de Portugal, que integraram a designada ZIRA – Zona de Intervenção da Reforma Agrária –, é deparar com extensões de monocultura de oliveira e com um cheiro penetrante a azeitonas esmagadas, a partir dos lagares existentes, que tornam a vida difícil a quem ali permanece³. Mais a sul, no litoral, as estufas de produção de legumes ocupam a paisagem. As associações de imigrantes denunciam a existência de trabalhadores fragilizados e com escassos direitos. Passaram 45 anos do início do processo revolucionário, e depois de derrotada a tentativa do movimento de trabalhadores rurais no sentido de promover, com a Reforma Agrária, um desenvolvimento assente no trabalho da terra, seguiu-se a Política Agrícola Comum (PAC),

com uma capitalização e intensificação nas manchas de melhores solos, enquanto, na maior parte do vasto campo alentejano, a plantação de eucalipto ladeia montados de sobre e azinho e, sobretudo, as imensas áreas onde o ex-

3 Ver: https://navegantes-de-ideias.blogspot.com/2018/01/o-fim-da-planicie-e-morte-do-azeite-um.html?fbclid=IwAR1mes7vAf0Q_-d4m2BCI7EdpqBDNUuoB8V3ZWmu3Er-6Zz1spm8NttngCMc.

tensivo e a simulação do cultivo agrícola (semear, receber o subsídio, mas não colher) se confunde e se repercutiu na organização do processo de trabalho, enquanto declinava o seu peso na economia e na sociedade. [...] Finalmente, alteraram-se os contornos da sociedade rural e a sua relação com a questão da terra. Paralelamente, muitas vezes, com o abandono. Mas é precisamente este panorama que permite à grande propriedade fundiária arrecadar um imenso caudal de subsídios. Esta é uma situação que ainda tende a empurrar para fora do Alentejo mais população e que, somada à debilidade das atividades produtivas não agrícolas, apenas deixa vislumbrar o continuado erosionamento da sociedade rural (BAPTISTA, 1996, p. 65).

Se em 1996 este era o panorama de que dava conta Fernando Oliveira Baptista, a exploração atual dos terrenos, com um desgaste rápido da terra e da água, às mãos do grande capital internacional, torna difícil perceber a revolução de 1974-75, um tempo em que palavras como “igualdade”, “socialismo” e “novo” integravam o léxico e construíam práticas.

Numa referência às políticas de memória nas transições democráticas, conquanto centrados no caso espanhol, Gregorio Alonso e Diego Cano destacam os usos do passado, porque todos os regimes democráticos que se erguem a seguir a ditaduras se confrontam com um problema de desmemória, devido à participação de uma parte da população no apoio ao regime anterior (ALONSO; CANO, 2011, p. 10-11). Assim, seria uma necessidade advinda de cumplicidades com o anterior regime, pois os habitantes de cada país continuam a ser os mesmos. Porém, no caso espanhol, existiu um pacto de silêncio na passagem para a democracia, que se destinou, sobretudo, a não incomodar as suas elites, comprometidas com o franquismo. Em Portugal, com uma transição que passa por um processo revolucionário, a seguir ao golpe militar de 25 de Abril,

O que está em jogo é, pois, saber se é possível olhar este período como um continuum, uma sequência histórica, um processo teleologicamente conducente ao seu próprio fim

– o 25 de Novembro de 1975 -, ou se, pelo contrário, esse epílogo não foi uma fatalidade, mas antes uma possibilidade, vitoriosa sem dúvida, mas sempre uma possibilidade entre outras, que, vencidas embora, não deixaram de marcar o processo e os seus protagonistas (CRUZEIRO, 2017, p. 47).

A reforma agrária visou a transformação de uma estrutura agrária extremada, com uma cultura em que as classes desempenharam um papel fundamental. É nessa relação entre o papel das classes e a força da memória de um processo revolucionário que procuraremos o caminho.

É TÃO GRANDE O ALENTEJO / TANTA TERRA ABANDONADA

Esses versos iniciam um dos mais conhecidos exemplos do «cante» alentejano, uma expressão musical do sul de Portugal que, desde 2014, está classificado pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade. A conversão em patrimônio imaterial insere o cante numa dimensão que exalta o valor de troca, com a recuperação comercial e os usos políticos concomitantes, bem distante das práticas da cultura dos grupos sociais subalternos do sul, no passado.

Contudo, há um elemento fulcral, recoberto pela ganga que se associa às suas funções mais recentes: o *cante* é uma manifestação cultural que marcou a passagem do tempo individual e coletivo. Os processos de emblematização atuais, numa *segunda vida* a que não é alheia a sua classificação como patrimônio imaterial da humanidade por parte da Unesco, que o ressignificou e valorizou, são um aspecto recente. A visão folclorista, que lhe fora conferida pelas políticas culturais do Estado Novo, já havia cristalizado um modo de apresentação pública dos cantores, com trajes que recobriam a divisão técnica do trabalho, e obnubilavam a divisão social. Mais recentemente, a revitalização resgata a autoestima dos que vivem ou provêm de uma

terra exaurida, sem gente. À classificação patrimonializante juntam-se fenômenos de festivalização e mercantilização, com apresentações públicas distanciadas do contexto de partida. Esses processos de unescoização da cultura popular são um ponto de chegada legível em paralelo com uma concentração no Alentejo de formatos de exploração da terra que incluem cultivos superintensivos, com escassa utilização de mão de obra, e que esgotam os recursos locais.

Neste sul, a “questão agrária”, emblematicamente pelo cante e alvo do aproveitamento lesivo dos campos, em simultâneo, acompanhara a história portuguesa por quase dois séculos. A sua abordagem insere-se numa tradição que denunciava o atraso comparativo na agricultura – e, por consequência, na economia portuguesa. Assim fora desde as *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, de 1789 a 1815. Já no século XX, durante o Estado Novo, conjugaram-se propostas de hidráulica agrícola, povoamento florestal e colonização interna, com a Campanha do Trigo, a partir de 1929, que respondia aos interesses dos agraristas, florestais e industrialistas (ESTÊVÃO, 1983). Na década final do Estado Novo, aparentemente, tornara-se menos relevante a necessidade de uma Reforma Agrária, porque o latifúndio se fora transformando em modernas explorações capitalistas. Tinham sido abandonadas as parcelas menos rentáveis e passara a sobrar terra, devido ao impacto dos fenômenos migratórios e da guerra colonial.

Após o 25 de Abril de 1974, a reforma agrária integrará grande parte dos programas dos partidos políticos portugueses, da esquerda ao centro-direita. Sob o lema *A terra a quem a trabalha!*, constituiu provavelmente o traço mais avançado do processo revolucionário português, ao pôr em causa uma estrutura rural assente em latifundiários e num proletariado rural que se insurgira inúmeras vezes ao longo do século XX, aproveitando conjunturas nacionais favoráveis e momentos do ciclo agrícola anual, em que passavam da defensiva à ofensiva (PEREIRA, 1983). Salvo em zonas nas quais os peque-

nos e médios produtores tivessem algum impacto, as lutas tendiam a generalizar-se, centradas nas condições de trabalho e remuneração: exigiam-se paragens no ritmo de laboração – como o direito à «fumaça», ou seja, a interromper o trabalho para enrolar um cigarro e fumar, primeiro para os homens e, mais tarde, para as mulheres –, o aumento de salários, o emprego em obras públicas nos momentos de carência, a redução do horário de trabalho ou reivindicações mais específicas e localizadas. Como observa Margarida Fernandes, “O que distingue a Reforma Agrária Portuguesa da segunda metade dos anos 70 dos movimentos de trabalhadores agrícolas que a precederam é precisamente a apropriação, em larga escala, de terras e dos meios de produção por parte dos trabalhadores.” (FERNANDES, 2006, p. 182). Contudo, a exigência d’*A terra a quem a trabalha!* não significou a reivindicação da sua repartição. A “fome de terra” e a exigência do reparto, deletadas nas movimentações rurais andaluzas ao longo do séc. XX, são descontinuadas na fronteira, e a reivindicação de garantias de emprego e salário é contínua ao longo do séc. XX.

Na longa duração, as injustiças sociais e a desigualdade econômica caracterizaram a situação dos assalariados do sul de Portugal. Embora a resistência tenha sido constante, necessitaram de uma conjuntura adequada para a tentativa de implantação de um novo modelo econômico e de sociedade, usando os seus quadros mentais e paradigmas sobre o porvir, que enquadravam uma cultura comunista, endêmica no Sul, a partir sobretudo dos anos 1940. Mantendo em continuidade os espaços da experiência e os horizontes da expectativa, a organização das novas unidades de produção resultou dos “modelos de futuro” dos trabalhadores, concatenando a grande dimensão, uma ideia de progresso ligada às máquinas, e a opção coletiva em vez da individual, por meio dos seus percursos e experiências (BAPTISTA, 2010, p. 132).

As condições para pôr em prática esse modelo cooperativo surgiram no período que se seguiu ao 25 de Abril. A ZIRA (Zona

de Intervenção da Reforma Agrária) correspondeu a 40,9% da superfície total do Continente português, abrangendo 3.640.153 hectares (Macedo, s/d:19), numa superfície que era então habitada por 1.319.835 pessoas (MACEDO, s/d, p. 33). Mais de um milhão e cem mil hectares de terras foi ocupado, criando-se mais de 500 cooperativas e assegurando 45 mil postos de trabalho (BAPTISTA, 2010, p. 215). Sem patrão e sem feitor, os trabalhadores organizaram-se para gerir as grandes unidades coletivas de produção que foram criadas.

Apesar de toda essa imensa região, o âmbito da reforma agrária foi sempre regional e compreendia os distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal, a parte sul dos distritos de Castelo Branco, de Santarém, os concelhos de Vila Franca de Xira e Azambuja, no distrito de Lisboa, e as freguesias do distrito de Faro, limítrofes do distrito de Beja (BARROS, 1979, p. 27). O norte de Portugal, com um modelo camponês familiar, onde o capitalismo agrário tivera mais dificuldade em inserir-se, numa agricultura de pequenas parcelas, sem construção de classes sociais, exceção feita ao Douro, ficou arredado de uma idêntica iniciativa.

Os tempos que se seguiram ao golpe de 1974 ficaram marcados por

Um movimento revolucionário de massas que no seu processo, nos seus distintos períodos ofensivos, ocupou fábricas, as terras do latifúndio, as casas de habitação devolutas, descobriu a autogestão e o controlo operário, impôs a nacionalização da banca e dos principais sectores estratégicos da economia, saneou patrões e administrações, criou Unidades Colectivas de Produção para a Reforma Agrária e geriu a vida de milhares de moradores pobres de Norte a Sul do país (ROSAS, 2015, p. 195).

Nesse período, por iniciativa dos militares e com a participação de intelectuais e de associações variadas, desenvolveram-se as Campanhas de Dinamização Cultural e Ação Cívica do MFA. As cam-

panhas de alfabetização e de educação sanitária ficaram a cargo de estudantes, enquanto a construção de habitação para segmentos da população carente, num processo designado como SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local, esteve sob a dependência do Fundo de Fomento à Habitação. O Serviço Cívico Estudantil abrangeu os jovens que pretendiam entrar para a Universidade nos anos subsequentes à revolução, sem que a instituição, saneada dos professores ligados ao anterior regime, tivesse capacidade para acolhê-los (TIA-GO de OLIVEIRA, 2004), e o Serviço Médico à Periferia permitiu cuidados de saúde a populações arredadas dos centros urbanos. *De cima para baixo e de baixo para cima*, nesta conjuntura, cresceram iniciativas para a melhoria das condições de vida da população, ao mesmo tempo em que, em assembleias e reuniões, por meio do associativismo, inventava-se a democracia e a intervenção cívica.

Há vozes divergentes quanto ao encaminhamento do processo da reforma agrária, salientando-se a do ministro que a desmantelou, António Barreto (BARRETO, 1983). José Cutileiro, antropólogo e diplomata que realizara um estudo monográfico numa vila alentejana, nos anos 1960, considera que o movimento proveio dos centros de poder. Num posfácio a sua obra, só publicada em Portugal depois do final da ditadura, apontam-se os dirigentes da Reforma Agrária como novos patronos (CUTILEIRO, 1977). Outros autores reiteram que não foi outorgada *de cima para baixo*, nem foi feita como e onde o Estado desejava (BARROS, 1979; BAPTISTA, 1978, 2010). Brian O'Neill e Sandra Clark (1980), antropólogos, refutam essa perspectiva e consideram que o movimento foi de base, atribuindo um importante papel às classes e suas dinâmicas.

Nesse registro mais localizado da antropologia, Margarida Fernandes, que realizou trabalho de campo numa localidade do Sul, adianta uma constante histórica: sempre que houve convulsões no país, existiu um concomitante reflexo nos campos, e assinala a conexão entre os interesses particulares dos trabalhadores locais no processo de reforma

agrária e a aceitação voluntária de contributos ideológicos externos, desde que compatíveis com os objetivos (FERNANDES, 2006, p. 151).

Fernando Oliveira Baptista é uma voz essencial para entender, num registo *de cima para baixo e de baixo para cima*, este processo complexo. Professor catedrático jubilado do Instituto Superior de Agronomia, desempenhou o cargo de Ministro da Agricultura entre 26 de Março e 29 de Setembro de 1975, período em que foi produzido o aparelho legal que sustentou a reforma agrária. No momento crescente da contra-reforma agrária, considerou que foram três as posições em confronto durante o processo: a dos proprietários fundiários, contra qualquer intervenção nas relações de propriedade; a dos porta-vozes do capitalismo, que alegavam que o fundamental era “modernizar e produzir”; a das classes trabalhadoras do Sul, que impuseram a reforma agrária, que abalou as relações de produção capitalista nos campos (BAPTISTA, 1978, p. 49).

Nas novas condições, os elementos dos grupos sociais subalternos conquistaram o espaço público, o direito à palavra e ao voto, exigindo o redimensionamento das relações de poder e de propriedade: 73,6% dos participantes eram trabalhadores assalariados (ESTRELA, 1978, p. 226). As relações de forças em nível local foram alteradas, em função de mudanças mais gerais, em várias escalas, com forte protagonismo das associações, sindicatos de trabalhadores agrícolas, as ligas de agricultores e partidos de esquerda, favorecidos por um tempo em que o associativismo emergia como forma organizativa.

Na primeira fase das ocupações de terras, correspondente ao período entre o final de 1974 e julho de 1975, houve, sobretudo, respostas pontuais, com a ocupação de herdades abandonadas ou manifestamente subaproveitadas, ainda sem reconhecimento institucional nem legislação aprovada. Como os proprietários se sentiam ameaçados pela saída de legislação sobre expropriações e nacionalizações,

receava-se que vendessem rapidamente as colheitas para obterem liquidez, o que conduziu à aceleração do processo. Entre agosto e setembro de 1975, realizou-se o dobro do volume de ocupações relativamente ao período anterior. Os alugadores de máquinas tiveram um lugar de destaque no processo, em que a apropriação dos tratores pelos trabalhadores rurais está evidenciada nas fotos, usados no cultivo e no transporte até ao local de trabalho.

Desde o início do ano de 1975, algumas herdades passaram a ser geridas com intervenção do Estado, ou por meio da ocupação pelos próprios trabalhadores. Em 14 de abril de 1975 saiu o decreto-lei nº203, anexo C, aprovado pelo Conselho da Revolução, com o programa de Reforma Agrária. Legalizou-se a expropriação das terras irrigadas com mais de 50 hectares e das terras de sequeiro com mais de 500 hectares, de qualidade média, fazendo uso de uma conjuntura nacional favorável. A secretaria de Estado da Agricultura converteu-se em ministério e anunciou-se o programa de Reforma Agrária, bem como a nacionalização dos setores básicos da economia: a indústria, os transportes e as comunicações (BAPTISTA, 2010, p. 103-104), os bancos e as seguradoras (NORONHA, 2018). A sustentação pelo poder político das reivindicações dos trabalhadores do Sul permitiu a emergência de formas ostensivas, ao mesmo tempo em que ainda se procediam as ocupações, iam sendo criadas UCPs (Unidades Coletivas de Produção) e eram nomeadas comissões administrativas das cooperativas.

A reforma agrária tornou explícitos os conflitos e trouxe a lume tensões antes encapotadas, não sendo surpreendente que grupos, então arredados da propriedade, tracem desses tempos um retrato ressentido (ALMEIDA, 2006), porque a dominação mudou de lado. Como epítome da revolução, fomentou a demonstração do ódio de classe, visível nas fotos e em alguns filmes, que mostram a invasão de casas de proprietários e o uso pelos trabalhadores, antes tão dóceis, das suas camas fofas e das suas roupas de luxo, em formas teatrais de

afronta ao poder anterior. O primeiro momento de qualquer revolução assemelha-se a um Carnaval, com o seu mundo às avessas, demolições e destruições, porque é preciso revogar a ordem anterior, expulsar, derrubar. Cabe, nessa categoria, fazer o que faziam os de cima, ridicularizá-los, consumir o que era sagrado, no meio de uma grande festa pública, com abraços fraternos. Como se intui em *1789*, de Éric Vuillard (2016), quando se assalta a Bastilha ainda não existe amanhã.

O discurso público anterior dos subalternos visibilizava de modo convincente os valores hegemônicos, com ocultação do ódio de classe: a raiva que resulta da experiência longa de dominação tinha sido escondida sob uma forma pública deferente e obsequiosa. Na conjuntura revolucionária, o que antes era disfarçado encontrou condições de expressão pública, pois a luta de classes pode permanecer camuflada e aparentemente diluída, sobretudo sob um poder ditatorial e repressivo como o do Estado Novo. O processo não foi linear, emergindo contradições diversas, com propostas e discussões inusitadas. Tornou-se emblemático um segmento do filme *Torrebela* (1977), de Thomas Harlan, em que um trabalhador interroga outro sobre a propriedade da (sua) enxada, revisitado posteriormente por José Filipe Costa, em *Linha Vermelha* (2011). Em alguns dos registros, os assalariados são olhados *de fora e/ou de cima*, podem surgir exotizados, remetidos para a barbárie, a incultura, o primitivismo, a selvajaria, a animalidade.

O COUÇO, ENTRE ABUNDÂNCIA E FELICIDADE, O NOVO E O PRINCÍPIO

A revolução, mesmo derrotada, ou desvirtuada, conserva uma espécie de invencibilidade, porque permanece na memória dos povos como narrativa exaltante e inspiradora, fonte regeneradora das mais fundas expectativas de felicidade colectiva, manancial inesgotável de energias mobilizadoras contra a depressão e a decadência, voo de águia ou salto de tigre sobre o caminhar lento e penoso de um mundo hostil e sem esperança (CRUZEIRO, 2017, p. 25).

Esta investigação resulta da revisitação a uma estadia de terreno numa localidade do sul de Portugal, marcada pela resistência contra o Estado Novo e por uma cultura comunista, em que o envolvimento no processo de reforma agrária foi marcante. A partir das entrevistas, construíram-se 43 histórias de vida de antigos presos políticos, grande parte dos quais vieram a envolver-se no processo de reforma agrária.

O Couço, povoação do distrito de Santarém, concelho de Coruche, tem uma reconhecida memória de resistência à longa ditadura portuguesa e às práticas dos latifundiários locais, com recurso à ação coletiva de modo defensivo – para não se perder o que se tinha – ou ofensivo – para obter direitos e recursos acrescidos – em momentos específicos do ciclo de cultivo anual e em conjunturas políticas favoráveis. Trata-se de um local com características idênticas a outras terras do Ribatejo e do Alentejo, onde predomina a grande propriedade, e as classes se extremam (GODINHO, 2001). Nos montes do Couço, em que viviam os assalariados “justos”, com emprego anual, juntavam-se para trabalhar os jornaleiros, contratados à semana nas *praças de jorna*, numa parte do ano, quando a intensidade das tarefas conduzia à contratação de migrantes do minifúndio, designados por expressões pejorativas: *ratinhos*, *gaibéus*, *galegos*, *pegachos*.

Localmente, uma tradição de associativismo agrícola percorreu o século XX com um forte apoio à implantação da República, em 1910. Houve influência anarquista ao longo das primeiras décadas do período, sobretudo devido ao contágio por parte de operários corticeiros catalães, provindos das empresas da margem sul do rio Tejo, que se deslocavam ao Couço nos momentos de aquisição de cortiça. As ideias libertárias penetraram, destacando-se a influência de Francisco Ferrer e da pedagogia da Escola Moderna, inscritos até hoje na toponímia local. Desde 1909 encontra-se registro na *Inquirição pelas Associações de Classe sobre a situação do operariado*, assumindo um

lugar importante na implantação da República e, logo a seguir, nas lutas de 1911.

Muitos habitantes do Couço dispuseram-se a lutar corajosamente durante a ditadura por ideias e modos de vida, o que conferiu uma reputação resistente à localidade em conjunturas variadas. A partir dos anos 1940, existiu uma organização comunista impregnada pela oposição à ditadura portuguesa (1926-1974). A memória conserva uma ocasião de luta importante em 1933, com forte repressão e prisões, quando exigiram melhores salários. Documentadas pelos arquivos da repressão estão outras vagas de luta e de prisões, como a de 1943, em virtude da infiltração de um agente da polícia política, que aliciou alguns jovens para distribuírem imprensa comunista, ou a de 1949 – numa redada de âmbito nacional, levada a cabo pela PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), a polícia política da ditadura. Em 1951, viriam a ser presos os órgãos diretivos de um clube local. A candidatura à presidência da República por parte de Arlindo Vicente – que desistiu em favor de Humberto Delgado – congregaria os comunistas e a oposição local à ditadura, em junho de 1958. O general Humberto Delgado, que seria alvo de uma fraude eleitoral que o derrotou, ganharia ostensivamente no Couço, porque os delegados da oposição puderam estar presentes nas mesas eleitorais. Conjugando um conjunto de razões, em que a revanche dos proprietários e sequazes do regime pela derrota eleitoral se fez sentir com um abaixamento generalizado de salários, a população da aldeia e dos montes anexos parte para a greve, reprimida com muitas prisões. Nos anos entre 1958 e 1962 (sobretudo até Abril-Maio de 1962, devido às lutas pelas 8 horas de trabalho), vive-se um ciclo de protesto intenso contra as condições de vida no latifúndio e contra a ditadura, com detenções, instauração de processos judiciais com recurso à tortura, julgamentos e cumprimento de longas penas. As migrações para França e Alemanha,

em conjunto com a guerra colonial (1961-1974), esvaziaram a aldeia, que só ganharia alento demográfico após o 25 de Abril, com o retorno dos soldados e o impacto local da reforma agrária.⁴

Nos tempos duros da repressão, no longo fascismo português, a memória comunista permaneceu silenciada, remetida para o perímetro doméstico ou circunscrita ao grupo. Como se de uma joia de família se tratasse, essa memória está apta a ser reacendida quando as conjunturas a concitam (GODINHO, 2001), como sucedeu nos tempos que se seguiram ao golpe de 1974. Grande parte dos lutadores antifascistas locais, que haviam sofrido longos períodos de tortura e muitos anos de prisão nas cadeias da ditadura, e outras pessoas mais novas, viveram de forma vibrante os novos tempos, assumindo protagonismo na invenção de um novo modo de gerir os campos.

A reforma agrária centrou-se no emprego no local de onde eram originários os trabalhadores e onde tinham sentido de pertença. Por despacho do Gabinete do Secretário de Estado da Reestruturação Agrária, de 28 de outubro de 1975, foram reconhecidas várias Unidades Coletivas de Produção do Couço⁵. Com o apoio dos sindicatos, do governo, dos partidos e do Movimento das Forças Armadas, o maior desafio local durante o processo revolucionário foi a reforma agrária, que tocou numa estrutura produtiva e social de séculos, por meio de projetos de futuro imbuídos pelo socialismo, consignado no preâmbulo do texto da Constituição Portuguesa até a atualidade. Como nota uma

4 Segundo os Censos (INE), a população residente no Couço (1864-2011) atinge um pico em 1955 – como a generalidade da população rural em Portugal e, se a queda não é tão acentuada logo nos anos 1970-80, deve-se provavelmente ao papel que a reforma agrária teve no emprego.

Anos	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Hab	1861	1936	2174	2422	2901	3260	4252	5267	5551	5492	4630	4383	3725	3180	2765

5 As novas designações estavam eivadas do ar do tempo e correspondiam a três tipos de situações: (1) à manutenção da alusão ao antigo topónimo/designação do *monte*; (2) a datas cujos significados tinham grande ressonância no momento em que ocorreram; (3) à homenagem a personagens diversas, militares e civis. Além de personagens de relevo do Partido Comunista Português, como Pedro Soares ou Álvaro Cunhal, foram igualmente atribuídos a novas unidades coletivas de produção os nomes dos capitães das Forças Armadas, que participavam nas ocupações (GODINHO, 2017).

mulher referida por Fernando Oliveira Baptista, “A Reforma Agrária foi o principal disto tudo. Quando é que um trabalhador teve férias, 13º mês, subsídio de férias? Então não é bom ir ao escritório e receber aquele dinheirinho?” (in BAPTISTA, 2010, p. 141).

A primeira tomada de terras locais terá tido lugar em 16 de junho de 1975, mas já antes havia comissões de trabalhadores nas herdades. Em 1977, havia 23 cooperativas na freguesia e todas já tinham legalizado a sua situação mediante conjunto normativo criado, de acordo com as possibilidades que a conjuntura desencadeara. Até 1985, garantiu-se pleno emprego aos homens, durante todo o ano, enquanto as mulheres trabalhavam sazonalmente. Depois de uma incorporação plena, no início do processo, cuja consiga fora *A trabalho igual, salário igual*, as mulheres, remuneradas abaixo dos homens, foram remetidas para uma contratação só em picos de trabalho, com uma aceitação generalizada da subalternidade feminina no emprego e o entendimento do seu salário como complemento do masculino.

Se quanto à diferença salarial das mulheres não houve contestação, foi ser difícil gerir aquela consigna no âmbito das cooperativas recém-formadas, nomeadamente entre os trabalhadores especializados: a divisão técnica do trabalho gerou uma percepção de divisão social, com favorecimento de alguns setores. Os seareiros, que tomavam terras de renda aos proprietários, converteram-se em apoiantes da reforma agrária devido à “coerção da sociabilidade” (BAPTISTA, 2010, p. 127).

A escassez sazonal de emprego fora a mais sentida das injustiças laborais. Com a sua superação, o nível de vida local melhorou. Entre as conquistas desse tempo, salientam-se um horário de 45 horas, deixando livres o sábado de tarde e o domingo, o direito à segurança social e as férias pagas, que permitiram aumentar o rendimento. Registra-se também a melhoria dos cuidados com a saúde, a existência de transporte para o local de trabalho e o acesso ao lazer. As habi-

tações foram melhoradas e apetrechadas com alguns eletrodomésticos. Houve também uma nova vivência nas vilas e aldeias, com a recuperação de caminhos e estradas que haviam sido fechadas pelos proprietários das herdades. Registrou-se a aposição de novos nomes às ruas e edificaram-se novos monumentos, em honra dos resistentes ao fascismo português e louvando o novo tempo.

No processo de invenção da democracia, a conquista de espaços de agora fez-se nas praças das aldeias e cidades, mas igualmente nas assembleias das cooperativas. Como referia uma mulher do Couço, “A gente erguia o braço e contava”. Nesse âmbito, fazer a opinião contar, aprender a pedir a palavra, a aguardar para falar, a discutir sem atropelar a voz das outras participantes, a fazer propostas e defendê-las era aprender a democracia na prática.

REVOLUÇÃO, DERROTA E FORCLUSÃO DOS HORIZONTES DE EXPECTATIVA

Produzido por uma história e incorporado na existência das pessoas, um evento confronta os cientistas sociais com as escalas de uma realidade que se transmuta e que atinge, de modo distinto, níveis variados das sociedades, ao mesmo tempo em que põe em relevo os campos em que se situam os agentes (GODINHO, 2007). Como notara Karl Marx, aqueles que fazem a história não a fazem sós, nem em condições escolhidas (MARX, 1869, p. 15): confrontam-se com uma realidade que dilui o microscópico num nível em que pode perder visibilidade. Por outro lado, não pode despontar em moldes idênticos noutra enquadramento, e não é compreensível exclusivamente a partir de condições locais. Insta a múltiplas escalas de análise, porque se exerce por meio de uma rede de relações, com efeitos estruturantes, imprevisível na duração e no raio de ação: um acontecimento é um “tempo-fronteira” (AGIER, 2013) e estabelece uma barreira entre antes e depois.

Como lembra Medeiros Ferreira (1993, p.11):

O 25 de Abril desencadeou profundas alterações nos valores e na vida social nacional. Ele marca uma era, tantas são as ocasiões em que é tomado como referência: Antes do 25 de Abril... só com o 25 de Abril... depois do 25 de Abril são expressões coloquiais quotidianas que se impuseram nos últimos vinte anos. A data de 25 de Abril de 1974 marca, pois, o séc. XX e divide a sociedade entre antes e depois. Será isso uma revolução? É certamente uma era.

Tal como Manuel Loff (2000), Luís Trindade corrobora esta ideia de ruptura:

Só a partir do passado ditatorial e projectando-a no futuro democrático é que parece ser possível falar do momento historicamente mais denso da nossa contemporaneidade. O Estado Novo e a democracia ensombram como duas transcendências essa densidade, esvaziando-a. A revolução fica assim condenada, por excesso ou por defeito, a uma confrontação com realidades que não são exactamente a sua, ora como conjunto de conquistas à luz da privação salazarista, ora como momento de excessos perante uma democracia assente em instituições representativas estabilizadas (TRINDADE, 2004, p. 21).

A compreensão dessa transição fracturante, na relação com o tempo, com a história e com a atualidade, não pode passar exclusivamente pelo entendimento de quanto há de habitual e quotidiano na situação em que emerge: é uma ruptura marcante, e a sua memória fica marcada pela nostalgia e a ucronia, em relação a um tempo do campo das possibilidades, que não teve continuidade. Assim, a par da plenitude dos momentos vividos, reporta a consternação e o pesar pelos que se seguiram.

Entre 1975 e 1980, o poder de compra dos trabalhadores das UCPs decresceu 45% (BAPTISTA, 2010, p. 149): a revolução fora derrotada. A lei 77/77, conhecida por “Lei Barreto”, aniquilou o movimento social da revolução e sobrepôs o direito de propriedade aos outros. Aumentou o número de proprietários que podiam usar o direito de reserva, levando a uma significativa alteração face ao absentismo (BARROS, 1986, p. 81). Quando o processo revolucionário

chegou ao fim, restabeleceu-se gradualmente o controlo hegemônico dos grupos que haviam sido momentaneamente arredados do poder, num processo que dissolveu a quase totalidade das unidades coletivas de produção. Em 1990, ocorreu a última devolução de terras aos antigos proprietários, o final de um processo marcado por grande violência, em que os proprietários se faziam acompanhar da Guarda Nacional Republicana. O processo fora mais geral e translocal, com a imposição de uma relação de classes distinta.

Os vencedores escrevem a história e esquecem-na, enquanto os vencidos cogitam longamente sobre o que a vida poderia ter sido. Para os entrevistados do Couço, a reforma agrária foi uma derrota duramente vivida. Na zona, os campos estão hoje vedados, o acesso a terra e mesmo aos caminhos de toda a vida está interdito, o emprego escasseia, com o recrutamento de mão de obra imigrante, frágil, barata e sem direitos. Produzidos num presente que compromete as esperanças depositadas, os discursos revolvem a história do que poderia ter sido, entre reflexão e imaginação. Erguem um presente alternativo, com a possibilidade de os acontecimentos terem sido diferentes, entre ucronia e forclusão.

A forclusão (*Verwerfung*, para Freud, alvo de uma reabordagem por Lacan) é a expulsão de um conteúdo da experiência para fora do eu, que desordena a relação entre o real e o simbólico, alterando-lhe a estrutura. Numa obra póstuma, Daniel Bensaïd alude a forclusão como supressão da ligação entre o espaço da experiência e o horizonte da expectativa (KOSELLECK, 1979): os tempos de desaparecimento da consciência, que são também momentos de eclipses das lutas, redundam numa forclusão dos horizontes de expectativa (BENSAÏD, 2010, p. 86). Marcuse (*apud* BENSAÏD, 2010, p. 87) atribuía a forclusão do espaço crítico à anemia da razão crítica. Se a aplicação do conceito no universo da psicanálise e do direito é habitual, o seu cruzamento com a semântica dos tempos históricos, entre o espaço da experiência e o horizonte da expectativa (KOSELLECK, 1979), sugerida por Bensaïd, é um estímulo para

interrogar o não lugar da realidade, num processo histórico interrompido que retorna como fantasmagoria.

Como notava Maurice Godelier, há um abismo entre o que é imaginado e o que é imaginário, e entre um tempo e outro há aparentemente memórias que se volatilizam, que só parecem retornar em delírios, como se a razão tivesse sido suspensa e as categorias interrompidas. As vidas transtornadas desafiam os afetados a redefinir ordem e desordem, perdas e ganhos, cooperação e resistência, opressão e solidariedade, violência e afirmação humana, hegemonia e resistência. É nesse sentido que a forclusão se reveste de utilidade para pensar o processo de suspensão da memória de uma sociedade, em que o real se torna inatingível e irrepresentável, num vazio que banuiu a recordação, que só reaparecia como alucinação (LACAN *apud* BENSAÏD, 2010, p. 88).

Na atualidade, a reforma agrária é apresentada como entrave ao progresso, um vestígio passadista e esquerdista, que obstou a um processo de modernização que já ocorria antes do 25 de Abril, com empresários empreendedores e subida de salários. Como poderia a reforma agrária ser vencedora quando a revolução fora derrotada? Porém, quanto de vitória existe na derrota de um processo? Ao tempo, foram criados 45 mil postos de trabalho; foi estabelecido um salário rural a nível nacional; os trabalhadores rurais foram abrangidos pelo regime geral de segurança social; houve dinamização de equipamentos sociais: creches, escolas, postos de saúde, refeitórios, que antes só existiam nas cidades; foi posto fim ao trabalho infantil agrícola; criaram-se planos de desenvolvimento agrícola e de melhoramento dos solos; foram construídas obras de regadio e estradas; foram introduzidas novas tecnologias e culturas; recuperaram-se áreas abandonadas. Se a forclusão revela uma fragilidade da razão crítica, há um enfoque que resgata a capacidade de resistência e construção da democracia por meio do impulso dos grupos.

POLÍTICAS DA MEMÓRIA E PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

A História relata o visível e tal, apesar de muito, de imenso, é de facto uma insuficiência – ocular, dir-se-ia; mas poderia também acrescentar-se, deficiência humana, pois a história de um período revolucionário, qualquer que ele seja, só estaria completa se pudéssemos obter um registo exaustivo de todas, mas mesmo de todas, as sensações de cada uma das pessoas que no período dos acontecimentos estava viva, consciente e lúcida.

Gonçalo M. Tavares, “Prefácio”, *in* Gomes e Castanheira, 2006, p. 14.

Derrotada a revolução, as políticas de memória da democracia demonizaram e exotizaram os tempos revolucionários da democratização por ruptura (LOFF, 2015). O PREC, acrónimo de *Processo Revolucionário em Curso*, ao contrário de outras transições de ditaduras mais pactuadas, teria sequelas diversas quando uma parte significativa da população exigiu na rua mais do que estava inicialmente inscrito no programa do MFA, desencadeando um processo revolucionário:

O 25 de Abril surge então na nossa modernidade como uma estranheza, talvez o único momento em que as instituições e a estrutura social foram postas em causa por uma agitação transformadora que os discursos sempre tinham garantido não fazer parte da natureza do povo português. Ora, se a estrutura social se reconfigurou após o abalo, o que é certo é que já não é mais possível garantir uma menoridade cívica dos portugueses como elemento que lhes é natural. O PREC, que deixou mais ou menos incólume, a prazo, a estrutura social, manchou a narrativa política portuguesa (TRINDADE, 2004, p. 31).

Numa microescala, o Couço demonstra como a resistência à ditadura constituiu a matriz da sociedade democrática, que se iniciou com o 25 de Abril, embora o processo revolucionário seja por vezes apresentado como o preâmbulo antidemocrático da “ver-

dadeira democracia”, que só teria tido início com a “normalização democrática” após o 25 de Novembro de 1975. Como nota Manuel Loff (2015, p. 64), bloqueia-se a memória da resistência quando se discute o processo revolucionário, para não discutir a ditadura, obliterando a expressão da memória da resistência.

Os processos revolucionários e os que neles se empenharam parecem trazer consigo o labelo do destempero e do grotesco, depreciando-se os revolucionários, remetidos para o domínio do desvio, do patológico, do anormal, e responsabilizando-os pela instabilidade social. Manuela Cruzeiro (2017, p. 28-9) localiza vários níveis de anátema da revolução “da anormalização (Arendt), à patologização (Furet) e finalmente à psiquiatrização (Pipes, 1990) num crescendo que faz deslocar o conceito de revolução da esfera do político para o da psicopatologia”, com uma “subalternização do acontecimento revolucionário, encarado como uma espécie de interregno ou suspensão do tempo” (CRUZEIRO, 2017, p. 47), que evidenciam uma perspectiva continuísta relativamente ao regime anterior.

No caso do Couço, os quadros sociais estão puídos num meio que se desertificou e num tempo em que a sua recordação se domesticou e privatizou, por terem sido desagregados os grupos que a poderiam manter. Devido ao carácter de classe e de tensão dessas memórias, não contaram com políticas públicas que as quisessem perpetuar como parte da memória da sociedade. A reforma agrária é hoje remetida para um conjunto de lembranças pessoais, transmitidas dentro dos “quadros sociais”: enquadra a memória coletiva, mas não para a da sociedade, devido a não inscrição mediante políticas públicas de memória. Nas reverberações desse processo, os que a fizeram e viveram transportam as suas marcas e rugas num meio social que estabeleceu novas articulações e soldaduras. A proposta do conceito de forclusão permite abranger a incapacidade

de transposição da experiência de muitos que viveram a reforma agrária, face à expectativa gorada, derrotada. A implosão das memórias, que serviram para ligar o passado e o futuro, fez perder o sentido coletivo do tempo e da esperança, num grupo social que se dispersou e deixou de constituir uma classe. O sentimento de fracasso tornou-o vulnerável aos estereótipos e aos revisionismos, que não querem reavaliar o movimento social, as personagens ou os períodos, mas antes desvalorizar o passado (LÉVI, 2001), obnubilando com ele a força material das ideias. Como nota Mailer,

Quanto mais os acontecimentos se tornam históricos, maior é a tendência em apagar a História de acordo com um ou outro projecto político dos nossos dias. Esta tentativa de reescrever a História é tanto mais notória quanto a vitória do capitalismo neoliberal faz desaparecer tudo à sua passagem, designadamente qualquer episódio de revolta. Embora nunca a destruição revolucionária global do poder hierárquico tenha parecido tão indiscutivelmente necessária, nunca ela pareceu tão impossível. O monstro criado e desenvolvido por várias classes dominantes e pelos que se dispõem a submeter-se-lhes, a sociedade capitalista da mercadoria, espectacular, nos nossos dias, parece ser todo poderosa (MAILER, 2018, p. 8).

A forclusão dos horizontes da expectativa, que aparentemente impediu a memória da reforma agrária de ligar o passado e o futuro, está associada à ausência de esperança, que tornaria o campo da experiência obsoleto. Porém, sabemos que às causas perdidas cabe sempre o direito de recomeçar: uma causa é um projeto, uma busca, um esforço que ultrapassa os indivíduos, em que comprometem as suas energias, centram os seus esforços e inspiram a sua dedicação (SAÏD, 2013, p. 481). No Alentejo, assiste-se ao retorno ao *status quo ante* (DRAIN; ROUX, 1982, p. 7) quanto ao emprego; na fase atual, emblematizado no cante, passou a ter a beleza do morto e não invoca já memórias resistentes. O desemprego empurrou os alentejanos mais uma vez para fora, mas, em simultâneo, uma parte significativa da terra está a ser

cultivada com grande intensidade e um desgaste assinalável dos solos e da água. O paradoxo da letra da canção emblematizada é evidente: *É tão grande o Alentejo! / Tanta terra abandonada / A terra é que dá o pão / Para bem desta nação / Devia ser cultivada / Tem sido sempre esquecida / A margem ao sul do Tejo / Há gente desempregada / Tanta terra abandonada / É tão grande o Alentejo!*

O processo de reforma agrária seduziu para futuros imaginados, para *Outro País*, como sugere o título do filme de Sérgio Tréfaut, num projeto que incorporava a esperança na transição para a democracia. A mais importante das suas conquistas é o reconhecimento da capacidade de um grupo social subalternizado e exotizado, organizar o trabalho e as aldeias, tomar nas mãos o seu destino e decidir a sua vida. Essa assunção de si, esse controle das vidas, é um campo de possibilidades num tempo em que os seres humanos se tornaram descartáveis e as suas vidas imprevisíveis. Como assinalava Josep Fontana (2013, p. 8), para construir o futuro, há que lembrar que as conquistas políticas, económicas e sociais, conseguidas com as transições para a democracia, não partiram de deuses *exmachina*, mas do sofrimento, da sensibilidade e da construção comum dos resistentes.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. **La condition cosmopolite**: L'anthropologie à l'épreuve du piège identitaire, Paris, La Découverte, 2013.

ALMADA, Teresa. **Diário da reforma agrária**. Mem Martins: Publicações Europa-América, s/d.

ALMEIDA, Maria P. **A revolução no Alentejo**: Memória e traumas da reforma agrária em Avis. Lisboa, ICS, 2006.

ALONSO, Gregorio; MURO, Diego. **The Politics and Memory of Democratic Transition**: The Spanish Model, London, Routledge, 2011.

ARQUIVO DA REFORMA AGRÁRIA. **Livro de Actas da Assembleia Geral da UCP Monte da Unidade**, entre 22 de Novembro de 1977 e 12 de Janeiro de 1990. Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo.

ARQUIVO DA REFORMA AGRÁRIA. **Livro de Actas da Assembleia Geral da UCP Avante 25 de Abril**, entre 30 de Dezembro de 1977 e 17 de Fevereiro de 1978. Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo.

ARQUIVO DA REFORMA AGRÁRIA. **Cooperativa de Consumo O Agricultor do Sorraia**. (CCAS/A/0001/Mç 001 – 9). Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo, s/d.

ARQUIVO DA REFORMA AGRÁRIA. **Cooperativa de Produção Agropecuária Progressistas do Divor** (CePD/A/0001/Mç 001). Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo.

BALABANIAN, Olivier. **Problemas Agrícolas e Reformas Agrárias no Alto Alentejo e na Extremadura Espanhola**. Lisboa, Ed. Autor, 1984.

BALABANIAN, Olivier; BOUET, Guy. **Os cravos murcharam**: os resultados da reforma agrária portuguesa. Lisboa, Ed. Autor, 1987.

BAPTISTA, Fernando Oliveira. **Portugal 1975**: Os campos. Porto, Afrontamento, 1978.

BAPTISTA, Fernando Oliveira. A reforma agrária foi inviabilizada por razões políticas. Entrevista conduzida por Dulce Freire e Fernando Rosas. **História**, Ano XX, Setembro, nº 6, p. 10-15, 1998.

BAPTISTA, Fernando Oliveira. **Alentejo**. A questão da terra. Castro Verde, 100Luz, 2010.

BARRETO, António. **Memória da Reforma Agrária**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1983.

BARROS, Afonso de. **A Reforma Agrária em Portugal**: Das ocupações de terras à formação das novas unidades de produção. Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Estudos de Economia Agrária, 1979.

BARROS, Afonso de. **Do Latifundismo à Reforma Agrária**: O caso de uma freguesia do Baixo Alentejo. Oeiras, Centro de Estudos de Economia Agrária, Instituto Gulbenkian de Ciência, 1986.

BENSAÏD, Daniel. **Espectáculo, Fetichismo, Ideologia** (um livro inacabado). Fortaleza, Plebeu Gabinete de Leitura, 2013.

BERMEO, Nancy. **The Revolution within the Revolution**: Workers' Control in Rural Portugal. New Jersey, Princeton University Press, 1986.

BRANCO, Zillah. Os sindicatos na vanguarda da luta. *In: História da Reforma Agrária 1*. Lisboa, Comissão Revolucionária de Apoio à Reforma Agrária, 1976.

BRANCO, Zillah. **Reportagens sociológicas no interior da Reforma Agrária**. Beja, Associação de Municípios do Distrito de Beja, 1995.

CALDAS, Eugénio de Castro. **A agricultura Portuguesa no Limiar da Reforma Agrária**. Lisboa, Centro de Estudos de Economia Agrária do Instituto Gulbenkian de Ciência, 1978.

CARDOSO, António Lopes. **A Nova Lei da Reforma Agrária**. Lisboa, Livros Horizonte, 1978.

CRUZEIRO, Manuela. **A nossa fada Morgana: viagem pelos imaginários da Revolução de Abril**. Porto, Afrontamento, 2017.

CUTILEIRO, José. **Ricos e pobres no Alentejo**. Lisboa, Sá da Costa, 1977 [1966].

DRAIN, Michel; ROUX, Bernard. Présentation. Reparler de la réforme agraire portugaise. **Thiers Monde**, 23(89): p. 6-8, 1982.

ESTÊVÃO, João A. A florestação dos baldios. **Análise Social**, nº s 77-78-79, vol. XIX: 1157-1269, 1983.

ESTRELA, A. de Vale. A reforma agrária portuguesa e os movimentos camponeses: Uma revisão crítica. **Análise Social**, vol. XIV (54) 2º: 219-263, 1978.

FERNANDES, Margarida. **Terra de Catarina: Do Latifúndio à Reforma Agrária, Ocupação de Terras e Relações Sociais em Baleizão**. Oeiras, Celta, 2006.

FERREIRA, José M. Portugal em Transe. *In*: MATTOSO, José. (Dir.) **História de Portugal**, vol. 8, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

FONSECA, Inês; FREIRE, Dulce; GODINHO, Paula (Coord.) **Mundo Rural: Transformação e Resistência na Península Ibérica (séc. XX)**. Lisboa, Colibri, 2004.

FONTANA, Josep. **El futuro es un país extraño: Una reflexión sobre la crisis social de comienzos del siglo XXI**. Barcelona, Pasado & Presente, 2013.

FOWERAKER, J. **Making democracy in Spain**. Grass-roots struggle in the south, 1955-1975. Cambridge, Cambridge University Press, 1989.

GODINHO, Paula. Quando os sujeitos pesam mais do que os objetos: políticas de memória, processo revolucionário e co-implicação. *In*: POZZI, Pablo; GODINHO, Paula (Coord.) **Insistir con la esperanza: El compromiso social y político del intelectual**, Buenos Aires, CLAC-

SO: 81-112, 2019. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20190517055140/Insistir_con_la_esperanza.pdf.

GODINHO, Paula. Inventar la democracia, abrir brechas de esperanza: la revolución portuguesa y la reforma agraria. *In: MOLIENRO, Carme; YSÀS, Pére. **Transiciones: Estudios sobre Europa del Sur y América Latina**, Barcelona, Catarata: 198-221, 2019.*

GODINHO, Paula. **O futuro é para sempre**: Experiência, expectativa e práticas possíveis. Lisboa/Santiago de Compostela, Letra Livre/Através Editora, 2017.

GODINHO, Paula. **Memórias da Resistência Rural no Sul**: Couço, 1958-1962. Oeiras, Celta, 2001.

GOMES, Adelino; CASTANHEIRA, José Pedro. **Os dias loucos do PREC (do 11 de março ao 25 de Novembro de 1975)**. Lisboa, Expresso e Público, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **La Mémoire Collective**. Paris, PUF. Prefácio de Jean Duvignaud, 1950.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: Para unasemantica de los tiempos históricos. Barcelona, Paidós, 1979.

LAFFON, Virginie. Amareleja: uma aldeia entre o ontem e o amanhã. *In: BRITO, Joaquim Pais de; PEREIRA, Benjamim; BAPTISTA, Fernando Oliveira. (Coord.) **O voo do arado***. Lisboa, Museu Nacional de Etnologia/Instituto Português de Museus/Ministério da Cultura: p. 539-546, 1996.

LÉVI, Giovanni. Le passé lointain. Sur l'usage politique de l'histoire. *In: HARTOG, François; REVEL, Jacques (Orgs.) **Les Usages Politiques du Passé***. Paris: Enquête - Editions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001, p. 25-38.

LINHA Vermelha. Direção: José Filipe Costa. Documentário, Terra-treme Filmes, 80', 2011.

LOFF, Manuel. Esquecimento, revisão da História e revolta da memória. *In: DELGADO, Iva et al. (Orgs.) **De Pinochet a Timor Loro-sae***. Impunidade e direito à memória, Lisboa, Cosmos: p. 189-199, 2000.

LOFF, Manuel. Estado, democracia e memória: políticas públicas da memória da ditadura portuguesa (1974-2014). *In: Manuel Loff et al.*

(Ed.) **Ditaduras e Revolução**: Democracia e políticas da memória, Coimbra. Almedina: 23-143, 2015.

MACEDO, Maria João Costa. **Geografia da Reforma Agrária**, Mem Martins, Publicações Europa-América, s/d.

MAILER, Phil. **Portugal: A Revolução impossível?** Lisboa, Antígona, 2018.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**, Lisboa, Vento de Leste, 1975.

NORONHA, Ricardo. **A Banca ao Serviço do Povo**: Política e Economia durante o PREC (1974–75), Lisboa: IHC, 2018. Disponível em: file:///C:/Users/Paula%20Godinho/Downloads/1004185%20(2).pdf. Acesso em: 27 abr. 2019.

NORONHA, Ricardo; TRINDADE, Luís. **1974: Portugal, uma retrospectiva**. Coleção coordenada por Rui Tavares, Lisboa, Público e Tinta da China, 2019.

O'NEILL, Brian; CLARK, Sandra Mc Adam. Agrarian Reform in Southern Portugal. **Critique of Anthropology**, 15, vol. 4, Spring: p. 47-74, 1980.

PEREIRA, José P. **Conflitos sociais nos campos do sul de Portugal**. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1983.

PIÇARRA, Constantino. **As Ocupações de Terras no Distrito de Beja no Pós 25 de Abril de 1974**. Lisboa, FCSH, Tese de Mestrado em História do Séc. XX (3 vol.), 2000.

ROSAS, Fernando. A Revolução e a Democracia. In: LOUÇÃ, Francisco; ROSAS, Fernando (Org.). **Ensaio Geral**. Passado e Futuro do 25 de Abril, Lisboa, D. Quixote: p. 15-49, 2004.

SAÏD, Edward. **Reflexiones sobre el exilio**: y otros ensayos literarios y culturales. Madrid: Debolsillo, 2013.

SCOTT, James C. **Weapons of the Weak**: everyday forms of peasant resistance. New Haven, London: Yale University Press, 1985.

TIAGO de OLIVEIRA, Luísa. **Estudantes e povo na revolução**: o Serviço Cívico Estudantil (1974-1977). Oeiras: Celta, 2004.

TORREBELA. Direção : Thomas Harlan. Portugal-Itália-Alemanha, Cooperativa Era Nova / Societá Cinematográfica Italiana / Albatros, 1977.

TRAVERSO, Enzo. **Le passé, modes d'emploi**: histoire, mémoire, politique. Paris: La Fabrique Editions, 2005.

TRINDADE, Luís. Os excessos de Abril. **História**, n.º 65: p. 20-31, 2004.

Democracia, direitos humanos e os legados do passado

James N. Green¹

As minhas três obras principais – *Além do carnaval: a homossexualidade masculina nos Estados Unidos* (Editora da UNESP, 2002; 2019), *Apesar de vocês: a oposição à ditadura militar brasileira nos Estados Unidos* (Companhia das Letras, 2010) e *Revolucionário e gay: uma vida extraordinária de Herbert Daniel, pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão* (Editora Civilização Brasileira, 2018) – representam 25 anos de pesquisa e estudos sobre o Brasil do século XX, especialmente o período da ditadura militar e a transição para o regime democrático.

Como um acadêmico que trabalha nos Estados Unidos lecionando na Brown University, tenho o privilégio de focar o ensino na interpretação da história brasileira para um público norte-americano de estudantes e intelectuais. Ao longo dos anos, tive o desafio de tentar entender os legados do passado que influenciaram o Brasil contemporâneo.

Além disso, minha vida profissional como historiador tem sido misturada com uma história de ativismo no Brasil desde muito jo-

1 James N. Green é professor titular de história do Brasil na Brown University e autor ou co-organizador de onze livros sobre o Brasil no século XX. É especialista em estudos da homocultura brasileira, tendo escrito vários artigos e livros sobre o assunto. O mais conhecido - *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX* - recebeu três prêmios: o Hubert Herring, do Conselho de Estudos Latino-Americanos na Costa do Pacífico (1999); de Literatura Lambda, da Fundação Paul Monette-Roger Horwitz (2000), e o Prêmio Literário de Cidadania em Respeito à Diversidade, em São Paulo (2001).

vem: primeiro nos Estados Unidos, a partir de 1973, protestando contra o apoio dos EUA à ditadura brasileira, que torturava seus cidadãos, e depois morando no Brasil, entre 1976 e 1981, onde participei da oposição clandestina ao regime militar enquanto fundava e liderava a ala ligada à esquerda dentro do movimento LGBT.

O meu compromisso com a democracia e justiça social no Brasil me levou a participar de muitas atividades políticas relacionadas ao país. A última, em dezembro de 2018, foi a fundação da U.S. Network for Democracy in Brazil na Columbia Law School, em Nova Iorque. A Rede nos EUA pela Democracia no Brasil é uma rede nacional descentralizada, democrática e apartidária com três objetivos principais: (1) educar o público nos Estados Unidos sobre a situação atual no Brasil; (2) defender os avanços sociais, econômicos, políticos e culturais que foram conquistados nos últimos 40 anos; e (3) apoiar movimentos sociais, organizações comunitárias, ONGs, universidades e ativistas, etc., que estarão vulneráveis neste novo clima político. Atualmente, a Rede tem 35 organizações e coletivos afiliados e contatos em 235 universidades em 45 estados dos Estados Unidos e 1.200 apoiadores. Em 2019, abrimos um escritório em Washington, D.C. para trabalhar com o congresso norte-americano na defesa da democracia no Brasil. Assim, minhas considerações hoje estão intimamente ligadas ao meu passado, minha vida acadêmica e a minha atuação política em várias frentes ao longo dos anos.

Quando preparei esta conferência, decidi revisar cerca de cem palestras que dei sobre o Brasil nos Estados Unidos e no Brasil nos últimos 25 anos. Fiquei impressionado como eu oscilava entre o otimismo e o pessimismo em relação ao país, o seu passado, presente e futuro. Embora a conversa de hoje possa parecer pessimista, sou otimista e vou apresentar comentários moderadamente positivos sobre o futuro do país no final da minha apresentação.

O que é que nós estamos vivendo no Brasil de hoje? O país é uma democracia porque as eleições presidenciais foram realizadas em 2018 e a pessoa que recebeu mais votos assumiu o cargo? O Brasil está se transformando em um regime semifascista ou autoritário por causa da natureza das promessas, dos discursos da campanha eleitoral e das medidas implementadas que preveem um futuro sombrio? Estamos de novo à beira de ver os militares assumirem o poder ou estamos vivendo uma articulação autoritária dentro de um jogo democrático? Por quanto tempo o governo de extrema direita estará no poder?

Não há dúvida de que há uma onda autoritária de extrema direita varrendo o globo. Desde a Rússia, as Filipinas e Israel, até a Hungria e a Polônia, dos Estados Unidos até o Brasil, governos ultraconservadores chegaram ao poder. Há variações em seu programa e em suas políticas, mas a maioria é extremamente nacionalista, com uma agenda moral conservadora que reage aos avanços dos movimentos sociais dos últimos cinquenta anos, seja o feminismo, o movimento LGBT, demandas contra racismo ou a favor da inclusão social.

Esses governos baseiam seus discursos, em parte, na nostalgia de um passado idealizado e promovem medidas autoritárias para garantir as suas políticas. No Brasil, negam a ditadura militar. Todos chegaram ao poder por meio do processo democrático formal nas urnas, ganhando maiorias mediante o apoio popular.

Discursivamente, muitos dos líderes desses movimentos são contra o processo de globalização do capitalismo, mas estão pessoal e intimamente ligados aos benefícios do capitalismo descontrolado, sendo Putin e Trump os dois exemplos principais. Eles mobilizam sua base em campanhas contra a corrupção e, no entanto, estão profundamente envolvidos na corrupção. Eles criticam a imprensa, mas confiam no controle ou influência da mídia de direita para legitimar seu poder.

Infelizmente, o Brasil está na vanguarda dessa globalização na América Latina, e talvez represente a vanguarda em uma mudança para a direita autoritária, assim como em 1964, quando o golpe do Brasil foi seguido por outro na Argentina, em 1966, no Uruguai e no Chile, em 1973, e na Argentina novamente em 1976.

Ninguém que viveu a ditadura brasileira ou que lutou para consolidar a democracia nos anos 1980, 1990 ou no século XXI jamais poderia ter imaginado que em 2020 estaríamos discutindo a possibilidade dos militares voltarem ao poder. Dessa vez, porém, não por intermédio de um golpe de estado, mas pela sua crescente influência em um governo democraticamente eleito.

Para entender tudo isso, vamos voltar para o passado. Ao longo do último século, diferentes grupos sociais persistentemente articularam demandas democráticas pela participação política ampliada e pelas políticas sociais igualitárias destinadas a superar legados da escravidão, do colonialismo, dos arranjos neocoloniais, da interferência imperialista e de estruturas sociais e econômicas hierárquicas e rígidas. Diversas forças políticas e sociais lutaram por mudanças importantes para resolver problemas relacionados à distribuição desigual de terras, serviços públicos e sociais inadequados, pobreza duradoura, formas generalizadas de violência cotidiana e mecanismos contínuos de exclusão social.

Em vez de simplesmente desacreditar essa leitura otimista do passado do Brasil ou de pintar uma visão excessivamente pessimista do presente e do futuro do país, outra maneira de entender a história recente do Brasil será examinar as tensões entre continuidade política, econômica e social, e processos políticos-sociais que enfrentaram a realidade econômica e padrões sociais de exclusão.

Até 2013, nós achávamos que, no século passado, diversos tipos de movimentos políticos e sociais, com todas as suas contradições, inconsistências e falhas, expandiram consideravelmente o terreno que permitiu ao Brasil tornar-se uma democracia social vibrante, ainda que fraca. Mas é impossível entender a situação política atual no Brasil e o contexto em que a social-democracia foi fortalecida nas últimas três décadas sem examinar como o passado do Brasil ainda pesa sobre o presente. Infelizmente, acredito que os obstáculos estruturais e legados da cultura política enraizados no passado do país permanecem na política cotidiana do Estado e da sociedade brasileira.

Sem tentar oferecer uma análise global sobre a história do Brasil, vou apresentar apenas cinco elementos que acho que são importantes para compreender a realidade atual. São eles: (1) a tradição duradoura de um executivo forte com amplos poderes discricionários; (2) a importância do carisma dos líderes na construção de vínculos estreitos entre o Estado e o povo; (3) a dinâmica política generalizada de conciliação que tenta encontrar acordos políticos para evitar conflitos entre as classes dominantes; (4) a persistente dependência do Estado como um meio de garantir sistemas de clientelismo que reforçam as ligações de redes sociais pessoais e sustentam o poder político estabelecido; e (5) a influência dos militares brasileiros sobre a política nos séculos XIX e XX.

Há um sexto elemento que trata do papel do judiciário na manutenção das hierarquias sociopolíticas e econômicas no Brasil. O exemplo mais recente é a corrupção da Operação Lava Jato em condenar Lula à prisão, revelada por Glenn Greenwald, que aponta como Sérgio Moro não foi neutro no processo contra o ex-presidente.

Antes de apresentar uma análise dos processos em que as tradições democráticas têm estado à frente das lutas sociais, econômicas e políticas, vou elaborar mais sobre esses cinco elementos que moldaram e, às vezes, atrasaram o fortalecimento da democracia brasileira e a busca por justiça social. Depois, examinarei como tais elementos se entrelaçam às mobilizações em favor da inclusão política e social. Terminarei discutindo brevemente os processos contraditórios de democratização no final da ditadura militar e a natureza do regime democrático consolidado que seguiu e que ainda existe hoje. E peço desculpas se a minha compreensão da história brasileira é pedante ou óbvia.

O PRIMEIRO ELEMENTO: A TRADIÇÃO DURADOURA DE UM EXECUTIVO FORTE COM AMPLOS PODERES DISCRICIONÁRIOS.

Embora se possa argumentar que o poder da Coroa Portuguesa permaneceu relativamente fraco no controle da sua colônia mais rica nos séculos XVI e XVII, a descoberta de ouro e diamantes no século XVIII provocou um esforço enorme em fortalecer a presença do Estado português no Brasil colonial. Tentativas persistentes para extrair impostos, controlar o contrabando e diversificar a economia levaram a uma maior regulação das práticas cotidianas no Brasil. A mudança da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, trouxe uma alteração significativa na relação dos súditos portugueses com a autoridade real. A presença física do príncipe regente e da família real e a burocracia estatal e militar transformaram o Rio e a cultura política da nova capital do Império Português. Residentes do Rio, da elite econômica aos artesãos e escravos, de repente tiveram acesso direto ao Estado de maneira que anteriormente só estavam disponíveis para poucos. Embora precários, os sistemas de transporte e comunicação e a resistência ao poder centralizado em diferentes regiões do Brasil contra o fortaleci-

mento do poder real e do Estado, uma tendência gradual e consistente, levou a um maior controle centralizado que emanava do Rio.

A independência de Portugal, em 1822, foi associada ao estabelecimento de uma monarquia constitucional. No entanto, o poder moderador inserido por Dom Pedro I na Constituição de 1823 concedia um poder arbitrário ao monarca para derrubar decisões de corpos eleitos e utilizar de discricionariedade para dirigir ou influenciar a maioria dos assuntos políticos. Entre muitos poderes, a constituição concedeu à monarquia autoridade final sobre os outros três ramos do governo com a capacidade de dissolver o Congresso, constituir novas administrações e nomear senadores vitalícios. O imperador podia dispensar favores, distribuir recompensas e conceder benefícios aos leais à Coroa, enquanto marginalizava os que não o eram.

A consolidação de um Estado mais centralizado com a ascensão de Pedro II ao trono, em 1840, e as suas inclinações pessoais para participar nas minúcias da política durante o seu reinado de quase cinquenta anos consolidaram a noção de que o chefe de Estado tinha a obrigação de intervir ativamente nos assuntos políticos com mão pesada se necessário fosse.

A tradição do poder moderador, embora não faça parte da Constituição Republicana de 1890, estabeleceu um precedente para permitir que o Executivo tenha amplos poderes. Isso foi o caso depois de 1930 e especialmente durante o Estado Novo e a ditadura militar, mas se manteve também ao longo dos anos da democracia.

O SEGUNDO ELEMENTO: A IMPORTÂNCIA DO CARISMA DOS LÍDERES DA NAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS ESTREITOS COM O POVO.

A personalidade impetuosa de Dom Pedro I impediu-o de tornar-se um monarca carismático. Durante as cinco décadas de po-

der de seu filho, Dom Pedro II consolidou uma conexão íntima entre sua pessoa e o povo. Ele se tornou uma figura patriarcal e muito pública, cujo envolvimento direto no desenvolvimento do Brasil o manteve extremamente visível e presente na imaginação popular. Em parte, a falta de um herdeiro do sexo masculino para continuar essa tradição patriarcal e sua saúde e energia em declínio serviram como argumentos republicanos, entre outros, para o fim da monarquia. Os políticos do século XX, especialmente Getúlio Vargas e Luiz Inácio Lula da Silva, capitalizaram essa tradição, cultivando-a com sucesso em benefício político. A capacidade dos dois de construir conexões estreitas com as grandes massas explica parcialmente sua popularidade duradoura.

**O TERCEIRO ELEMENTO: A DINÂMICA POLÍTICA
GENERALIZADA DA CONCILIAÇÃO, ISTO É, TENTATIVAS
DE ENCONTRAR COMPROMISSOS E ACORDOS
POLÍTICOS PARA EVITAR CONFLITOS E MANTER O
STATUS QUO.**

Um Executivo forte pode impor a vontade imperial ou presidencial, enquanto o carisma pode ajudar um político a atrair inimigos e manter aliados, mas o compromisso político e a cooperação são ingredientes fundamentais para garantir o consenso relativo e a estabilidade política contínua. Nesse sentido, as culturas duais da conciliação e da maleabilidade ideológica foram ingredientes chave para um acordo duradouro que garantiu a longevidade da escravidão durante o século XIX e a estabilidade política em quatro das cinco décadas do longo reinado de Dom Pedro II.

Liberais e Conservadores lutaram pelo controle do Estado que permitia o acesso ao poder e aos recursos para manter o clientelismo e suas relações de subordinação. No entanto, os governos de unidade nacional, durante a década de 1850, bem como numerosos acordos

para a abolição gradual e controlada da escravidão, predominaram sobre o conflito e a contestação. A noção de que o “melhor conservador era um liberal no poder” falava da flexibilidade ideológica dos políticos do império, que privilegiavam a manutenção de um status quo econômico e político sobre desacordos programáticos. Encontrar compromisso e acomodação entre os setores das elites dominantes para manter a escravidão no século XIX e um sistema restritivo de governança no início do século XX garantiu a continuidade econômica na transição do império para a república com limitados conflitos e pouco derramamento de sangue.

A conciliação também foi o *modus operandi* predominante para os governos de Vargas de 1930 a 1945, durante o período de democratização do final da Segunda Guerra Mundial até o golpe militar de 1964, e durante o processo de democratização nos anos 1970 e 1980. A fraqueza dos partidos políticos e a correspondente flexibilidade ideológica dos políticos continua sendo um fenômeno notável.

**O QUARTO ELEMENTO: UMA PERSISTENTE
CONFIANÇA NO ESTADO PARA GARANTIR SISTEMAS
DE CLIENTELISMO QUE REFORCEM LIGAÇÕES E
REDES SOCIAIS PESSOAIS QUE SUSTENTEM O PODER
POLÍTICO.**

A acomodação política que procura alcançar acordos, se não consenso, e que favorece combinações pragmáticas sobre considerações ideológicas, facilita o sistema profundamente arraigado no clientelismo que persistiu durante o período colonial, imperial e republicano. Baseia-se na fidelidade política com a mobilização, caso necessário, para sustentar o poder político e reforça a natureza pragmática e não ideológica dos partidos políticos. O Estado, como canal desse sistema indireto de distribuição e redistribuição de re-

cursos, poder e influência, também se tornou o lócus da corrupção, já que a administração tradicional oferece infinitas oportunidades de conceder emprego, resolver problemas burocráticos e extrair recursos estatais para a fins escusos e ganho pessoal.

O QUINTO ELEMENTO: A CRESCENTE INFLUÊNCIA DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS, DESDE O FINAL DO SÉCULO XIX ATÉ O FINAL DO SÉCULO XX.

Muitos historiadores apontam a Guerra do Paraguai (1864-70) como a origem de uma crescente confiança por parte dos militares em intervir nos assuntos políticos que culminaram na derrubada do Império, em 1889, e estabeleceram um padrão para que as forças armadas participassem ativamente na política em momentos cruciais ao longo do século XX. No entanto, eu diria que Duque de Caxias, pai patrono do exército brasileiro, que reprimiu numerosas rebeliões regionais nas décadas de 1940 e 1950, abriu o precedente para a intervenção militar na política. A sua forte ação contra as forças rebeldes ajudou a consolidar e unificar a nação, mas também estabeleceu a tradição na qual as forças armadas se tornaram um aparato repressivo eficaz para controlar a insurgência interna. Depois de 1889, setores militares cresceram cada vez mais confiantes sobre seu papel como defensores da ordem, e as forças armadas participaram de numerosas tentativas de influenciar a política e derrubar governos.

Em vez de integrar esses cinco elementos em uma análise abrangente da história do Brasil durante o século XX, hoje quis usá-los como pano de fundo para entender a dinâmica da transição para a democracia, que começou há quarenta anos, e pensar um pouco sobre a noção de justiça de transição das últimas duas décadas e a situação política atual.

Uma das principais razões para o golpe de 1964 foi a crescente força dos movimentos sociais durante o governo de João Goulart, que chegou

até mesmo à base do Exército e da Marinha e assustou os oficiais de alta patente das forças armadas. As fraquezas políticas de Goulart no Congresso e sua incapacidade de impor um forte poder executivo, a decisão do governo dos EUA de retirar seu apoio e uma ampla coalizão de empresários brasileiros, partes da Igreja, setores da classe média e a embaixada americana ofereceram as condições que os militares precisavam para realizar o golpe de 31 de março a 1 de abril de 1964.

Quando os militares chegaram ao poder, todas as alas das forças armadas, desde os chamados moderados até a suposta linha dura, estavam particularmente preocupadas com a legitimidade doméstica e internacional do novo regime. Assim, apesar de todas as medidas autoritárias que impuseram, desde o Ato Institucional, em abril de 1964, até a tortura sistemática de opositores, entre 1968 e 1977, houve um equilíbrio com repetidas tentativas de apresentar uma aparência de democracia interna e legalidade no país dentro do contexto de um regime totalmente inconstitucional e antidemocrático, em que as forças armadas detinham quase o monopólio do poder.

Os esforços para manter o Congresso aberto (a menos que se tornasse intransigente demais) ou para reter partidos políticos e realizar eleições periódicas foram parte de uma tentativa de construir e consolidar uma base de apoio dentro da população e manter uma imagem internacional como uma democracia verdadeira. O modus operandi básico do regime era simplesmente mudar as regras do jogo toda vez que se vislumbrava a possibilidade de perder o controle sobre a situação política. As tradições de um executivo forte deram-lhe legitimidade para promulgar os atos institucionais. As tradições de conciliação, patrocínio e clientelismo permitiram-lhe neutralizar ou conquistar setores da oposição. Embora os presidentes gerais nunca tenham realmente desenvolvido uma relação carismática com a população, sua máquina de propaganda, especialmente durante os anos de Médici, foi uma ferramenta bem-sucedida na criação de uma ligação positiva entre grandes setores da população e o regime.

Dito isto, é importante ressaltar que o apoio ao regime militar permaneceu relativamente fraco, especialmente a partir da crise de petróleo de 1974 e a distensão controlada proposta por Golbery e Geisel, que foi minada pelas vitórias eleitorais do MDB de 1974, e ainda mais pela onda de greves em 1978-80, que desafiou as políticas econômicas e sindicais do regime.

No entanto, uma forma de conciliação política era essencial para o regime manter as aparências de democracia como meio de sustentar sua legitimidade enquanto, de fato, os militares governavam. Um dos melhores exemplos foi a capacidade de o regime obter apoio suficiente em um Congresso relativamente controlado para aprovar a Lei de Anistia de 1979, que permitiu que a maioria dos prisioneiros políticos deixasse o cárcere e a maioria dos exilados voltasse ao Brasil, mas também protegeu os agentes do Estado que cometeram graves violações dos direitos humanos.

Como grande parte das mudanças significativas no regime, a lei foi uma combinação de uma decisão de cima para baixo dos generais no poder e da pressão da campanha pela Anistia, entre 1975 e 1978, que unificou a esquerda radical e moderada, mas culminou em uma lei que perdoava os torturadores.

No Brasil, a transição para a democracia durou, em realidade, doze anos. Se considerarmos que foram necessários mais quatro anos entre a eleição indireta de Tancredo Neves e a Constituição de 1988, pode-se argumentar que a transição para a democracia durou quinze anos.

A conciliação política entre setores dos militares e da oposição foram marcas da derrota do regime nas eleições presidenciais indiretas de 1984, quando setores de Arena abandonaram o exército para se juntar à oposição. O PMDB, que havia se tornado o principal partido político da oposição, havia se fortalecido nesse processo e a esquerda, em geral, passou a década seguinte liderando movimentos sociais e organizando o PT como o principal partido de centro-esquerda.

Com a exceção de uma minoria da esquerda que continuou a lutar pela justiça de transição, a maioria desta decidiu “virar a página” e seguir em frente, concentrando-se na construção do PMDB, PDT ou PT. Em outras palavras, o regime militar era forte o suficiente, apesar da oposição significativa, para controlar o processo de liberalização de uma forma que o protegesse de qualquer condenação. A oposição de esquerda precisou de mais uma década para consolidar novos partidos políticos com força potencial suficiente para reexaminar o passado e forçar algum tipo de prestação de contas.

Nesse meio tempo, o PT, principal partido político de esquerda, tornou-se parte integrante da cultura política brasileira, reforçando um executivo forte nos governos de Lula e Dilma e adaptando-se à conciliação política, ao clientelismo, ao patrocínio e à corrupção. Tudo isso foi construído em grande parte com o relacionamento carismático de Lula com o povo. Ao mesmo tempo, os militares, embora enfraquecidos, ainda tinham força suficiente para proteger seus interesses corporativos, pelo menos contra processos por crimes cometidos durante a ditadura.

Ao longo desse período, ativistas de direitos humanos pressionaram o Estado para enfrentar os crimes do regime militar, com resultados lentos e firmes, mas muito parciais. Diferentemente do Chile e de Argentina, o relatório *Brasil Nunca Mais*, de 1985, não foi um documento oficial. Não obstante, ativistas de direitos humanos lutaram pelo estabelecimento da Comissão Parlamentar dos Desaparecidos, pela Lei de Reparações, Comissão de Anistia, e articulação da ideia de uma Comissão da Verdade e seu estabelecimento em 2012. Em outras palavras, a justiça transicional tem sido aplicada, mas apenas lenta e parcialmente, e em um período muitos anos depois da saída dos militares do poder.

O tempo não me permite oferecer uma avaliação em profundidade dos resultados da Comissão Nacional da Verdade, mas a composição dos primeiros comissários, concebida para produzir um consenso entre os diferentes ex-presidentes e os seus partidos e criar uma legitimidade

para suas atividades, paralisou seu primeiro ano de funcionamento. Por um lado, os resultados finais da missão principal da Comissão, ou seja, descobrir mais informações sobre os desaparecidos e criar novas condições para anular a Lei de Anistia, não foram concretizados. Ao mesmo tempo, as comissões da verdade locais e os esforços para ampliar o escopo das investigações da Comissão de Verdade encorajaram a discussão do genocídio de grupos indígenas sob o regime militar, os assassinatos de camponeses e ativistas rurais e a discussão de outros grupos que não faziam parte das concepções originais sobre o alcance da Comissão da Verdade.

Para citar apenas um exemplo, o trabalho que o professor de direito Renan H. Quinalha e eu fizemos para ampliar o foco da comissão para considerar a perseguição sistemática de homossexuais durante o regime militar foi muito além das narrativas tradicionais de esquerda, que enfocavam na repressão, na tortura e nos desaparecidos da resistência radical ao regime. O capítulo sobre homossexualidades e a ditadura, incluído no relatório final da Comissão, bem como o livro que organizamos, *Homossexualidades e a ditadura brasileira: Opressão, resistência e a busca da verdade* (Editora da UFScar, 2014) ajudaram a expandir a pesquisa e a consideração das múltiplas maneiras pelas quais o regime militar violou os direitos humanos e democráticos desse segmento da população.

O que está claro é que a Comissão da Verdade foi apenas um passo em um caminho muito mais longo e sinuoso em direção à justiça. As recomendações que faziam parte do relatório final exigiam o fim da anistia aos torturadores e uma reforma das instituições de policiamento, entre outras medidas. Porém, a situação política do final de 2014 não oferecia possibilidades para levar adiante as propostas da Comissão. E a impunidade que as forças armadas e a polícia têm desfrutado somente reforça e legitima a violência contra os pobres e as pessoas negras, que são os alvos privilegiados da repressão do Estado hoje em dia.

Penso que o consenso entre os grupos de direitos humanos que persistem em lutar pela anulação da Lei da Anistia é o entendimento de que a impunidade dada à polícia e aos militares por graves violações dos direitos humanos durante a ditadura é uma das razões pelas quais a violência e os assassinatos de afro-brasileiros, indígenas e ativistas rurais persistem. Marielle Franco é apenas um exemplo entre muitos.

A negação do racismo sistemático no Brasil e a defesa acrítica da ideologia da democracia racial, que são legados gêmeos do século XX, marcaram ainda mais o fato de que as pessoas de cor são mais propensas a sofrer violência policial do que as pessoas com origens europeias. Se há impunidade para as forças repressivas que mais torturaram os filhos e filhas radicalizados da classe média brasileira há quatro décadas, como alguém pode imaginar que a polícia será responsabilizada pela morte arbitrária de jovens negros no Brasil de hoje sob o pretexto de combater o crime, as drogas e a delinquência?

Para concluir, os cinco legados da história brasileira que mencionei no início desta palestra estão, obviamente, bem presentes hoje.

O atual governo está aproveitando um executivo forte para realizar reformas neoliberais, dismantlar o Estado e fortalecer o papel dos militares. Embora o fim da corrupção tenha sido uma promessa de campanha, revelações recentes indicam que ele e seus seguidores estavam tão inseridos no sistema de corrupção durante a campanha quanto as pessoas que ele condena. Embora eu não acredite que as eleições de 2018 tenham sido uma derrota histórica e irreversível para as forças progressistas, a tarefa de reagrupar e resistir não será fácil.

No final dos anos 1970, quando surgiram movimentos negros, indígenas, feministas e gays e lésbicas durante o processo de democracia, houve um acalorado debate entre as forças da oposição sobre o papel das demandas democráticas desses movimentos, que hoje chamamos de políticas identitárias. Na época, as pessoas argumentaram que o feminismo, o antirracismo, a defesa dos povos indígenas e a luta pelos

direitos LGBT supostamente dividiam a oposição e eram questões secundárias, que seriam resolvidas ou discutidas em algum momento no futuro distante, quando a democracia ou um governo progressista chegasse ao poder. A principal luta tinha que ser contra o regime militar. Outras questões dividiam a oposição.

Lembro-me muito bem desses debates na USP, quando estava estudando no Departamento de Ciências Sociais, no final dos anos 1970. Esse argumento foi errado naquele momento, mas infelizmente está sendo articulado novamente por forças importantes da oposição atual. Fico impressionado com o pouco que alguns aprenderam com o passado. Sim, é verdade que, nas últimas eleições presidenciais, a direita conquistou os evangélicos com uma agenda conservadora sobre questões morais e sociais, mas nosso trabalho não deveria ser o de capitular ao seu programa reacionário.

Nos anos 1970, eu argumentava que a polarização entre a chamada luta maior e outras lutas entendidas como menores era uma dicotomia falsa. Hoje, insisto que a luta pelos direitos democráticos e humanos está na vanguarda da resistência, juntamente com a batalha contra as políticas neoliberais para dismantelar o estado de bem-estar social. Pensar que essas questões não estão no centro da luta contra a extrema-direita implica não entender os objetivos estratégicos dessas forças moralizantes, que uniram o conservadorismo social e econômico em uma ofensiva única.

Voltar aos debates do final da década de 1970 significaria que nada aprendemos com a expansão da democracia nos últimos anos. E, apesar do momento horrível que o Brasil atravessa e da possibilidade de que esse pesadelo durará mais seis anos, continuo otimista dentro do contexto de uma conjuntura negativa. Não acredito que as tradições de movimentos sociais tenham sido derrotadas, nem sejam derrotadas pelos esforços da extrema-direita. As mobilizações retornarão e

as forças progressistas voltarão ao poder novamente. Nós devemos ser pacientes e determinados.

Em 1989, quando Herbert Daniel, o protagonista do meu livro mais recente, descobriu que tinha AIDS num momento em que não havia cura para a doença, ele sugeriu um slogan que na época parecia bizarro. Era simples: a cura da AIDS é solidariedade. Era uma noção de que apoio e solidariedade eram os instrumentos mais poderosos para combater a doença. Embora não desejemos fazer uma analogia direta entre a AIDS e o atual governo, nossa melhor arma no momento é a solidariedade mútua para oferecer apoio à medida que nos confrontamos e lutamos contra o que está entre nós.



**Ditadura e políticas de
comportamento: entre o
controle e a transgressão**

Questões de gênero na doutrina de segurança nacional outra face da ditadura civil-militar brasileira

*Ana Rita Fonteles Duarte*¹

A ditadura civil-militar, implantada no Brasil em 1964, tem características de guerra. Baseado na Doutrina de Segurança Nacional, o regime combate o “inimigo interno”, identificado com setores da oposição, passíveis de infiltração pela ação comunista, direta ou indiretamente. Incluía-se na lista estudantes, sindicalistas, intelectuais, movimentos sociais e os que pudessem provocar “antagonismos” e “pressões” de desestabilização da ordem. A segurança interna tinha-se, como missão comparável à defesa do País, diante de ameaça de invasão de exército estrangeiro, e caberia ao Estado de Segurança Nacional determinar, em última instância, quem era o inimigo e que atividades constituíam ameaças.

As forças militares foram, nesse contexto, dotadas de poderes praticamente ilimitados sobre a população, e os aparelhos de segurança e informações agiam de forma preferencialmente violenta, com tática

1 Ana Rita Fonteles Duarte é Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Ministra disciplinas nas áreas de Teoria da História e Prática de Ensino na graduação. Integra as linhas Cultura e Poder e Memória e Temporalidades no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFC). Atualmente, coordena o PPGH/UFC. É também Membro do corpo docente do Mestrado Profissional em História - Prohistoria (UFC). É doutora em História Cultural pela UFSC e mestra em História Social pela UFC. Possui graduação em Comunicação Social/Jornalismo (UFC). Tem experiência nas áreas de História e gênero, história das mulheres, gênero e ditadura no Brasil. Coordena o Grupo de Pesquisas e Estudos em História e Gênero (GEPEHG).

cas de guerra e métodos desumanos. Todos eram suspeitos até a prova do contrário. A ação faz apontar o caráter da ditadura brasileira como de guerra “interna”, “total” e “permanente”, uma vez que fatores possíveis eram colocados à disposição de defensores do regime, inclusive desrespeito às leis ou criação de legislação arbitrária, tortura, mortes, desaparecimentos, vigilância.

Como em outras “guerras totais”, as forças promotoras da ditadura brasileira mobilizaram pessoas para apoio à causa, pelas identidades de gênero², ainda antes da consumação do Golpe, em 31 de março de 1964. Embora pouco explorado pelas pesquisas históricas brasileiras, é possível perceber índices de arregimentação e mobilização específicas.

As maiores manifestações em contraposição ao governo de João Goulart, taxado de “comunista”, foram organizadas por grupos liderados por mulheres, como a Campanha da Mulher pela Democracia (Guanabara), a União Cívica Feminina (São Paulo), a Liga da Mulher Democrata (Minas Gerais) e a Cruzada Democrática Feminina (Pernambuco), patrocinadas por entidades civis e associações de classe e grupos militares pró-golpe. Segundo Motta (2002, p. 241), a participação das mulheres, por meio da criação de diversas entidades de caráter anticomunista por todo o país, foi decisiva nas mobilizações que levaram ao Golpe.

Sua presença, na cena pública, era um fato novo da política nacional, mas as mulheres não estavam reivindicando direitos, e sim defendendo a ordem tradicional, a família, a religião e a propriedade. Com forte impacto na classe média, da qual muitas eram oriundas, deu-se a

2 Partilho do conceito de identidade não como algo fixo e imutável, ligado à essência do sujeito, mas como ponto de encontro entre discursos e práticas que tentam nos interpelar, falar ou convocar para assumir lugares como sujeitos sociais, em discursos determinados, e processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode falar. As identidades são assim pontos de apego, de caráter temporário, posições de sujeito construídas pelas práticas discursivas para nós (HALL, 2000, p.111-112). O gênero, como categoria de análise, neste projeto, é compreendido como construção cultural que estabelece diferenças entre os sexos, codificando e distribuindo o poder entre homens e mulheres com atribuições específicas destes (CAPDEVILA, 2001, p.104).

impressão de que a sociedade estava mobilizada na luta anticomunista. A impressão advinha da força simbólica como mães, guardiãs do lar e da família. Agiam publicamente com apelo à consciência de “pais e mães de família” e valores cristãos, comportamento que durou, pelo menos, dois anos depois do Golpe quando as atividades dos grupos desapareceram publicamente.

Os homens também foram mobilizados especificamente e apoiados por grupos favoráveis ao golpe, incluindo setores da Igreja Católica. A Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), fundada em 1960, inseriu-se no quadro de luta anticomunista fornecendo um exemplo de engajamento contrarrevolucionário inspirado na doutrina católica, reunindo militância organizada formada por jovens rapazes vindos, em sua maioria, de escolas católicas.

Escolhidos em rigoroso processo seletivo, eles tinham vida e comportamentos controlados em regime espartano. Moravam coletivamente em casas da organização, livros e jornais a que tinham acesso eram previamente selecionados, não viam TV, deitavam-se sempre às 10h da noite, com pijamas abotoados até o pescoço, andavam sempre trajando ternos e trazendo cabelos curtos, além de frequentarem aulas de artes marciais, reveladoras da compreensão que tinham acerca da luta contrarrevolucionária a ser empreendida contra os comunistas.

A entidade, que manteve atuação até o início da década de 80, chegou a reunir 1.500 militantes divididos em 38 cidades espalhadas por 15 estados brasileiros, alcançando notoriedade pelo impacto de suas atividades públicas. Além de coletar abaixo-assinados, incursionavam com equipes volantes pelo interior do país fazendo propaganda anticomunista, vendendo publicações, realizando desfiles públicos, que muitas vezes acabavam em violentos conflitos com grupos de esquerda.

Os grupos caracterizados acima, formados tanto por homens como por mulheres, no entanto, podem ser pensados como implementação de mobilizações extremas articuladas por setores apoiadores do Golpe. É certo que alguns deles continuaram atuando após o estabelecimento da ditadura militar, apoiando-a, baseados num forte

ideário anticomunista. Todavia, num regime caracterizado como de guerra total, a existência desses grupos não bastaria para exercer um trabalho de contraofensiva que envolvesse a população em geral.

GÊNERO A SERVIÇO DO REGIME

De acordo com Rezende (2001, p. 36), o regime ditatorial implantado em 1964, no Brasil, articulou, via movimento militar, a formulação de um sistema de valores de suposta “intenção democratizante” que deveria permear todas as ações postas em prática. A busca pelo reconhecimento de suas ações passava por uma disposição para proteger e desenvolver valores relacionados à família, à escola, à propriedade, entre outros.

É nesse sentido que procuramos entender a estratégia de mobilização nacional também como uma mobilização de identidades de gênero, a fim de estruturar e legitimar o regime militar. A Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949 no âmbito da Guerra Fria e ligada ao Ministério da Defesa, tornou-se, durante a ditadura pós-1964, o principal centro de elaboração e disseminação de um pensamento acerca da segurança nacional e das formas de combater ameaças ao projeto implementado numa parceria entre militares e civis. Seus criadores tiveram como objetivo, desde o início, o reforço de sua posição no aparelho de Estado por meio da realização de estudos sigilosos e circunscritos a grupos pequenos, além de almejar a mobilização política das elites³.

Não se preocupava, no entanto, apenas com a formação de altos oficiais, incluindo civis em seu quadro permanente, como professores ou convidados, alunos, conferencistas. Entre 1950 e 1967, 50% de seus alunos eram civis, vários ocuparam postos importantes no regime em instituições políticas e econômicas brasileiras. O primeiro

3 Ver Oliveira (1976).

presidente do regime, marechal Castelo Branco, foi um dos grandes expoentes da Escola.

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), elaborada pela ESG, pode ser analisada a partir de um pensamento sistematizado em textos cujo principal é o Manual da Escola Superior de Guerra, publicado em 1975 e reeditado com reformulações, periodicamente, até 2009, além de artigos publicados nas revistas A Defesa Nacional e Revista da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg), e do pensamento sistematizado de alguns dos seus principais ideólogos, como os generais Golbery do Couto e Silva e Moacir Araújo Lopes, integrantes da rede militar-civil, que institucionalizou e disseminou a DSN mediante a realização de conferências, seminários, debates e cursos por todo o país.

Os manuais da ESG e suas publicações complementares, destinadas a alunos de seus cursos e da Adesg, são lugares de referência para a apreensão da DSN e fornecem elementos para pensar o lugar que as relações de gênero, expressas por normas de conduta, análises comportamentais e posicionamentos diante de transformações culturais, têm na elaboração e reelaboração do projeto de Segurança Nacional durante o regime civil-militar, e de como essas preocupações foram sendo transformadas com o tempo a partir de novas demandas e mudanças sociais.

As possíveis mobilizações de gênero, na forma que pretendemos analisá-las, realizadas pela DSN poderiam ser realizadas a partir do estudo acurado e minucioso do que se conceitua na Doutrina como “estratégias psicossociais”, uma das expressões do poder nacional, ao lado das expressões política, econômica e militar. Geradoras de forte preocupação, naquele momento, essas expressões, de acordo com o Manual Básico da ESG:

“[...] estudam o homem e a sociedade, com vistas a determinar suas características, peculiaridades e vulnerabili-

dades, para daí inferir o valor atual e futuro dessa expressão de poder.”

As informações sobre o campo psicossocial do próprio país ganham realce, em nível estratégico, quando aspectos dessa expressão tomam o caráter de antagonismo ou pressão.

Todavia, nos dias de hoje, pela presença sempre atuante do Movimento Comunista Internacional – MCI, de natureza predominantemente psicológica, é, sem dúvida, no campo interno, a expressão do Poder que maiores preocupações inspiram aos órgãos de informação de segurança.

Os fundamentos e fatores da expressão psicossocial devidamente analisados e interpretados ensejam o conhecimento da realidade social de um determinado país e proporcionam subsídios para a tomada de decisões adequadas, especialmente no campo das relações diplomáticas, em tempos de paz, ou o emprego da arma psicológica, quando julgada conveniente, em particular nas situações de beligerância (BRASIL, 1975, p. 462).

As bases do Poder Nacional dentro dessa expressão psicossocial seriam a população, o meio ambiente e as instituições sociais. Os valores que embasam os deveres a serem desenvolvidos em relação a esses três aspectos carregam forte sentido religioso com conotação cristã. Encíclicas papais são citadas como formas de fortalecer argumentos. A presença de diretrizes para o que seriam hoje consideradas relações de gênero pode ser mais claramente perscrutada no que tange ao papel desempenhado pelas instituições sociais em seu caráter de ordenamento considerado pela Doutrina como imprescindível para a vida social, sendo esta passível de constantes estudos e busca por informações, tais como:

[...] Quais os grupos que estão adquirindo preeminência econômica e social? Quais são os desenvolvimentos dentro do elemento particular da população conhecida como força de trabalho? Que está acontecendo com a filiação às igrejas? Quem está entrando para os clubes e que espécie de clube é? Quem está fundando novas lojas, sociedades secretas e cooperativas? A esse respeito, as informações devem conhecer um grande número de outras coisas

acerca da sociedade, tais como alterações dos hábitos de vida, desenvolvimento de novas moradias, alterações na economia doméstica e diversões da família. Devem estar atentas às mudanças de gostos, maneiras e modas. [...] Devem conhecer as mudanças da atitude popular diante de um expurgo de indesejáveis, da nacionalização da propriedade privada, do partido do governo, do casamento civil, da instrução leiga, dos direitos das minorias, do serviço militar obrigatório, para citar apenas alguns dos pontos mais importantes (BRASIL, 1975, p. 464).

O fortalecimento, estabilização e aperfeiçoamento de instituições sociais fortaleceriam o poder nacional de acordo com a Doutrina da Escola Superior de Guerra. A dinâmica familiar é considerada fator da expressão psicossocial, apesar de se reconhecerem mudanças que estariam ocorrendo nesta instituição:

Na família, os compromissos éticos e morais de seus membros devem resultar de vínculos que se fortalecem no lar, órgão legítimo, onde virtudes, sentimentos e ideais encontram seu ambiente próprio. Na sociedade contemporânea, entretanto, efeitos perversos estão violentando a estrutura familiar em sua coesão e em seus legítimos desempenhos (BRASIL, 1981 (b), p. 54).

É importante salientar que o contexto histórico em que se realizam essas avaliações é de transformação das relações e identidades de gênero tradicionais numa ação marcada por embates e rupturas. O processo de modernização da sociedade brasileira, intensificado entre os anos de 1960 e 1980, trouxe consequências diretas para a família tradicional, desestabilizada nos vínculos entre seus integrantes e grupos de referência.

A entrada maciça de mulheres de classe média no mercado de trabalho, a disseminação da pílula anticoncepcional, as influências de modelos de comportamentos vindos de fora e reforçados pelos meios de comunicação e pelos movimentos sociais de contestação, incluindo o feminismo, conflitos de gerações estabelecido, a aprova-

ção da Lei do Divórcio, em 1977, desestabilizaram as ideias correntes sobre feminilidade e masculinidade, possibilitando a revisão dos valores morais tradicionais e permitindo, aos sujeitos históricos, a construção de novas formas de sociabilidade e comportamento.

As mulheres e os jovens, especialmente, tornam-se alvo de preocupação expressa pela instituição apontada como laboratório de ideias do regime, embora seja possível perceber um tom ambíguo nas análises realizadas pelos textos que reconhecem avanços realizados por estes grupos sociais.

[...] a mulher evoluiu bastante, no campo das atividades profissionais, especialmente em setores de atividades que, tradicionalmente, eram reservados ao sexo masculino.

Quanto à coesão da família, o trabalho da mulher fora do lar contribuiu para enfraquecê-la. Quer realize os trabalhos domésticos, quer trabalhe fora, a mulher costuma sair e ter muita presença nos empreendimentos comunitários. Por outro lado, tem progredido a divisão equitativa dos afazeres domésticos, o que estimula o companheirismo (BRASIL, 1975, p. 399).

A participação dos jovens na força de trabalho remunerado, que lhes facilita prematura emancipação financeira e a possibilidade de se afastarem cedo do lar paterno, encurta o convívio familiar e facilita, não raras vezes, efêmeras ligações, nas quais as ligações afetivas são totalmente desprovidas de qualquer compromisso ético e moral. Por via de consequência, podem-se enfraquecer, sub-repticiamente, os laços familiares e a influência educativa dos pais, com graves consequências sobre o equilíbrio emocional dos filhos, que irão crescendo com possíveis desajustamentos e conflitos (BRASIL, 1981 (b), p. 54).

FORMAS DE MOBILIZAÇÃO

Para preparar a mobilização, de acordo com o Manual Básico da Escola Superior de Guerra, seria necessário conhecer traços e padrões culturais, a fim de que, por intermédio da comunicação social, se conseguisse de maneira eficaz desencadear mensagens que

“conscientizassem” sobre a importância das necessidades da nação. A comunicação social é vista como “responsável, em grande medida, por processos como interação social, formação da opinião pública, do Moral Nacional e pela valorização do ócio e do lazer” (BRASIL, 1979, p.152-153).

Importante salientar que a preocupação e entendimento do lugar de importância assumido pelos meios de comunicação social passa a ser preocupação do regime, mediante a constituição de condições de infraestrutura que permitiram a disseminação de uma indústria cultural – é nos anos 1960 que a TV se consolida como veículo de massa, o cinema se estrutura como indústria nos anos 1970, além das indústrias do disco, editorial e publicidade, etc. – e do controle sobre os conteúdos e formas de expressão por meio da constituição de um importante aparato de censura ligado ao Ministério da Justiça, intensificado com a promulgação da Constituição de 1967, que expandiu a competência da União para censurar, além de filmes e peças teatrais, também programas de rádio e TV, imprensa periódica e letras de música. À Divisão de Censura de Diversões Públicas, do Ministério da Justiça, coube o papel de estabelecer as condições de apreciação, liberação e veto de obras artísticas, tarefa exercida durante os 21 anos de ditadura, embora esse trabalho tenha superado o ano de 1985.

A preocupação com o que veiculavam os meios de comunicação vai ao encontro de outras instituições, como a Igreja Católica, valorizada em sua tarefa de recuperar valores numa sociedade em crise. O papado publicou suas posições e diretrizes sobre o bom uso da cinematografia, rádio e televisão, instruindo, em meados dos anos 1960, expectadores, produtores, autores, pais, pastores e autoridades a defenderem as leis morais na produção artística e de informação via meios de comunicação.

Finalmente, este poder público que legitimamente trabalha para o bem dos cidadãos, tem o dever de procurar

justa e zelosamente, mediante a oportuna promulgação e diligente execução das leis, que não se cause dano aos costumes e ao progresso da sociedade através do mau uso destes meios de comunicação. Essa cuidadosa vigilância, de modo algum restringe a liberdade individual e social, sobretudo se faltam as devidas precauções por parte daqueles que por motivo de seu ofício manejam tais instrumentos.

Tenham-se um especial cuidado na defesa dos jovens contra a imprensa e os espetáculos que possam ser nocivos à sua idade (INTER MIRIFICA, 1965, p. 11-12).⁴

Outro campo estratégico para a disseminação da Doutrina de Segurança Nacional, no que toca à mobilização que chamamos de identidades de gênero, foi a educação. O período da ditadura militar no Brasil representou uma série de modificações para esse campo, como ampliação da privatização do ensino, implantação do ensino profissionalizante, a presença dos Estados Unidos na implementação de uma série de políticas pelos acordos MEC-USAID⁵, a intensificação de formação positivista que exaltava a ideia de um Brasil grande. Essas questões vêm sendo pensadas por diversos pesquisadores, mas para o que nos interessa mais de perto é fundamental analisar como o regime e seus ideólogos, a partir da ESG, compreendiam a escola como espaço estratégico para o combate ao “inimigo interno”, substanciado nas ameaças à moral e aos costumes.

Presente em variados textos de manuais da ESG, a escola é pensada como um órgão da Expressão Psicossocial do Poder Nacional, agindo como uma continuadora e ampliadora “da função educativa

4 No encerramento da segunda sessão do Concílio Vaticano II, em 04 de dezembro de 1963, a Igreja Católica através do Papa Paulo VI aprovou Decreto sobre os Meios de Comunicação Social: imprensa, Cinema, Rádio, televisão e demais. Já em 1957, o Papa Pio XII havia lançado a Carta Encíclica Miranda Prorsus, sobre cinematografia, rádio e televisão.

5 Acordos realizados entre o Ministério da Educação e a United States Agency for International Development (USAID) com o objetivo de promover a reforma do ensino brasileiro, a partir de 1966. Entre algumas das principais mudanças adotadas estão a fusão entre os cursos primário e ginasial, formando o ensino fundamental, ensino obrigatório do inglês desde as primeiras séries do Ensino Fundamental, redução da carga horária das aulas de História e eliminação do currículo da disciplina de Filosofia.

do lar”. Essa tarefa tornar-se-ia mais “complexa à medida que se multiplicam e diferenciam os valores culturais do grupo social, passando a exigir a criação de normas que garantam o equilíbrio da convivência social” (BRASIL, 1979, p.156).

A degradação de valores que seriam caros à Moral Nacional, a ameaça à estabilidade das instituições como família e igreja, assim como a necessidade de combater o crescimento do pensamento “marxista” no âmbito da educação, motivaram a criação da Comissão Nacional de Moral e Civismo, em 1969.

Eram atribuições desse órgão, ligado ao Conselho de Segurança Nacional, não somente a definição curricular e aprovação de livros didáticos para a disciplina de Educação, Moral e Cívica, também criada em 1969, mas cabia a ela um trabalho mais amplo de articulação com autoridades civis e militares de todos os níveis de governo para implementação e manutenção da doutrina de Educação, Moral e Cívica; colaborar com as organizações sindicais de todos os graus para o desenvolvimento e intensificação de suas atividades relacionadas com a Educação, Moral e Cívica; influenciar e convocar a cooperação para servir aos objetivos da Educação, Moral e Cívica, as instituições e órgãos formadores da opinião pública e de difusão cultural, incluindo jornais, revistas, teatros, cinemas, estações de rádio e TV, entidades esportivas e de recreação, entidades de classe e órgãos profissionais e empresas gráficas e de publicidade, além de manter vinculações com os órgãos governamentais encarregados de ações repressivas ao que seriam “fatores negativos para a boa formação moral e cívica” (BRASIL, 1969, p.19).

A Comissão, composta de dez membros nomeados pelo Governo, sendo “de preferência diplomados pela Escola Superior de Guerra” (BRASIL, 1969, p.18), era formada por militares, padres e educadores, e, de acordo com as atribuições presentes em seu decreto de cria-

ção, teria amplo poder de decisão nas questões ligadas às questões relacionadas à Educação Moral e Cívica dentro e fora da escola.

Os escritos militantes⁶ de seu primeiro presidente, professor e especialista de “liderança na guerra revolucionária” da Escola Superior de Guerra, general Moacir Araújo Lopes, evidenciam o caráter estratégico da imposição da disciplina pelo regime e de conquistas obtidas pela Comissão em seu trabalho de convencimento sobre outras esferas governamentais, inclusive na construção de decretos e modificações à constituição, como no caso da censura moral à publicação de livros, jornais e outros periódicos:

É nesta difícil conjuntura que o Governo, em esplêndida demonstração de verdadeiro nacionalismo, lança as vistas para o basilar campo psicossocial e promulga o Decreto Lei 869, de 12-9-1969, sobre Educação, Moral e Cívica. Torna-a obrigatória como disciplina e como prática educativa – ideia e vivência. Mas o que é fundamental: dá-lhe seguras bases filosóficas-constitucionais teístas, e estende a influência destas bases às atividades de todo professor brasileiro – público e privado. Em outras palavras, estende as bases filosófico-constitucionais à Educação no Brasil, resgatando décadas de experiências imprecisas e neutras. [...] Quase em seguida, a Emenda Constitucional n.1, de 17-10-1969, afirma no final do parágrafo 8º do art.153, que “Não serão, porém, toleradas... as publicações e exteriorizações contrárias à moral e os bons costumes”. E, finalmente, o Decreto Lei n. 1077, de 26-01-1970, regulamenta o texto constitucional.

Abre-se a perspectiva de ser sustada a tentativa em curso de degradação da mulher e do exílio da família, fatos observados em velhas civilizações degradadas e que, no tempo, mereceram correções memoráveis: Sodoma, Gomorra, Babilônia, Roma, Pompéia (LOPES, 1971, p. 148).

Para lecionar a disciplina de Educação, Moral e Cívica, os professores que atuassem no ensino superior ou médio deveriam ser for-

6 Moacir Araújo Lopes realizou de cursos, palestras e discursos voltados para a formação de professores em vários estados brasileiros. Seus textos, aulas, palestras, foram publicados em livros como *Moral e Cívismo* (1971), *Fortalecimento do homem brasileiro e da democracia brasileira* (1975), *Olavo Bilac, o homem cívico* (1968).

madros nas faculdades de filosofia, e os que atuassem no então ensino primário deveriam receber a formação nas Escolas Normais ou estabelecimentos equivalentes. Mas, para além de uma preocupação com a formação conteudística da disciplina, definida pelos integrantes da CNMC, seria necessário que o professor se adequasse ao esperado também em termos morais, cabendo punições para aqueles que infringissem os valores da Educação, Moral e Cívica, apoiados nas “tradições nacionais”, tais como “a preservação, fortalecimento e projeção dos valores espirituais e morais da nacionalidade” e “o aprimoramento do caráter, com apoio na moral e no amor à família e à comunidade”. Aqueles de conduta considerada inadequada podiam ser submetidos a processos, podendo ser suspensos das funções por um prazo de até 10 anos e ficando impedidos, durante a suspensão, de exercer cargo ou função em qualquer estabelecimento de ensino (BRASIL, 1969, p.19).

Na condução da disciplina, o papel dos professores e, especialmente, das professoras, coloca-se como fundamental para o sucesso da empreitada como explicita a conclamação de Moacir Araújo Lopes, embasado por dois expoentes do pensamento católico na área de educação, em sua Mensagem a professores, pronunciada em solenidade de encerramento do curso de Dinâmica da Educação Moral e Cívica, no Instituto de Educação da Guanabara, em 20 de dezembro de 1969:

Nas citações de Frans de Hovre, sobre Kidd⁷, a importância fundamental da Juventude e da Mulher, na evolução dos povos e da raça, resulta da capacidade para a criação de valores espirituais. Valores esses que são a causa e a origem dos atos, comportamentos e exemplos morais e cívicos, imprescindíveis à formação e aperfeiçoamento do caráter, à vivificação das Instituições e à integridade, coesão e unidade da própria Pátria.

7 Frans de Hovre, intelectual católico e opositor da Escola Nova, publicou nos anos 1930, no Brasil, o livro *Ensaio de Filosofia Pedagógica*, destinado à formação de professores. O livro foi relançado pela Editora Nacional, em 1969, ano em que a disciplina Educação, Moral e Cívica foi criada e regulamentada pelo regime militar. Foi influenciado por Benjamin Kidd, sociólogo e filósofo anglo-irlandês. Tornou-se célebre pela publicação do livro *Social Evolution*, no final do século XIX, em que propunha uma teoria da evolução social baseada nas religiões.

Se as características de mulher e de jovem as minhas ouvintes juntam a de Professôra, a sua função humana e social avulta de significado.

[...] Fostes preparadas, dignas ouvintes, para assumirdes a direção da disciplina Educação, Moral e Cívica, na formação espiritual, moral e intelectual de brasileirinhos. Formar o caráter em bases cristãs; ajudar a construir corretas escalas de valores; fazer praticar atos cívicos e preparar o futuro cidadão. Se todas as matérias, sem exceção, devem colaborar nos mesmos objetivos, aquela que nos congrega no momento tem essas finalidades específicas (LOPES, 1971, p. 136-137).

Essas são algumas formas do que se pode chamar mobilizações do gênero, a serviço da ditadura, possíveis de se identificar em campos tão importantes como a educação e a cultura. A abertura e democratização de arquivos e acervos públicos e privados pode e deverá ajudar a pensar sobre a extensão que essas mobilizações alcançaram na construção política do regime, uma vez que a mobilização de emoções e a vigilância sobre costumes eram campos de atuação importantes visados pela Doutrina de Segurança Nacional. Este trabalho pressupõe uma mirada atenta para análise do pensamento e ação política dos militares brasileiros no pós-guerra, das suas articulações com a sociedade civil na tentativa de produção de consensos e, ainda, do lugar ocupado pelo gênero na construção e manutenção de um regime instalado há 50 anos.

A análise detalhada de materiais escolares, projetos de lei, pareceres, processos censórios, advindos ou compostos sob pressões ou anuências dessa Doutrina, pode mostrar as formas pelas quais modelos de conduta são estabelecidos por meio de prédicas, normas, vetos, jogos didáticos, etc., ajudando os historiadores a examinar, como recomenda Scott (1991, p. 23), as formas pelas quais as identidades generificadas são construídas, relacionando esses resultados com uma série de atividades, organizações, instituições e representações sociais historicamente específicas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Manual Básico**. Rio de Janeiro, 1975.
- BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Doutrina Básica**. Rio de Janeiro, 1979.
- BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Fundamentos da Doutrina**. Rio de Janeiro, 1981 (a).
- BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Complementos da Doutrina**. Rio de Janeiro, 1981 (b).
- BRASIL. Conselho Federal de Educação. Parecer n. 3/69, C.E.P.M, aprovado em 04 de fevereiro-1969 (Proc.1701/68-CFE)
- CAPDEVILA, Luc. Résistance civile et jeux de genre. *Annales de Bretagne et des Pays de L'Ouest*. **Rennes**: Presses Universitaires de Rennes, tome 108, número 2, 2001.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu de (org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 8 ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2000.
- INTER MIRIFICA. Decreto do Concílio Vaticano II sobre os Meios de Comunicação Social. 11. Ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1965.
- LOPES, Moacir Araújo. **Moral e Civismo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2002.
- OLIVEIRA, Eliézer R. **As Forças Armadas**: política e ideologia no Brasil (1964-1969). Petrópolis: Vozes, 1976.
- REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984). Londrina: Editora Uel, 2001, p. 38.
- SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. Trad. Christine Rufino Dabat, Recife, 1991.

Juventude e subversões comportamentais em Teresina na década de 1970

Fábio Leonardo Castelo Branco Brito¹

Ligue o rádio, ponha discos, veja a paisagem, sinta o drama: você pode chamar tudo isso como bem quiser. Há muitos nomes à disposição de quem queira dar nomes ao fogo, no meio do redemoinho, entre os becos da tristíssima cidade, nos sons de um apartamento apertado no meio do apartamento.

Você pode sofrer, mas não pode deixar de prestar atenção. Enquanto eu estiver atento, nada me acontecerá. Enquanto batiza a fogueira – tempo de espera? Pode ser – o mundo de sempre gira e o fogo rende. O pior de tudo é esperar apenas. O lado de fora é frio. O lado de fora é fogo, igual ao lado de dentro. Estar bem vivo no meio das coisas é passar por elas e, de preferência, continuar passando. Isso aí eu li uma vez no *Pasquim* (ARAÚJO NETO, 1973, p. 13).

Se assim enunciava um poeta, o outro poeta dizia, ao longe, que estar atento é conhecer os limites do lado de fora. “Estar por fora” e “estar por dentro” são enunciações constantes de uma juventude nascente no Brasil, que se conceitualiza pós-moderno na década de 1960 (CASTELO BRANCO, 2005, p. 94) e que deixa rastros nas décadas seguintes. O que parece alienação para alguns mostra a faceta

1 Fábio Leonardo Castelo Branco Brito é Doutor em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal do Piauí e docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da mesma instituição. Co-líder do Grupo de Pesquisa História Cultura e Subjetividade e membro dos GTs Nacionais de História Cultural e de História da Infância e da Juventude.

de uma política particular. As palavras se apresentam como ferramentas usadas, prescreverem-se formatações de vivência e de arte. É por meio delas que o mundo subjetivo aqui apresentado ganha suas formas e suas leis.

Paupéria, “uma região de parcas pecúrias de Pindorama” (SALOMÃO, 1995, p. 06), é um país imaginário, guiado por regras impressas em manuscritos e traduzidas nas releituras acerca das obras que escaparam ao afã destruidor do poeta e letrista piauiense Torquato Pereira de Araújo Neto, nascido em 1944, nos últimos dias de sua vida, encerrada precoce e tragicamente com um ato suicida em 1972. Nas palavras de sua esposa, Ana Maria, o poeta começou a destruir, aos poucos, os textos que possuía, e com os quais se relacionava: “Ele tinha, por exemplo, uma enorme coleção de literatura de cordel. Devagarinho, ele passou adiante um por um. Começou a queimar textos, alguma coisa eu ainda consegui salvar, mas um dia ele quebrou a máquina de escrever e disse que nunca mais escreveria” (KRUEL, 2008, p. 51).

O material salvo é compilado por Wally Salomão e publicado sobre o título de *Os últimos dias de Paupéria*, em 1973, acompanhado por um disco compacto, contendo as canções “Três da madrugada” e “Todo dia é dia D”, musicadas por Carlos Pinto e cantadas por Gal Costa e Gilberto Gil (KRUEL, 2008, p. 51). É no interior dessa obra que reluz o que há de mais genuíno, em termos de Torquato Neto, em sua fase imediatamente anterior ao “término”, que jorra em *dicas existenciais* aos seus contemporâneos, pelas quais formata as concepções do mundo que gostaria que existisse.

Compreender historicamente as prescrições sociais de Torquato Neto significa aportar no emaranhado de signos artísticos propostos em seus escritos. Não contente em transbordar em linguagem, o poeta pratica a promiscuidade de tentar, de uma maneira

autofágica, decompor-se, utilizando-as. Ao vomitar palavras, simultaneamente, deglutia significados, flechava a sociedade – em especial os jovens de seu tempo – com concepções a princípio incompreensíveis e que, posteriormente, ganhavam uma forma inteligível perante esse mesmo grupo.

Nessas “travessuras da linguagem”, o poeta se mostrava enquanto sujeito para além da *dobra* que sutura os homens ao real: operava para fora do interior, onde reluzem as atitudes sociais convencionais, desloca-se das anatomias mentais imaginárias e linguísticas, rumo a “um universo de fluxos ou linhas de força geradas nas conexões entre órgãos e objetos ou artefatos, entre seres humanos e espaços, entre sujeitos e escolas ou oficinas, entre instituições” (DOMENËC; TIRADO; GÓMEZ, 2001, p. 123-124).

“ESCREVO, LEIO, RASGO, TOCO FOGO E VOU AO CINEMA” : PALAVRAS-CILADAS DE TORQUATO NETO

Em 1969, Torquato Neto volta ao Brasil depois de uma temporada na Europa. Paulo Roberto Pires, organizador de uma coletânea que compila seus principais escritos, relata sua ida, no final do referido ano, como parte do contexto em que “o que tinha restado do tropicalismo era em grande parte clichês e o exílio imposto a Caetano e Gil” (PIRES *apud* ARAÚJO NETO, 2004), em que o poeta passa a enxergar, mesmo naquilo que, à época, poderia se chamar de “contracultura”, uma série de espaços vazios a ser ocupado por aquilo que estava em sua linha de produção imediata.

Sua chegada de uma temporada passada em Londres e Paris, no entanto, como afirma esse autor, tornava cada vez mais claro sua diferença em relação a “todo um grupo que acreditava combater com espontaneísmo e um não declarado anti-intelectualismo, o que via como vícios das esquerdas e moralismo da direita” (PIRES *apud*

ARAÚJO NETO, 2004, p. 22). Torquato já era outro, mesmo perante as artimanhas propostas pelo grupo do qual chegou a fazer parte. Mostrava-se propenso a ir além das próprias rupturas tropicalistas, a embarcar nos perigos de um surto inovador mais radical do que qualquer radicalismo propostos até então. O lugar indefinido onde se centra o poeta é visto na fala de Pires, quando coloca que:

A ideia de “recriar dificuldades” dá conta dos rumos da obra de Torquato a partir de sua volta ao Brasil, em dezembro de 1969. No vácuo do tropicalismo, não lhe agradava a idéia de aderir à política mais tradicional e esquemática, o que o empurrou para o lado dos desbundados com os quais também não se identificava plenamente. A grande dificuldade era cultivar esta suposta indefinição numa época que exigia posicionamentos bem explícitos. E este não-lugar era mantido à base de um diálogo cada vez mais constante com referências que não tinham trânsito óbvio na poesia de sua geração ou em jornais da época (PIRES *apud* ARAÚJO NETO, 2004, p. 23).

Essa era a questão central da busca pelo autorreconhecimento na própria obra, empreitada a qual o poeta investe a partir de então. Pensando em se afastar do “mais do mesmo”, inclusive aquilo que se propôs como inovador algum tempo antes, ele preferia se movimentar diante do que, via de regra, desconstruía, mesmo os discursos mais anticonvencionais. Essa representação da inquietude do poeta se mostra presente em alguns de seus escritos, especialmente aqueles que se observam na coluna “Geleia Geral”, a qual este mantém no jornal Última Hora. Em um deles, Torquato Neto demonstra sua revolta perante a mesmice do contexto sociohistórico vivido, colocando:

O filho de Kennedy não quer ser Kennedy
Deus os faz e os junta.
Amanhã em Tara eu pensarei nisso.
Para o bom entendedor: meia palavra basta?
É disso que eu gosto?
Quem vem lá faça o favor de dizer por que é que vem.
Tem gente dando bandeira a meio pau.

Ninguém me ama, ninguém me chama são coisas do passado (W.S.)
Quem sabe, sabe, conhece bem: gostoso gostar de alguém?
Vai começar a era de Aquarius. Prepare o seu coração.
Ou não: dê um pulo do lado de fora.
comprei. Olhe. Vire. Mexa.
Você sempre me aparece com a mesma conversa mole.
Com o mesmo papo furado – só filmo planos gerais.
Sou feiticeiro de nascença/Trago o meu peito cruzado
A morte não é vingança/Orgulho não vale nada.
E atrás dessa reticência.
Nada. ri-go-ro-sa-men-te nada.
Boca calada, moscas voando e tudo somente enquanto
Eu deixar. Enquanto eu estiver atento nada me acontecerá.
Um painel depois do outro e um sorriso de vampiro:
Eu me viro/como/posso me virar.
E agora corta essa – só quero saber do que pode dar certo.
Mas hoje tenho muita pressa. Pressa. Pressa! A gente se vê,
Na certa. (ARAÚJO NETO, 1973, p. 16)

No poema, fica clara a *dica iconoclasta* na qual Torquato apresenta uma vertente de *ser*, que tenta distinguir-se de todas as produções artísticas produzidas no Brasil até então. Para além de Wilson Simonal, da música cafona, das trincas e querelas políticas, nacionais e internacionais; para além, inclusive, dos tropicalistas, ele se coloca na posição de combater as “mesmices” que vinham tomando conta de seu tempo. O que revolucionara os anos 1960 e permanecia, ainda, no *front* midiático brasileiro do momento, já caducara para o poeta d’*Os últimos dias de Paupéria*. A poesia, por exemplo, mostrava-se ainda passível de maiores metamorfoses do que todas aquelas as quais já lhe haviam sido impostas. Essa perspectiva ganha corpo quando Torquato Neto se posiciona como um poeta cuja escrita encontra-se para além das estruturas e significados tradicionais. Em 14 de setembro de 1971, publica na coluna o texto “Pessoal intransferível”, no qual adverte seus contemporâneos sobre as potências pouco exploradas da palavra escrita:

Escute, meu chapa: um poeta não se faz com versos. É o risco, é estar sempre a perigo sem medo, é inventar o perigo e estar sempre recriando dificuldades pelo menos maiores, é destruir a linguagem e explodir com ela. Nada no bolso e nas mãos. Sabendo: perigoso, divino, maravilhoso.

Poetar é simples, como dois e dois são quatro sei que a vida vale a pena etc. Difícil é não correr com os versos debaixo do braço. Difícil é não cortar o cabelo quando a barra pesa. Difícil, para quem não é poeta, é não trair a sua poesia, que, pensando bem, não é nada, se você está sempre pronto a temer tudo; menos o ridículo de declamar versinhos sorridentes. E sair por aí, ainda por cima sorridente mestre de cerimônia, “herdeiro” da poesia dos que levaram a coisa até o fim e continuam levando, graças a Deus.

E fique sabendo: quem não se arrisca não pode berrar. Citação: leve um homem e um boi ao matadouro. O que berrar mais na hora do perigo é o homem, mesmo que seja o boi. Adeusão (ARAÚJO NETO, 1973, p. 19).

Tendo em vista que não mais existe a palavra primeira, aquela que limita o movimento infinito do discurso, mas que a linguagem é um ente que cresce “sem começo, sem termo e sem promessa” (FOUCAULT, 1999, p. 61), a expressa poética acima enunciada expõe o desejo pelos perigos da experimentação. Para Torquato Neto, a atitude do poeta deveria transpor o ato de juntar palavras, a escrita ordinária, e estabelecer na atitude da escrita a produção de uma arma para revolução de signos. O risco corrido nessa empreitada poderia levar à fragmentação do próprio discurso, à fatalidade de sua destruição e ao protesto pelo seu desaparecimento. No entanto, não correr significaria abrir mão de impor à palavra a demonstração forçada de seus limites, a busca por extrapolá-los, por apontar as possibilidades discursivas de se estabelecer um novo estatuto de verdade.

É interessante perceber que os posicionamentos do artista se valem de uma relação profunda entre o homem (ele) e a linguagem com a qual trabalha. Transmite ao interlocutor a impressão de que *homem e linguagem* se tornam um ente só, e que, pleno de linguagem, ele se configura a partir dela, e é com ela que se relaciona sua

sensação de vida terrena. Dessa forma, a existência do poeta Torquato Neto se configura como uma constituição de linguagens errantes que o conformam, que o formatam enquanto ser e o tornam um sujeito agente e comunicador de suas impressões a respeito do mundo. Essa perspectiva de hibridismo que formata o poeta pode ser vista no fragmento em que este se coloca, ao mesmo tempo, na posição de ser composto por múltiplas linguagens, e como refém destas, dos “imprevisíveis significados” às quais estão sujeitas. É aqui que Torquato Neto aponta os devires de uma subjetividade, que não se limita ao próprio papel, mas que se transforma, necessariamente, em uma condição de existência:

Quando eu a recito ou quando eu a escrevo, uma palavra – um mundo poluído – explode comigo e logo os estilhaços desse corpo arreventado, retalhado em lascas de corte e fogo e morte (como napalm) espalham imprevisíveis significados ao redor de mim: informação. Informação: há palavras que estão nos dicionários e outras que não estão e outras que eu posso inventar, inverter. Todas juntas e à minha disposição, aparentemente limpas, estão imundas e transformaram-se, tanto tempo, num amontoado de ciladas.

Uma palavra é mais do que uma palavra, além de uma cilada. Elas estão no mundo e, portanto, explodem, bombardeadas. Agora não se fala nada e tudo é transparente em cada forma; qualquer palavra é um gesto em sua orla os pássaros de sempre cantam nos hospícios. No princípio era o *Verbo* e o apocalipse, aqui, apenas uma espécie de caos no interior tenebroso da semântica. Salve-se quem puder.

As palavras inutilizadas são armas mortas e a linguagem de ontem impõe a ordem da linguagem de hoje. A imagem de um cogumelo atômico informa por inteiro seu próprio significado, suas ruínas, as palavras arreventadas, os becos, as ciladas. **Escrevo, leio, rasgo, toco fogo e vou ao cinema.** Informação? Cuidado, amigo. Cuidado contigo, comigo. Imprevisíveis significados. Partir pra outra, partindo sempre. Uma palavra: Deus e o Diabo (ARAÚJO NETO, 1973, p. 23, grifo nosso).

Engendrado nas teias do próprio discurso, temendo perder-se nos “imprevisíveis significados” aos quais está submetido, a partir do mo-

mento que jorra em linguagem, Torquato Neto se expõe como destruidor e ressignificador de códigos. A postura que adota, ao atentar contra os padrões mais tradicionais da estética dos signos, tem a configuração semelhante a dos “crimes da palavra”, como coloca Durval Muniz de Albuquerque Júnior, ao tratar das formatações discursivas a respeito de Menocchio e Pierre Rivière, réus por crimes na Europa dos séculos XVI e XIX, que receberam leituras historiográficas, respectivamente, pelas mãos de Carlo Gizburg e Michel Foucault. Para Albuquerque Júnior (2007, p. 104), em sua análise a respeito das posturas discursivas dos personagens frente às acusações, “Menocchio, como Rivière, era um criminoso da palavra [...] ele teima em disparar suas palavras-balas, suas flechas enunciativas, que afetam o coração da ortodoxia religiosa e seu aparato institucional”.

Torquato Neto, tal qual Menocchio perante as acusações da inquisição², é um descobridor de ciladas presentes nas palavras. O universo linguístico se mostra, para ele, como um campo minado, com palavras potencialmente explosivas e destrutivas. Nesse sentido, têm também o poder de mutação, na qual se retransformam, impondo-se posturas novas às antigas, resultantes de uma nova cópula linguística. Como Pierre Rivière, que degolara a mãe, o irmão e a irmã³, Torquato Neto vê no ato de destruição a única forma de reverter as ciladas impostas pela linguagem: “escrevo, leio, rasgo, toco fogo e vou ao cinema”.

Destruir as concepções tradicionais, e pôr em seu lugar novas maneiras de inventar o mundo: cabia ao artista, na visão aplicada por

2 Menocchio, moleiro italiano cujo processo inquisitorial é tratado na obra de Ginzburg, utiliza-se da arma discursiva e explora suas potências – tanto as favoráveis quanto as contrárias a ele – para tentar defender-se das acusações que sofria por parte do Tribunal do Santo Ofício.

3 O personagem observado na obra de Michel Foucault é acusado pelo crime de assassinato dos membros de sua família. O autor coloca que este, em seu julgamento, se nega a colocar-se no lugar de passividade reservado ao camponês de seu tempo. A perspectiva adotada é a de desconstrução da imagem tradicional da sociedade burguesa do século XVII, onde o personagem não se deixa conduzir pela teia discursiva dos julgamentos tal qual estes aconteciam, reagindo e fazendo-se ouvir.

Torquato Neto, em suas *dicas comportamentais*, vislumbrar o diferente. Os comportamentos, em vias de transformação, eram apontados, já em forma de prática, pelas atitudes pessoais do poeta, marcando-se, inclusive, em seu próprio corpo: os longos cabelos masculinos, discutidos no capítulo anterior como chegando na cidade de Teresina no início dos anos 1970 – e, naquele momento, causando incômodos nas parcelas mais tradicionais da população – já era uma prática recorrente na vida de Torquato desde antes da Tropicália, mas que ganha força de prescrição social em seus escritos. É nele que o poeta aponta tal forma de se portar como maneira de ser de uma parcela da juventude, como vivência a ser praticada:

Pois eu vou contar uma história.

Sem pé nem cabeça: você sabe com quem está falando? Eu respondi que não e a autoridade mostrou-se ofendíssima. Foi por isso que explicou assim:

— Polícia.

Ora, eu agradei, mostrei meus documentos, o cara conferiu que tudo era legal e estava em ordem e em seguida iluminou-se:

— Ora, bicho, esse teu cabelo está muito grande.

[...]

Aí eu saí na rua. Primeiro na Tijuca, onde as pessoas se divertem olhando. Depois na cidade, onde as pessoas me cercaram na Rua da Assembleia e gritavam corta o cabelo dele e tal. A gente pensa: vou tomar muita pancada dessa gente. Eles olhavam com ódio para o meu troféu. Meu cabelo grande e bonito espanta, espanta não, agride (a tal palavra) e eu me garanto que eu *não corto*.

[...]

Desci do ônibus e saí andando pela Gomes Freire. Vinha uma senhora gorda fazendo compras com um garoto pequeno e um tipo – filho com jeitão de funcionário sei lá de quê. De longe, enquanto eu vinha, eles já sorriam e cochichavam tramando. Eu vi. Bem na minha frente os três pararam e a vanguarda dos movimentos adiantou-se – era o garotinho.

— É homem ou mulher?

Eu respondi:

— Mulher.

O rapazinho, o outro, gritou. Atenção: *gritou*.

A mulher deu uma gargalhada e eu passei.

Inteiramente malucos, doidos varridos, doidos de pedra.
Ou não? (ARAÚJO NETO, 1973, p. 42).

Edwar de Alencar Castelo Branco (2005, p. 91) afirma que “o cerco aos cabeludos, aparentemente banal, marcou decisivamente a vida das pessoas na virada dos anos sessenta para os anos setenta”. Observar o uso de cabelos longos por homens, nos escritos de Torquato Neto, como uma prescrição comportamental, que enunciava a postura de uma tática juvenil, encontra base nos escritos de Certeau (1994), quando este defende que as práticas consistem em um jogo constante com os acontecimentos, para que estes sejam transformados em ocasiões (CERTEAU, 1994, p. 47). É nesse sentido que se faz possível perceber que tal atitude enunciaria, de maneira a repercutir em todo um conjunto de práticas juvenis, Brasil afora.

As prescrições comportamentais não paravam por aí. A vida com a vida em geral aparecia na fala do poeta como uma maneira de estar continuamente subvertendo estruturas estabelecidas. Extrapolar as barreiras do que o Brasil oferecia era uma forma de estar emergindo, também, das condições de existência vigentes no país. Consistia, portanto, em experimentar uma nova gama de subjetividades, representadas como *o lado de fora*, lado no qual se enxerga características e realidades não observadas à primeira vista. Em “Baião de sempre”, texto publicado na coluna em 20 de janeiro de 1972, o poeta, aparentando inquietude, aconselhava a ruptura com o cotidiano nacional, seus valores, suas práticas ordinárias e a tentativa de praticar o mundo sob outros olhares:

Corra. Pense nisso: é do lado de dentro, é do lado de fora.
Se informe, pense em ver os filmes que não vão passar aqui, os espetáculos que não vão poder acontecer aqui por causa disso tudo, das dificuldades que a gente conhece; saia um pouco, pense nisso: vá lá, do lado de fora, invista em informação, fure a barreira e se lance no mundo, bote os pés do lado de fora e sinta o drama, faça das suas, ande por aí, “considere a possibilidade de ir para o Japão

num cargueiro do Lóide lavando o porão”, ache um meio, se arranque e fique sabendo das coisas: por aqui, menino, continua tudo confuso, apesar do verão que não me engana. Pense nisso, naquilo. Vá quente. Se mande. Faça das suas.

[...]

E transe. Embarque na barca da transa, é pra lá e pra cá, não pare de transar, dispare, repare: é a velha dança de sempre. Compreenda: análise e transe por cima. Não existe nenhuma “grande dica”, isto é romance histórico com os personagens históricos rondando em torno de situações passadas. Não requente coisa alguma, veja de novo, faça outra vez, invente a diferença. Não tem mistério: se não tem forma nova não tem *nada* de novo. E nada anda nada. Quem espera grandes dicas não sabe sequer o que fazer com elas se pintassem, vale de quê? Pode crer (ARAÚJO NETO, 1973, p. 47, grifo nosso).

No fragmento exposto acima, o poeta se contextualiza com o momento histórico vivido no Brasil de seu tempo. Ao sugerir que se vejam filmes que não vão passar aqui, ou espetáculos que aqui não poderão acontecer, ele denota a consciência da censura existente sobre os meios de comunicação e obras de arte em geral, impostos pelo regime político civil-militar. É possível, a partir daí, considerar com Marcelo da Silva Ribeiro (2010), quando afirma ser ressaltado que Torquato teria uma visão mais abrangente que a simples ruptura estética alardeada pelos baianos da Tropicália (RIBEIRO, 2010, p. 283). No entanto, se por aqui “continua tudo confuso, apesar do verão que não me engana”, seria necessário romper com as estéticas artísticas enunciadas, inclusive com aquelas trazidas pelo grupo do qual o próprio Torquato participara. Era necessário “transar”, como coloca a gíria comum aos jovens das décadas de 1960 e 1970, quando queriam tratar de uma “troca de ideias” (BORTOT; GUIMARAENS, 2008, p. 171), ou, mais propriamente, uma “curtição”. A transa underground, na qual o poeta investe em seus escritos e atitudes, denota a presença marcante de seu senso de inquietude, bem como de sua necessidade premente de inovação.

Estar do lado de dentro ou do lado de fora é uma das maneiras de entrever a forma como Torquato Neto via seu tempo. A metáfora do in/out permanecia como uma tendência, mesmo após passados os dias mais duros dos anos 1960. As ressonâncias continuavam ante a luta sem fim do poeta contra a manutenção dos signos e significados em posição estática. Talvez fosse nessa posição – para ele, por muitas vezes, incômoda – de leitor de mundo, que Torquato Neto adotou desde muito jovem, que sobrevivia a atitude pulsante de se negar a aceitar um mundo que pré-existe, apenas porque ali está, como que lançado em uma existência sem finalidade. É nessa atitude que o poeta nega a atitude de classificação e ordenamento do mundo, preferindo, ao contrário, deixar pulsar outras formas de existência, outras linguagens, deixando abertos e largos os espaços da metamorfose (LARROSA, 2006, p. 113), o que permitiria sua leitura de mundo em uma multiplicidade de campos das vivências e das artes praticadas pelo humano.

Dentre os muitos campos nos quais Torquato Neto viria a expor suas leituras acerca das artes brasileiras da época, ganhava maiores contornos seu tratado à temática do cinema, com a qual Torquato passava a se relacionar desde o final dos anos 1960. Em sua temporada em Paris, o poeta visitara a cinemateca, onde vira os filmes de Jean-Luc Godard (KRUEL, 2008, p. 43). De volta ao Brasil, Godard ressonava em sua mente e lhe indicava nova estética de arte em movimento. Sua participação enquanto ator nos filmes *Nosferatu no Brasil* (1971) e *A Múmia Volta a Atacar* (1972), de Ivan Cardoso, bem como em *Dirce e Helô* (1972), de Luiz Otávio Pimentel, iria servir de base para que tomasse para si uma “arte de fazer arte”.

Em sua correspondência pessoal com Hélio Oiticica, é possível perceber o fascínio que estes novos formatos de se fazer cinema exercia sobre o poeta: “Ivan Cardoso é outro cara que eu estou namorando agora: filmes de vampiro, transas por aí, você acha que eu ia perder uma maravilha dessas?” (ARAÚJO NETO, 2004, p. 249).

Dessa nova leitura a respeito das imagens em movimento, o poeta enunciaria, já no início dos anos 1970, uma série de proposições, as dicas estéticas, nas quais apontava possibilidades de utilização da câmera para ressignificar as propostas tradicionais da cinematografia:

Pegue uma câmera e saia por aí, como é preciso agora: fotografe, faça o seu arquivo de filminhos, documente tudo o que pintar, invente, guarde. Mostre. Isso é possível. Olhe e guarda o que viu, curta essa de olhar com o dedo no disparo: saia por aí com uma câmera na mão, fotografe, guarde tudo, curta, documente. Vamos enriquecer mais a indústria fotográfica. Mas pelo menos assim, amizade: documentando sempre por aí com o olho em punho, a câmera pintando na paisagem geral brasileira.

Escrever não vale quase nada para as transas difíceis desse tempo, amizade. Palavras são poliedros de faces infinitas e a coisa é transparente – a luz de cada face distorce a transa original, dá todos os sentidos de uma vez, não é suficientemente clara, nunca. Nem eficaz, é óbvio. Depende apenas de transar com a imagem, **chega de metáforas, queremos a imagem nua e crua que se vê na rua**, a imagem – imagem sem mais reticências, verdadeira. A oriníola não resiste, a imagem é mais forte, não brinque em serviço, brinque. Não brinque de *esconder* com seu olho: veja e fotografe, filme, curta, guarde.

[...]

Invente. Uma câmera na mão e o Brasil no olho: documente isso, amizade. Não estamos do lado de fora e do lado de fora é a mesma transa: underground, subterrânea, etc. A realidade tem suas brechas, olhe por elas, fotografe, filme, curta dizendo isso. Tem sua beleza: a paisagem não sustenta o teu lirismo, pode mais do que ele, campa com ele e isso é bonito. Organizar arquivos da imagem brasileira desses tempos, cada qual guardando os seus filminhos, até que o filme esteja todo pronto. Planos gerais, retratos da paisagem geral, arquivos vivos, as fachadas, os beijos, punhaladas: documentar tudo, puedes crer: é isso (ARAÚJO NETO, 1973, p. 28, grifo nosso).

Dentre as muitas referências com pouco trânsito óbvio (PIRES, apud ARAÚJO NETO, 2004, p. 22), mesmo perante as artes enunciadas em seu tempo, o super-8 aparecia como arma de inovação no

campo linguístico. A proposta de uma antiestética cinematográfica, em que não se pretendia, necessariamente, contar uma história em sua linearidade, e sim, filmar espaços, vivências e hábitos, rompia com as noções menos heterodoxas de cinema. A ruptura com as metáforas significava, também, um rompimento com outra estética que se propusera experimental em meados dos anos 1960, cuja proposta já haveria, porém, caducado para o poeta. Tratava-se do Cinema Novo e de seu principal expoente em termos nacionais, Glauber Rocha.

O Cinema Novo emergira no contexto de decepção de uma parcela da juventude brasileira com as esperanças desenvolvimentistas para o Brasil. Sua proposta, centrada no retrato “de um Brasil mais fragmentado, mesmo quando a temática dos filmes abordasse diretamente a construção de símbolos ‘nacionais’” configuraria, sem dúvidas, uma ruptura com o que já havia sido praticado nesse sentido, nacionalmente, em vista que se diferenciavam do que seria chamado a posteriori de Cinema de Mercado. A “estética da fome”, enunciada por Rocha em filmes como Deus e o Diabo na Terra do Sol, no entanto, seria substituída, gradativamente, por uma adesão aos ideais de mercado da grande indústria cinematográfica (RAMOS, 2009, p. 43).

Dessa maneira, Castelo Branco aponta a existência de dois grupos de sujeitos, na produção de filmes nacionais durante o período: de um lado, Glauber Rocha, Cacá Diegues, Gustavo Dahl, Antonio Calmon, Arnaldo Jabour, Zelito Viana, Geraldo Sarno e Walter Lima Júnior; do outro, Rogério Sganzerla, os concretistas paulistas (dentre os quais é possível citar os irmãos Augusto e Haroldo de Campos), José Mojica Marins, Ivan Cardoso, Luiz Otávio Pimentel, dentre outros (CASTELO BRANCO, 2005, p. 191). É nesse sentido que se pode perceber, nos escritos de Torquato Neto, uma série de críticas às escolhas dos cinemanovistas. Em vista de uma internacionalização do cinema brasileiro, por meio de suas obras, o poeta d’Os últimos dias de Paupéria enxergava aí um desvirtuamento dos valores originais

por eles propostos. Tal posicionamento é claramente perceptível no texto “Quem cala consente”, de 07 de fevereiro de 1972:

De novo: geleia.

- GERAL: primeiro: lembro-me do artigo de Luís Otávio Pimentel no primeiro número da desaparecida *Presença: Lembra Zé do Caixão*: citação: “ou ficar a tela livre ou morrer pelo tendão coração”. Torno a repetir: o cinema é fogo: a discussão em torno do cinema brasileiro, novamente, urge: em todos os níveis propostos.
- Segundo: ponto: o que resta do falecido movimento do Cinema Novo é a nova nefasta aristocracia do cinema brasileiro, do cinema, e a ruptura que já existe exposta desde 1969/70, por Rogério Sganzerla e Julio Bressane, nas telas, deve ser mantida, e está sendo. Ambos combateram e combatem de maneira eficaz, com filmes brilhantes e excelentes exposições (entrevistas, declarações, artigos etc.), a proposta fundamental dos aristocratas, a irresponsável e otária continuação em linha reta e contínua de um movimento já cumprido e, agora, deteriorado.
- Retomada do espírito primitivo e profundo de Gláuber Rocha para um cinema vitorioso: *Belair Filmes*: vi *O Dragão da Maldade, O Bravo Guerreiro* etc., em Paris, 1969: em 70, no Brasil vi os filmes de Rogério e Julinho e compreendi que os mortos já estavam enterrados: em Paris e por aqui: nem tudo em superproduções históricas (históricas, revisão) nem inúteis autos-de-fé falida: a *Belair*, os transeiros da *Belair* e os filmes da *Belair* eram uma ruptura radical com a grande jogada da entregação. E passaram vários, nos cinemas das cidades.
- Gláuber Rocha explicou tudo direitinho num artigo no *Pasquim*, chamado *Gláuber em Transas*, e se arrancou. Agora, Gustavo Dah.
- Gláuber Rocha já era.
- Isso aí, querendo ou não, Antônio Calmon andou tentando dizer no seu filme péssimo do colírio Moura Brasil. Bati um papo no Plug do Correio da Manhã, aí pelas bocas da estréia do filme. Antônio Calmon disse para o meu gravador que não havia mais a menor possibilidade de se fazer um cinema experimental no Brasil. E ilustrava

as teorias do novo guru Gustavo Dah, atualmente amplamente transadas nos circuitos dos herdeiros.

- Ora bolas.
- Bitola, bichos? Pode ser qualquer uma, desde que esteja sempre pelas pontas do “coração selvagem”. Superoito, dezesseis, trinta e cinco, cinema etc. Desde que seja com o coração selvagem e a todo vapor: tela livre. De todos os circuitos. Filmes novos, invenção (ARAÚJO NETO, 1973, p. 49).

No documento acima, fica clara a postura combativa adotada por Torquato Neto ao tratar do Cinema Novo. Entendendo o movimento como uma fuga dos ideais originais do experimentalismo, apostava comentários elogiosos àqueles que, apesar das tentações exercidas pela indústria cinematográfica nacional, mantiveram-se firmes perante os propostos originais do movimento (como colocado, Roger Sganzerla e Julio Bressane). No texto, faz também referências críticas à Belair Filmes, produtora de grande parte das obras do grupo, bem como a outros expoentes, para além de Glauber Rocha. Nessa perspectiva, em outro artigo da coluna “Geleia Geral”, datado de 29 de agosto de 1971, Torquato Neto passa a ser um irradiador do chamado “cinema em liberdade”, e, combatendo o pretense “elitismo” do Cinema Novo, sua iniciativa se configuraria numa desconstrução do ideal tradicional de cinema, que viria, dessa maneira, ser reprogramado sob outras vestes:

Superoito é moda? É. **E é também cinema.** Tem gente que já está nessa firme e não está exatamente só brincando. Em minha opinião, está fazendo o possível, quando é possível. Aqui, então, nem se fala: superoito está nas bocas e Ivan Cardoso, por exemplo, vai experimentando. Bom e barato. Bom. O olho guardando: aperte da janela do ônibus, como sugeriu Luís Otávio Pimentel, e depois veja. É bonito isso? Descubra. Aperte e depois repare. As aventuras de superoito, herói sem som – e se quiser falar também tem: em Manaus, nos Estados Unidos, na Europa, nas boas lojas. Nas importadoras.

Superoito pode ser o fino, se você é fino. E pode ser o grosso. A crise geral também é do cinema e haja produção. Quando todos os ídolos *film-makers* e *superstars* vão ao chão, superoito também vai. Vê de perto. Não vê nada. Eu gosto do superoito porque superoito está na moda. Eu gosto do barulhinho que a câmera faz – em *Orgramurbana* (a vovó de Frederico). Hélio Oiticica notou também que filmar é melhor do que assistir cinema, e melhor do que projetar. Se o espectador é um *voyeur* o crítico é um tarado completo. E quem já vê, já viu, crítica. Superoito superquente. Superoito é fácil de manejar (Waly Sailormoon) e custa cinquenta contos revelado, colorido, Kodak. Ivan Cardoso tem curtido bastante superoito. Gracinha Motta é minha superstar favorita e eu amo Gracinha Motta. Superoito não tem jeito, use e abuse. Planos gerais, panorâmicas, detalhes. Se eu compreendi direito, nada melhor do que curtir de superoito, vampiresco, fresco, mudo. **Cinema é um projetor em funcionamento projetando imagens em movimento sobre uma superfície qualquer. É muito chato. O quente é filmar** (ARAÚJO NETO, 1973, p. 15, grifo nosso).

Para ele, o super-8 não se caracterizava apenas como uma câmera de uso caseiro, mas sim como uma arma da linguagem, mediante a qual exploraria vestígios do ser e ajudaria a detonar o paradigma central de uma estética: se “cinema é um projetor em funcionamento projetando imagens em movimento em uma superfície qualquer”, super-8 era a projeção do vivido sem preparação prévia, com nada ou quase nada de roteiro, oferecendo ao espectador um viés imediato e fugaz das vivências. Em contrapartida, ao se posicionar combativamente perante os fazedores daquele cinema que aderira à crítica, Torquato via em sua ação a busca pelo fazer daquilo que também poderia ser visto como cinema – uma arte ressignificada, menos preocupada com os acabamentos, mas não menos cinema.

Dentre as diversas dicas existenciais que vai propor a respeito do cinema e suas variantes, Torquato critica o lugar de produção de Glauber Rocha, concordando com as visões que podem apontar uma das faces desse expoente do Cinema Novo como um “narcisista cao-

lho, porque além de tentar marcar o seu lugar como central, procura jogar para a margem tudo aquilo que atrapalha a sua visibilidade e notoriedade” (LIMA, 2011, p. 57).

Ao criticar Glauber, Torquato põe em xeque, também, os conceitos fundamentais impressos à própria noção de arte. Na contramão de ideias como aquelas construídas nos escritos frankfurtianos de Walter Benjamin, segundo o qual o objetivo da obra de arte é “tornar ‘mostráveis’, sob certas condições sociais, determinadas ações de modo que todos possam controlá-las e compreendê-las” (BENJAMIN, 1987, p. 183), o viés experimental proposto pelo poeta deseja imprimir no trabalho do artista o desejo latente de transposição dos próprios valores sociais vigentes, formatando uma nova gama de significados aos discursos prioritariamente considerados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao observar o amplo conjunto de ditos e escritos de Torquato Neto, produzido no âmbito da coluna *Geleia Geral*, entre 1971 e 1972, ano de sua morte, é possível perceber que sua ideia, ao invés de uma proposta de destruição da arte, como poderia ser pensado, visava impor a ela um alargamento de suas fronteiras, fazendo com que esta, sob gemidos e protestos, se transformasse em algo diferente, mais elástica e mais múltipla. Cabe observar seus diferentes posicionamentos a respeito de questões de cunho estético e comportamental em que Torquato, a despeito de não estar diretamente envolvido com movimentos de militância ou lutas organizadas, exercia uma reflexão em torno do lugar do corpo no âmbito social, confrontando com políticas do comportamento vigentes no Brasil dos anos 1970.

No tocante às questões relativas a cinema, pauta assumida pelo columnista após sua estada na Europa, é visível nele uma clara ruptura com os padrões estéticos estabelecidos, principalmente, pelo

Cinema Novo. Glauber Rocha, por seu turno, intentava vislumbrar na estética cinematográfica as proposições de uma cultura brasileira que precisava ser vista e reconhecida pelo resto do mundo. Não é possível, nesse sentido, estabelecer juízo de valor a respeito dos posicionamentos ideológicos de Torquato, tampouco dos de Glauber. Se a um era caro ter um Brasil entrevisto, mesmo que, para isso, precisasse alargar as fronteiras da marginalidade, na qual, originalmente, se inseria, o segundo constituía seu modo de pensar e agir no ato de colocar nas beiradas, extrapolar as possibilidades da linguagem, mesmo que, para isso, precisasse destruir-se juntamente com ela.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007.

ARAÚJO NETO, Torquato Pereira de. **Os últimos dias de Paupéria**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

ARAÚJO NETO, Torquato Pereira de. **Torquatália**: obra reunida de Torquato Neto. v. I. Do lado de dentro. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. v. I. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BORTOT, Ivanir José; GUIMARAENS, Rafael. **Abaixo a Repressão!**: movimento estudantil e as liberdades democráticas. Porto Alegre: Libretos, 2008.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os dias de Paupéria**: Torquato Neto e a invenção da Tropicália. São Paulo: Annablume, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1 – artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

DOMÈNECH, Miquel; TIRADO, Francisco; GÓMEZ, Lucía. A dobra: psicologia e subjetivação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Nunca fomos humanos**: nos rastros do sujeito. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

KRUEL, Kenard. **Torquato Neto ou A Carne Seca é Servida**. Teresina: Zodíaco, 2008.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana**: danças, piruetas e mascaradas. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LIMA, Frederico Osanan Amorim. O outro sou eu mesmo: Glauber Rocha e a invenção do Cinema Brasileiro Moderno. *In*: LIMA, Frederico Osanan Amorim; ARAÚJO, Johny Santana de (Org.). **História**: entre fontes, metodologias e pesquisa. Teresina: EDUFPI; Imperatriz: Ética, 2011.

RAMOS, Alcides Freire. Apontamentos em torno do “Cinema Marginal” e do “Cinema Novo”. *In*: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar (Org.). **História, Cinema e outras imagens juvenis**. Teresina: EDUFPI, 2009.

RIBEIRO, Marcelo da Silva. **Lá do lado de cá**: o país da Tropicália. Aracaju: Sercore, 2010.

SALOMÃO, Wally. Cavem, canem, cuidado com o cão. **Folha de S. Paulo**, p. 06, 5 nov. 1995.

As comunidades de informação e a "toxicomania comunista" durante a ditadura

Antonio Mauricio Freitas Brito¹

“Uma época não está povoada somente de seres de carne e osso, mas também de fantasmas”. (VARGAS LLOSA, 2004, p. 18)

Em 2002, durante a pesquisa do mestrado sobre movimento estudantil, lemos o relato do General Burnier sobre o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) desbaratado pela polícia paulista em outubro de 1968. Ao comentar a ação que prendeu os estudantes, o militar afirmou que os “subversivos” estavam inspirados em ideias “sobre amor livre” e, “drogados”, fizeram uma “atividade ilegal”; que a “mocidade brasileira” ficou perturbada e os “subversivos marxistas se aproveitaram delas”, como evidenciava o Congresso da UNE, “onde jovens, moças e rapazes faziam amor livre na vista de todos, tomavam drogas, um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida” (D’ARAÚJO, 1994, p. 209-210).

O tempo e o diálogo com a bibliografia sobre a ditadura demonstraram que esse discurso não foi monopólio daquele membro da caserna. Disseminada por vários atores, a percepção das

1 Antonio Mauricio Freitas Brito possui graduação (1999), mestrado (2003) e doutorado em História pela Universidade Federal da Bahia (2008). Professor Adjunto do Departamento de História da UFBA. Integra o Programa de Pós-Graduação em História Social UFBA e participa da linha de pesquisa de História Política. Investiga a história do movimento estudantil brasileiro nos anos 1960 e tem interesse em temas como memória, anticomunismo, juventude, gênero, sexualidade, moralidade e ditaduras. Realizou Estágio Pós-Doutoral na Universidade Federal de Minas Gerais/Universidade do Porto (2018-2019).

drogas como uma estratégia do movimento comunista internacional visando corromper a juventude circulou por intermédio de diversos meios e instituições nos anos da ditadura. Mais especialmente, membros das comunidades de informações e segurança difundiram um discurso anticomunista associando *comunismo, juventude, subversão, drogas e sexo*.

O início dos anos 1970 foi um período fértil para a veiculação dessas conexões. Em 1973, o Centro de Informações da Aeronáutica difundiu o texto “As toxicomanias e a segurança nacional”, assinado em 1972 por Pacheco e Silva. Nesse documento, encontrado no Arquivo Nacional do Distrito Federal, o psiquiatra afirmou que a China comunista utilizava das drogas como estratégia para a subversão dos costumes e a luta revolucionária (AN-COREG, 1973b, p. 4-5).

Traduzido em português e publicado no Brasil em 1972, o livro “Os Subversivos” também alimentou o argumento da toxicomania comunista. O texto foi assinado por Bernard Hutton – pseudônimo do ex-Embaixador tcheco Joseph Heissler (LIMA, 2017, p. 117) – e defendia que o vício das drogas teria sido alimentado pela China e pelos russos (HUTTON, 1975, p. 179).

O medo da subversão devido ao uso das drogas foi alimentado também por informações sobre o elevado consumo nos EUA. De acordo com Carvalho (1996, p. 29-30),

Nixon e Bush, este último representante dos EUA em relação à política de drogas na ONU, conduzem a opinião pública a elegerem as drogas, principalmente a heroína, como o inimigo interno da nação [...] [,] começando a surgir a discussão sobre a possibilidade de existência de novo inimigo dos EUA: o inimigo externo.

Para a criminóloga Del Olmo (1990), “era mais adequado responsabilizar pelo problema a China de Mao”. A criação do inimigo externo – o tráfico – “era a forma de responsabilizar pelo consumo

de drogas no ‘Mundo Livre’ um país então inimigo; discurso que se difundira em outros países na mesma época com grande intensidade” (DEL OLMO, 1990, p. 41).

Cuba também não passou despercebida pelos aparelhos repressivos da ditadura. Aos olhos dos agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI), o estímulo ao consumo de drogas teria sido aprovado pela Tricontinental de Havana – um evento de Solidariedade dos Povos da África, da Ásia e da América Latina ocorrido em Cuba (1966) – visando desmoralizar a juventude e, com isso, acelerar a luta revolucionária. Para os agentes repressivos, o Movimento Comunista Internacional (MCI) usava da toxicomania como “uma das mais sutis e sinistras armas do [seu] variado arsenal” (AN-COREG, 1973c, p. 2).

Esse pensamento foi difundido amplamente nas instâncias ligadas a essas comunidades de informações e segurança – uma estrutura formada pelo SNI, Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), Divisões de Segurança e Informações (DSI), Assessorias de Segurança e Informações (ASI) e mais um conjunto de outras instâncias e siglas –, visão que se difundiu nos órgãos de repressão. Brepohl de Magalhães (1997) encontrou no acervo do DOPS/PR um documento produzido que conectava subversão, drogas e gênero, haja vista que os tóxicos afetavam “a masculinidade dos moços e [...] [faziam] as moças perderem seu instinto de defesa moral”. Para os agentes repressivos, aquilo era “um perigo moral” e “um plano subversivo” (BREPOHL DE MAGALHÃES, 1997, p. 07).

Uma operação policial na residência estudantil da Universidade de Brasília (UnB) mesclou acusações de “pederastia”, “homossexualismo”, uso e tráfico de drogas (LIMA, 2017). O relatório da polícia indica que um dos apartamentos era conhecido como “boca de fumo” e local para discutir política e sexo (AN-COREG, 1973a, p. 23). Outro tópico informava “um triste ambiente de promiscuidade e

sujeira” (AN-COREG, 1973a, p. 24). Alegava-se, também, a atividade sexual com menores: “a moradia em foco é um antro de corrupção de costumes e uso de tóxicos para onde são levados garotos ainda do ciclo colegial” (AN-COREG, 1973a, p. 25). São exemplos que comprovariam a “intoxicação marxista” (AN-COREG, 1973a, p. 31).

Naquele mesmo contexto, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Divisão de Segurança e Informações produziram o documento intitulado “Como eles agem”. A apostila denunciava que os comunistas usavam o sexo ilimitado e as drogas para a doutrinação comunista. O MEC compreendia que “o degradante processo que incentiva a juventude ao uso dos tóxicos tem como objetivo corromper a mente dos jovens e torná-los dependentes dos traficantes, contribuindo assim para os cofres do comunismo internacional, de acordo com a Resolução aprovada na Conferência Tricontinental de Havana”.

As representações presentes no documento do MEC podem ser analisadas a partir das reflexões do antropólogo Gilberto Velho. O autor ressaltou o uso de categorias acusatórias para depreciar pessoas de esquerda durante a ditadura. Sublinha que subversivo “tem conotações de grande periculosidade e violência [...] [que] contamina outros domínios [...] com fortes implicações morais” (VELHO, 1999, p. 59-60). Mais adiante, Gilberto Velho conecta a categoria do *subversivo* com a do *drogado* indicando que

o problema de drogas aparece associado a um plano subversivo de origem externa para minar a juventude brasileira, tornando-a presa fácil de ideologias exógenas. A idéia é que a droga enfraquece a moral, fazendo com que os indivíduos sejam mais facilmente seduzidos, corrompidos ou enganados. [...]. Portanto, a doença interessaria aos inimigos do regime, fazendo com que as categorias de drogado e subversivo possam aparecer emparelhadas. [...] surge o subversivo-drogado, que é perigosíssimo, pois encarna todos os males e é um agente consciente de contestação à sociedade [...] (VELHO, 1999, p. 60- 61).

Essa conexão entre subversivo, drogado e promíscuo esteve na agenda também do General Ferdinando de Carvalho, especialmente nos dois livros em que o militar buscou ficcionalizar as supostas razões que levaram diversos atores sociais à oposição à ditadura militar. No caso dos jovens, o autor destaca o tóxico e o erotismo, “que aniquilam a vontade e induzem o vício incontrolável”, contribuindo para a corrosão da moral burguesa, a libertação de preconceitos desfibrando a juventude “e tornando-a acessível à doutrinação” (CARVALHO, 1977a, p. 88). No segundo livro, ele reitera que “as drogas e o sexo são explorados para desfibrar a juventude e torná-la alvo mais fácil para a doutrinação dos comunistas” (CARVALHO, 1977b, p. 31).

Nessas fontes, juventude aparece como uma noção genérica associada a fases da vida construídas socialmente – por vezes sinônimo de adolescente – e/ou a faixa etária (15 a 25 anos) com alguma identidade sociocultural e conteúdo de classe. A partir desses acervos e das contribuições de Marcelino (2011) e Cowan (2016), ao que parece, a preocupação maior destes anticomunistas em relação à toxicomania comunista residia nos jovens da classe média urbana, brancos, estudantes, universitários, intelectualizados, críticos dos padrões comportamentais tradicionais, moradores dos grandes centros e com capacidade de consumo de produtos culturais.

★

Os exemplos demonstrados reiteram uma tradição anticomunista construída no Brasil desde o século XIX que pautou a dimensão moral no combate aos seus inimigos (MOTTA, 2002). No caso dos anos 1970, Motta sublinha que os órgãos de informação também investigaram “a corrupção moral entendida como desvios sexuais e uso de drogas”, lembrando que, para os agentes repressivos, “o comunismo

era visto como corrupto e corruptor, já que desejaria destruir os fundamentos morais da sociedade cristã” (MOTTA, 2014, p. 216).

Os órgãos de informações tiveram relevância em atualizar a agenda moral anticomunista na pauta do Estado – e junto a setores civis – vociferando a responsabilidade do movimento comunista internacional no uso de uma estratégia subversiva no plano dos costumes para destruir o ocidente. Para tanto, veicularam uma vasta produção documental carregada de representações anticomunistas, ou seja, “classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e apreciação do real” (CHARTIER, 1990, p. 17). Elas permitem captar avaliações, sentimentos, interpretações, expectativas, temores e medos dos anticomunistas de direita sobre seus inimigos: “como eles pensavam, sentiam, imaginavam e viam os comunistas e o comunismo, em uma palavra, como os representavam” (MOTTA, 2002, p. 25).

A construção e difusão das representações elencadas neste texto foram feitas prioritariamente por homens das Forças Armadas e policiais que se especializaram na construção de “um campo de produção e de circulação de mensagens relativamente autônomo” (FICO, 2001, p. 21). Produziram documentos sigilosos que circularam no seu interior e entre outros campos envolvendo autoridades civis e militares. Essa comunicação constante “tinha muito de autoconhecimento por retroalimentação” (FICO, 2001, p.100). Há muita proximidade entre essas comunidades e a “linha dura”.

Eles se aproximam do lugar de guardiães do sistema e gestores da ordem: reivindicavam a “ortodoxia”, a pureza dos ideais, as demandas da “revolução de 1964”, a doutrina de segurança nacional e a intransigência na luta anticomunista (COMBLIN, 1978, p. 160). Ou seja, a problemática do poder mobilizava esses sujeitos. São textos anticomunistas de combate, difundidos por atores centrais do apa-

relho de Estado direcionado a si, a grupos restritos e formalmente presentes em instâncias do aparelho repressivo e, em alguns casos, a público amplo. Visavam convencer, reforçar sentimentos de identidade e justificar a luta contra a subversão.

Baseados na teoria do complô (GIRARDET, 1987), na suspeição generalizada e na paranoia (FARIA, 2015), esses anticomunistas identificavam uma organização internacional que orientava a mudança comportamental traduzida na contracultura, nas novas experimentações no corpo, na estética, na sexualidade e nas relações de gênero que ameaçavam uma ideia universalizada de família, moral, sexo e tradição. Tudo isso foi associado às turbulências dos anos 1960/1970, especialmente a circulação transnacional de imagens sobre 1968. Naquele contexto, “o recurso à alteração de consciência buscada por meio do uso de psicodélicos e drogas em geral, ilícitas ou em vias de se tornarem, assume um papel importante dentro dos ideais de contestação” (DELMANTO, 2018, p. 24).

Além dessa atmosfera mais global, as representações anticomunistas esboçavam uma reação a mudanças reais experimentadas durante a ditadura – o papel da televisão como meio de comunicação de massa; a percepção do mundo como uma “grande aldeia” e o papel uniformizador dos meios de comunicação de massa (DUARTE, 2016, p. 16); a entrada de mulheres brancas de classe média no mercado de trabalho; a difusão da pílula anticoncepcional; a expansão da indústria cultural, da TV, cinema e mercado editorial. De acordo com Marcelino, além de filmes com cenas pornográficas, as pornochanchadas “despontavam como um mercado bastante lucrativo, com a exploração de cenas de nudez e de relações sexuais”, “o mercado editorial [...] [consolidava] uma produção de livros em maior escala”, com “influência da literatura internacional abordando temas como violência e sexo”, “novas discussões e comportamentos [emergiam nas] [...] novelas, minisséries e programas de auditório [...] [chocando] a suscetibilidade de muitas pessoas moralmente mais

conservadoras” (MARCELINO, 2011, p. 25). Aquele contexto turbulento foi lido como ameaçador: uma revolução comportamental em escala mundial percebida como uma grande conspiração a ponto de militares difundirem a ideia de que o movimento hippie teria sido uma invenção de Moscou (KAMINSKI, 2017).

Os anticomunistas não apresentaram dados para embasar o argumento da toxicomania comunista, eles partiam das batalhas culturais da Guerra Fria (COWAN, 2016) alimentadas transnacionalmente, das teorias da conspiração, dos pressupostos do anticomunismo e da luta contra a subversão delimitada “em termos morais e sexuais” (Cowan, 2012, p. 404), ao mesmo tempo reproduzindo as “representações culturais e políticas de repressão [às drogas]” (CARNEIRO, 2018, p. 19). Para Lima, o relatório da operação policial na Universidade de Brasília, em 1973 – citado no início deste texto – trabalha com o pressuposto das drogas como subversivas – noção difundida em materiais que municiam as concepções e práticas das comunidades de segurança e informações, a exemplo do documento já mencionado intitulado “Como eles agem”. Produzido por estas agências, o texto veicula os psicotrópicos e o tráfico de drogas como armas do comunismo internacional conforme deliberação da Conferência Tricontinental de Havana. Para Lima (2017, p. 116), essa é uma falsa resolução citada para “conferir veracidade ao que se identifica a uma teoria da conspiração”.

Hutton (1975) – “autor” de “Os Subversivos” – também não comprovou as afirmações, não apresentou bibliografia, estatísticas nem bases de dados. Citou apenas uma resolução intitulada “Segredo! Memorizar! Depois queimar!”, que teria sido encontrada por agentes de segurança na Argélia, em setembro de 1969, com quatro orientações para aprimorar a distribuição e fiscalização das drogas pelos quadros clandestinos: retirar as drogas dos esconderijos; melhorar a distribuição; controlar e viciar os distribuidores; nenhum subversivo deve ter contato com vendedores.

Por estas e outras razões, Lima (2017) tece críticas ao trabalho e ao discurso repressivo por ter a obra de Hutton como fundamento da conspiração envolvendo subversão, drogas e comunismo. O autor identifica várias “mentiras” reproduzidas na apresentação da obra de Hutton e considera que o relatório da operação policial na UnB contém visões fantasiosas, na medida em que foi fundamentado também em declarações obtidas sob tortura. Convém reproduzir a crítica a Hutton e ao relatório:

Que tipo de instrução secreta é facilmente compreensível para qualquer leitor? Que tipo de operação secreta envolvendo tráfico de drogas se chamaria “Operação Drogas”? [...] São instruções insignificantes e repletas de um vocabulário anticomunista que denunciam o verdadeiro autor [...] E mais, supondo que o autor teve contato com documentos secretos verdadeiros e importantes que revelam um problema real encoberto, e que procura divulgá-los de maneira persuasiva e convincente ao público. Por que o autor não reproduziu nenhuma imagem ou fotografia desses documentos no livro? Por que preferiu transcrevê-los, sem nenhuma imagem exemplo? Lembrando que o livro reproduz algumas imagens e fotografias, esses documentos secretos não teriam prioridade em ser reproduzidos no livro? É com esse tipo de referência bibliográfica e dinâmica de falsificações que o DSI/MEC elaborava seus materiais. Falsificações grosseiras e teorias de conspiração comunista mundial (LIMA, 2017, p. 119).

À guisa de conclusão, convém pensar no grau de apropriação efetivo da noção da toxicomania comunista na repressão policial ao consumo e ao tráfico de drogas. Kaminski (2017) discorre sobre operações policiais de combate aos hippies e às drogas em cidades como Rio de Janeiro e Salvador, em festivais de música, como o Festival de Inverno (Ouro Preto) e o Hollywood Rock (RJ), e em acampamentos hippies. O autor assinala o comando do DOPS substituindo a Delegacia de Vadiagem na repressão ao consumo e ao tráfico de drogas em Minas Gerais. Denominado de “Brigada do Vício”, o esquadrão foi formado “por determinação do secretário de segurança, coronel

Eduardo Murgel, e era composto por homens da polícia política e do serviço secreto da Polícia Militar” (KAMINSKI, 2017, p. 484). A partir de dois fragmentos memorialísticos, o autor indica que “os relatos nos apresentam algo pouco comentado sobre o período pesquisado: a tortura física aos consumidores de maconha e outras drogas” (KAMINSKI, 2017, p. 487). Seria este um caso excepcional?

Outro exemplo que ajuda a pensar em que medida a toxicomania comunista orientou a repressão ao consumo de drogas é uma entrevista feita em 1972 com o Inspetor Nelson Duarte, lotado no Rio de Janeiro. “Detetive que ficou famoso em todo o país, através da televisão, como o inimigo número um das drogas”, o policial foi alvo de reportagem associando drogas a hippies, a homens de cabelos compridos, a “viciados envenenados e mortos pelas drogas [como] Jimi Hendrix, Janis Joplin” e a “som que se fala e faz por aí. Só tem barulho e muitas vezes provoca o entorpecimento” (ROLLING STONE, 1972, p. 13). Não há nenhuma menção à conspiração comunista, o que sugere a necessidade de se pesquisar o impacto dessas representações nas instâncias militares e policiais.

Apesar da profusão da toxicomania comunista nos acervos repressivos, essas representações não devem ser generalizadas a todos os anticomunistas militares, tampouco aos que ocuparam postos estratégicos no regime. Como diferentes esferas do governo e do Estado lidaram com elas? É preciso pesquisar se o argumento da toxicomania comunista foi difundido pela imprensa, TV e agências oficiais de propaganda. Igualmente relevante é investigar em que medida a ditadura militar incorporou essas representações em torno da toxicomania comunista, bem como qual foi a reação por parte das Forças Armadas e dos órgãos de repressão aos tóxicos, sem perder de vista a dimensão transnacional tampouco especificidades regionais. Talvez os agentes policiais que lidavam com o combate ao tráfico funcionassem com outros paradigmas, especialmente identificando o *inimigo interno* não com base em

critérios políticos e ideológicos, mas a partir de dimensões de raça e classe. Nesta direção, urge abordar como a problemática das drogas foi construída, enfrentada e *racializada* durante o período, adensando o argumento da “guerra às drogas” como um dos legados da ditadura (BATISTA, 1997; BATISTA, 2003; BRANDÃO, 2018).

REFERÊNCIAS

ARQUIVO Nacional, Coordenação Regional Do Distrito Federal - AN-COREG. BR_AN_BSB_AA1_ROS_033. Brasília, DF: AN-COREG, 1973a.

ARQUIVO Nacional, Coordenação Regional Do Distrito Federal - AN-COREG. BR_AN_BSB_VAZ_080_0131. Brasília, DF: AN-COREG, 1973b.

ARQUIVO Nacional, Coordenação Regional Do Distrito Federal - AN-COREG. BR_DFANBSB_ZD_0_0_0004B_0038_d0001de0001. Brasília, DF: AN-COREG, 1973c.

ARQUIVO Nacional, Coordenação Regional Do Distrito Federal - AN-COREG. BR_AN_BSB_AA1_LGS_002. Brasília, DF: AN-COREG, 1974.

BATISTA, Nilo. Política criminal com derramamento de sangue. **Revista Brasileira de**

Ciências Criminais, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 5, n. 20, 1997, p. 77-94.

BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis Ganhos Fáceis: drogas e juventude** pobre no Rio de

Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BRANDÃO, Luiz Henrique Santos. Do subversivo ao traficante: uma arqueologia do conceito de “tóxico-subversão”. **Anais do Seminário Nacional de História e Contemporaneidades**. Crato, 2018. p. 1-11.

BREPOHL DE MAGALHÃES, Marionilde. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 7, n. 34, p. 203-220, 1997.

CARNEIRO, Henrique. **Drogas: a história do proibicionismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

CARVALHO, Ferdinando de. **Os sete matizes do rosa**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977a.

CARVALHO, Ferdinando de. **Os sete matizes do rosa**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977b.

CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil: do discurso oficial às**

razões da descriminalização. Rio de Janeiro: Luam, 1996.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre Práticas e Representações. Lisboa, Difel, 1990.

COMBLIN, Padre Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COWAN, Benjamin. **Securing sex: morality and repression in the making of cold war Brazil**. North Carolina: The University of North Carolina Press, 2016.

COWAN, Benjamin. “Why hasn’t this teacher been shot?” Moral-sexual panic, the repressive right, and Brazil’s National Security State. **Hispanic American Historical Review**, Durham, NC, v. 92, n. 3, p. 403-436, 2012.

D’ARAÚJO, Maria Celina *et al.* **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DEL OLMO, Rosa. **A face oculta da droga**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1990.

DELMANTO, Júlio. **História social do LSD no Brasil: os primeiros usos medicinais e o começo da repressão**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Meios de comunicação, segurança nacional e a defesa da “moral e bons costumes”: uma análise dos escritos da Escola Superior de Guerra. **Enbornal**, v. 7, p. 7-21, 2016.

FARIA, Daniel. Sob o signo da suspeita: As loucuras do poder ditatorial. **Antíteses**, Londrina, v. 8, n. 15, p. 221-240, 2015.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HUTTON, J. Bernard. **Os Subversivos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, Artenova, 1975.

KAMINSKI, Leon Frederico. O movimento hippie nasceu em Moscou: imaginário anticomunista, contracultura e repressão no Brasil dos anos 1970. **Antíteses**, Londrina, v. 9, n. 18, p. 467-493, 2017.

LIMA, Alexandre Siqueira. **Primavera nos dentes**: desbunde, anticomunismo e repressão na cidade em quadrinhos (1972-1973). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017.

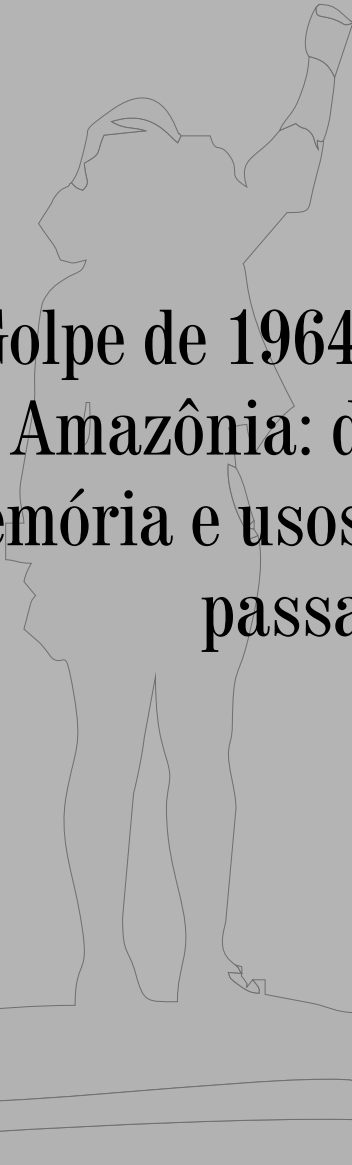
MARCELINO, Douglas Attila. **Subversivos e pornográficos**: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

VARGAS LLOSA, Mario. **A verdade das mentiras**. São Paulo: Arx, 2004.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.



**O Golpe de 1964 e a Ditadura
na Amazônia: disputas pela
memória e usos políticos do
passado**

“Amazônia em Armas” guerrilha e repressão no Rio Negro¹

César Augusto Bubolz Queirós²

Os serviços de segurança consideraram os livros como altamente subversivos. As circunstâncias em que se havia descoberto o barco, alguns boatos que começavam a correr sobre o venezuelano, o desaparecimento de alguns estudantes levaram as autoridades à conclusão de que a segurança nacional estava ameaçada. Havia guerrilha na Amazônia!

Renato Tapajós

INTRODUÇÃO

Olá, sou **César Augusto Queirós**, professor do Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas e, atualmente, ocupo

-
- 1 Este texto foi resumido e adaptado para o VI Seminário Internacional História e Historiografia. Uma versão estendida pode ser consultada em QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. “Amazônia em Armas”: luta e resistência contra a ditadura militar no Amazonas. Labirinto (UNIR), v. 31, p. 38-59, 2019.
 - 2 César Augusto Bubolz Queirós é Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Mestre pela mesma universidade. Atua como professor adjunto do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), além de atuar como professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Atualmente, exerce a função de Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da UFAM (PPGH/UFAM) e de Coordenador do curso de PARFOR em História. Exerce ainda o cargo de presidente da Associação Nacional de História - seção Amazonas (ANPUH/AM). Entre 2014 e 2016, foi Coordenador do GT Mundos do Trabalho no Brasil. Entre os livros publicados, destacam-se Desvarios Anarquistas na Rússia Rio-Grandense (2016), O Positivismo e a Questão Social na Primeira República (2017) e Cultura Operária: trabalho e resistências (2010). Dedicou-se à pesquisa no campo da História do Trabalho e da História Política, com ênfase nos estudos sobre o trabalhismo e a Ditadura Militar brasileira.

a função de coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da UFAM. História e do atualmente ocupo a função de Coordenador do Prgo

Inicialmente eu gostaria de agradecer à Coordenação do VI Seminário Internacional História e Historiografia e parabenizar pela realização do evento, mesmo na modalidade remota. A adaptação a estas novas ferramentas vem sendo um enorme desafio para todos nós, mas a necessidade de manter o distanciamento social em tempos de pandemia nos obriga a isso. Estamos juntos, mesmo que distantes. Quero humildemente dedicar esta fala a todas as vítimas do vírus, da negligência e do descaso em nosso país.

Vivemos tempos difíceis. Tempos em que os esqueletos de um período que julgávamos ter superado ameaçam sair dos armários e no qual os saudosistas do autoritarismo estão se sentindo muito à vontade para propagar seus preconceitos aos quatro ventos. O passado ameaça assustadoramente o presente em um período que faz com que seja imperioso defender o óbvio! Nesse sentido, diante de tentativas de reabilitação da ditadura militar e de apologias à tortura, é fundamental que os historiadores se debrucem sobre esse tema e reafirmem, por meio de suas pesquisas, o significado desses anos de chumbo e das severas violações sobre os direitos humanos cometidas por um Estado ditatorial e autoritário ou em nome dele. As disputas pela memória da Ditadura estão sendo travadas cotidianamente e parece que nós, historiadores, estamos em uma posição desfavorável. Neste cenário, a realização da mesa intitulada “***O Golpe de 1964 e a Ditadura na Amazônia: Disputas pela Memória e Usos Políticos do Passado***”, neste VI Seminário Internacional História e Historiografia: os usos políticos do passado no Brasil contemporâneo, é de extrema importância para este debate.

Minha pequena contribuição a este debate tem por título “*Amazônia em Armas*”: guerrilha e repressão no Rio Negro, e tem por

objetivo fundamental demonstrar que, em meio às disputas pela memória que acabam resultando na invisibilização dos efeitos da ditadura militar sobre a região amazônica e, mais especificamente, sobre o estado do Amazonas, a região sofreu fortemente com a repressão e com as ações de um governo autoritário e ditatorial. Pretende ainda analisar brevemente uma tentativa de iniciar uma guerrilha na região, no ano de 1967.

DISPUTAS PELA MEMÓRIA

A história da Ditadura Militar no estado do Amazonas ainda carece de estudos. Muito ainda há a se pesquisar acerca dos impactos da ditadura militar sobre a Amazônia e sobre o estado do Amazonas, e falar sobre o período na região Norte é sempre bastante complicado³. Existe uma crença generalizada de que a região não sofreu com a repressão, a censura e o autoritarismo. Ledo engano!

Desde muito cedo, a região sofreu os impactos da ditadura que se instalava. Os impactos dos projetos desenvolvimentistas na região foram particularmente nefastos para as populações indígenas. O relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) apresenta a estimativa de que pelo menos 8.350 indígenas tenham sido mortos em todo o país durante o período investigado. Para o estado do Amazonas, o impacto sobre a etnia dos Waimiri-Atroari é, talvez, o mais dramático (GOMES, 2015). Na primeira lista de cidadãos que tiveram mandatos e direitos políticos cassados em decorrência do Ato Institucional nº I, em 10 de abril de 1964, já estavam os nomes do ex-governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo, e do deputado federal Almino Monteiro Alvares Afonso, eleito pelo PTB em 1962. Almino Afonso foi o candidato que obteve a maior vo-

3 Gradualmente, algumas dissertações de Mestrado sobre o período vêm sendo produzidas com o intuito de superar essa lacuna. São os casos dos trabalhos de Thiago Rocha de Queiroz (2014), Cleber de Lima Bezerra (2010) e Camila Barbosa Monção Miranda (2018), entre outros.

tação para a Câmara dos Deputados pelo Amazonas, reelegendo-se com 13.870 votos e exercendo a função de líder do PTB na Câmara. Foi Ministro do Trabalho e da Previdência Social de João Goulart.

No início de maio, o deputado Federal Arlindo Porto (PTB) teve seu mandato cassado após reunião ordinária da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM), tendo sido preso logo em seguida (Jornal do Commercio, 05/05/1964, p. 1). Arlindo Porto foi o primeiro deputado estadual a perder o mandato na Ditadura Militar. O vereador Manoel Rodrigues da Silva, ex-dirigente do Sindicato dos Estivadores⁴, e seu suplente, Othon Mendes (Jornal do Commercio, 05/05/1964, p. 8), além do vereador Nathanael Rodrigues⁵, também tiveram seus mandatos cassados na Câmara de Vereadores de Manaus. Em sessão da Câmara que deliberaria sobre a situação de Manoel Rodrigues, a vereadora Lea Alencar Antony (PSD)⁶ afirmou que “a hora é de renovação, de reconstrução, de depuração e de expurgo”, afirmando que seria uma “sentinela vigilante do cumprimento dos ideais da revolução no âmbito municipal” (Jornal do Commercio, 23/04/1964, p. 8). Após ter sua prisão efetuada pela Polícia Civil no dia 15 de abril, Manoel Rodrigues teve seu mandato cassado por seus pares em sessão secreta da Câmara ocorrida no dia 24 sob a alegação de ter sido filiado ao Partido Comunista em 1945⁷. Na mesma sessão, foi constituída uma comissão integrada pelos vereadores Paulo Nery, Evandro Carreira e João Bosco Lima com a finalidade de “apurar a participação de outros vereadores e suplentes em movimentos subversivos e que professam ideologia contrária ao regime democrático” (Jornal do Commercio, 24/04/1964, p. 1). E, no mês de junho,

4 Em abril, o Sindicato dos Estivadores de Manaus sofreu uma intervenção militar. (Jornal do Commercio, 28/04/1964, p. 1).

5 Todos eram filiados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

6 Lea Alencar Antony elegeu-se a primeira deputada estadual do Brasil nas eleições de 1970.

7 O prefeito de Manaus instituiu uma comissão, presidida por Walter Rayol, que encaminhou à Chefia de Polícia uma relação de nomes de todos os funcionários da prefeitura a fim de verificar se havia algum servidor “fichado com comunista”. O governo do estado também criou comissão com a mesma finalidade (Jornal do Commercio, 02/05/1964, p. 1).

Nathanael Rodrigues também teve seu mandato cassado (Jornal do Commercio, 02/06/1964, p. 8).

Em 14 de junho, foi a vez do governador Plínio Ramos Coelho (PTB) (QUEIRÓS, 2016) ter seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos (Jornal do Commercio, 03/06/1964). No entanto, mesmo com a deposição, o ex-governador não teve descanso. Em virtude de denúncias de corrupção sobre a constituição de uma sociedade anônima com o nome de Paranauari, feitas pelos deputados da oposição parlamentar durante seu governo, em 10 de agosto de 1964, Plínio Ramos Coelho foi conduzido à Chefatura de Polícia e depois à Penitenciária Estadual, acusado de ter cometido “delito contra o Estado”, passando por uma investigação sumária instalada pelo desvio de 5 milhões de cruzeiros dos cofres públicos (QUEIRÓS, 2018).

No mesmo dia da prisão do ex-governador Plínio Coelho, o governador Arthur Cezar Ferreira Reis ordenou a ocupação militar do parlamento estadual – que funcionava provisoriamente no Instituto de Educação do Amazonas –, tendo enviado telegrama ao presidente Castelo Branco denunciando “o aumento inconstitucional e imoral votado por deputados, dos seus próprios subsídios” e acusando-os de terem agido dessa forma em função da necessidade de compensar perdas de recursos econômicos provocadas pela supressão dos municípios. Assim, justificando a interdição da Assembleia Legislativa e a prisão do ex-governador, Reis afirmou que resolveu “praticar atos revolucionários para chamar à razão os que se opõem a concepção dos objetivos revolucionários e a missão que me foi confiada” (Jornal do Commercio, 11/08/1964).

Na mesma ocasião da prisão de Plínio Coelho e da interdição da Assembleia Legislativa, Arthur Reis ordenou o fechamento dos jornais *O Trabalhista*⁸ e *A Gazeta* (LOBO, 1986), ambos pertencentes

8 Sobre o periódico *O Trabalhista*, ver Magalhães (2019).

ao grupo Difusão, e seus redatores enquadrados na Lei de Segurança Nacional. O procurador do estado, Leandro Tocantins, declarou que o fechamento dos dois jornais “foi um imperativo das conclusões do inquérito policial-militar que enquadrou os seus diretores e redatores incursos na Lei de Segurança Nacional”. Seu redator-chefe, Manoel José Antunes, foi preso e recolhido ao quartel da milícia (Jornal do Commercio, 13/08/1964).

Perseguição política, mandatos cassados, governadores depostos, fechamento do Legislativo estadual, confrontos e aposentadorias no Judiciário, fechamento de jornais, perseguição à imprensa, genocídio da população indígena, enfim, somente sem um olhar mais atento às fontes é que se poderia relativizar ou minimizar os impactos da ditadura e do autoritarismo no estado. Tal afirmação é claramente contrária a qualquer análise mais apurada do contexto local.

O “CRIME DO MOTOR ANTÔNIO ALBERTO”: UMA TENTATIVA DE GUERRILHA NA AMAZÔNIA

Outro aspecto que, por vezes, é aventado se refere à inexistência de uma resistência à ditadura militar no Amazonas, decorrente de certa docilidade ou acomodação da população. No entanto, a análise de um episódio ocorrido no ano de 1967, na cidade de Manaus, e que ficou conhecido na imprensa como o “crime do motor Antônio Alberto”, evidencia uma tentativa de guerrilha na Amazônia e a articulação de estratégias de resistência à ditadura militar no Amazonas. Partimos da descoberta do Inquérito Policial Militar 046/67, do Conselho Permanente de Justiça do Exército, no ano de 1967, para demonstrar a existência de grupos e indivíduos que não compactuavam com o autoritarismo do governo e que empenhavam seus esforços e recursos financeiros na luta contra a ditadura, aderindo à luta armada mesmo antes da implantação do Ato Institucional nº 5. O Inquérito Policial Militar aberto tinha a finalidade de investigar

os “atos subversivos” promovidos pelo grupo e da repercussão desse episódio na imprensa local⁹.

No ano de 1967, um crime ocorrido na cidade de Manaus, na região do Tarumãzinho, intrigou a imprensa e a população amazonenses. Divulgado pela imprensa como “o crime do motor Antônio Alberto” (Jornal do Commercio, 28/09/1967, p. 4), esse fato gerou muito mais repercussões do que se poderia imaginar no início das investigações. Quando a polícia encontrou o corpo do motorista Agostinho da Silva, assassinado a tiros em uma lancha próxima à Ilha do Tarumãzinho, a hipótese logo levantada foi a de que se tratasse de uma quadrilha de contrabandistas que pretendia raptar a embarcação.

A descoberta de uma mochila, com alguns cadernos em que era possível identificar o nome do ex-funcionário do Banco do Norte, Carlos Washington de Lemos Botelho, e um romance policial, possibilitou um novo rumo às investigações (Jornal do Commercio, 30/09/1967, p. 8). Mais de 45 homens da polícia militar e do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) se envolveram na operação de captura dos fugitivos que haviam se embrenhado na selva e lá permaneceram por vários dias. Até mesmo um helicóptero foi utilizado nas operações.

Com o avanço das investigações, foi possível apurar que um pequeno grupo de amazonenses, liderado pelo venezuelano Ricardo Gomez, se preparava para uma quixotesca aventura que tinha o objetivo de subir o Rio Negro de barco até a Venezuela para “iniciar intenso treinamento destinado ao desencadeamento de guerrilhas no interior amazonense”¹⁰.

9 Em outro artigo, discuti a especificidade do uso de processos criminais como fonte para o pesquisador. (QUEIRÓS, 2014).

10 Inquérito Policial Militar 46/67. Auditoria da 8ª Região Militar. Conselho Permanente de Justiça do Exército. Belém, 1967, p. 2. Nas próximas referências, esse processo será referido apenas como IPM 46/67.

Carlos Washington de Lemos Botelho conheceu o venezuelano Ricardo Gomez, conhecido como Cântio Carruña, que teria vindo ao Brasil para “recrutar alguns elementos que o auxiliassem numa futura ação de guerrilha com a finalidade de fazer a libertação de toda a Amazônia sul-americana da exploração do imperialismo americano” (IPM 46/67, p. 19). No Amazonas, conheceu Carlos Washington de Lemos Botelho, seu irmão Mário José de Lemos Botelho e seu primo Walmen Melo Botelho, que, juntamente com o soldado Sebastião Lustosa Brasil, logo embarcaram de cabeça na proposta do ousado venezuelano.

O venezuelano Ricardo Gomez já estivera em Manaus entre os meses de maio e junho daquele mesmo ano e, nessa ocasião, teria conhecido na Casa do Estudante, Sebastião Lustosa Brasil, soldado do Batalhão de Caçadores. Gomez era tido como um guerrilheiro experiente: há tempos ele era acompanhado pelos serviços de inteligência latino-americanos e seus passos são fartamente documentados no IPM mencionado. Ricardo Gomez esteve preso em Puerto Ayacucho por mais de um ano, por atividades subversivas, serviu na Guarda Nacional venezuelana e foi expulso por ter retirado um caminhão da Guarda Nacional sem autorização, lotando-o de comunistas e membros do Partido Comunista para percorrer a cidade durante uma manifestação contrária ao governo em Caracas. Segundo informações das Forças Armadas venezuelanas, Gomez teria recebido treinamento de guerrilha em Cuba e participado, juntamente com seu padraсто, um russo residente na Venezuela, de um atentado contra um avião que fazia a rota Caracas-Puerto Ayacucho, que explodiu quando chegava ao povoado de Calaboço. Na explosão, morreram todos os tripulantes e passageiros, em torno de 25 pessoas, entre elas o padraсто de Gomez. Em função desse atentado, foi preso por 4 anos por ato de terrorismo (IPM 46/67, p. 59/60).

Pois foi esse revolucionário venezuelano o principal protagonista desta tentativa de guerrilha amazônica. Após sua estadia em Manaus, no início do ano, Gomez retornou à cidade em setembro, tendo saído da Venezuela para a Guiana, depois para Belém e, finalmente, vindo para Manaus. Em Belém, Gomez recebera a orientação para procurar o engenheiro civil Antônio Roberto Pinto Guimarães¹¹, que lhe auxiliaria com recursos e contatos, o que demonstra a existência de uma rede de relações entre Belém e Manaus. Ao chegar, foi apresentado por Sebastião Lustosa a Vicente de Paula Moura Costa e Raimundo Nonato Ferreira Gomes Sobrinho, por achar que compartilhavam dos mesmos ideais. Como já conhecera Walmen Botelho da outra vez em que esteve em Manaus, solicitou que este se dirigisse à casa de Raimundo Nonato, onde estava hospedado desde seu regresso à cidade. Raimundo Nonato Sobrinho era considerado o líder intelectual do grupo, ministrando aulas de geografia e história, indicando leituras e tendo forte ascendência intelectual. Era leitor de Karl Marx e amigo do ex-governador Plínio Ramos Coelho¹², com quem se correspondia por cartas, tomando o cuidado de queimá-las após a leitura. Mário José de Lemos Botelho já conhecia Raimundo Nonato Sobrinho, de quem fora subordinado quando trabalhava na colônia “Cacau Pirera”, onde, segundo ele, Raimundo Nonato fazia “pregações políticas” para os trabalhadores.

Em torno de Raimundo Nonato Sobrinho, formou-se um seleto grupo que buscava discutir os problemas nacionais e que, inicialmente, era “janista”¹³, mas que, com o tempo, foi se aproximando

11 Antônio Roberto Pinto Guimarães era engenheiro do Departamento Rodoviário Municipal de Manaus. Em sua ficha do Comando Militar da Amazônia, aparece como comunista e agitador de alta periculosidade, tendo sido presidenta da União Acadêmica Paraense (UAP) até 1966. Na ocasião do golpe de 1964, “lançou violentíssimo manifesto contra a revolução”. Foi indiciado em IPM por subversão. Tentou “sublevar” os estudantes da Faculdade de Engenharia contra o diretor e, na recepção aos calouros, lançou cartazes ofensivos e discursos na linha do PC.

12 Em seu depoimento, Vicente de Paula Ferreira Moura afirmou que não se surpreenderia se Plínio Coelho “estivesse financiando parte do movimento de guerrilhas” (IPM 46/67, p. 182).

13 A inclinação “janista” do grupo de Raimundo Nonato talvez possa ser explicada a partir de sua aproximação com Plínio Ramos Coelho. Nas eleições de 1960, enquanto os trabalhistas ligados

gradativamente das ideias socialistas e comunistas. Raimundo Nonato exercia grande influência sobre os membros dos setores progressistas da cidade. Entre os “elementos esquerdistas” com quem Raimundo Nonato se relacionava estavam nomes como Aristofano de Castro, Lúcio Cavalcanti e Amazonino Mendes, que não quiseram colaborar com o movimento revolucionário que se orquestrava em Manaus, mas que dialogavam e compartilhavam os mesmos ideais.

Em seu depoimento, Gomez afirmou que teria vindo ao Brasil porque “a Amazônia brasileira é uma região que muito interessa aos imperialistas americanos e mais porque a Amazônia não é só Brasil” (IPM 46/67, p. 31). Ricardo Gomez era membro do partido Unión Republicana Democrática (HERRERA, 1999, p. 214), da Venezuela, e tinha visitado vários lugares da América e da Europa, deixando seus interrogadores intrigados. Gomez, que era pintor e de poucos recursos, esteve em Dusseldorf, foi a Paris, Georgetown e visitou vários estados brasileiros.

Nesse contexto, a luta pela libertação latino-americana do imperialismo estava em um momento de efervescência, e Che Guevara representava o ideal da emancipação política dos países periféricos dos jugos da exploração capitalista. O líder revolucionário chegara à Bolívia, em fins de 1966, com a intenção de impulsionar um foco guerrilheiro que pudesse convulsionar todo o continente. Para ele, a Revolução Cubana representava o prelúdio de uma grande luta revolucionária que traria a libertação do hemisfério. Para isso, era necessário “encontrar as bases em que se apoia este tipo de luta, as regras a seguir pelos povos que buscam sua libertação; teorizar o fato, estruturar e generalizar esta experiência para o aproveitamento de outros” (GUEVARA, 1982).

ao então governador Gilberto Mestrinho apoiaram o candidato Henrique Lott (PSD), Plínio Coelho e seus seguidores prestaram seu apoio a Jânio Quadros.

Na Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), ocorrida em Cuba, entre 31 de julho e 10 de agosto de 1967, a política defendida pelos partidos comunistas nacionais foi duramente criticada, e a luta guerrilheira foi aclamada como estratégia adequada para a maior parte dos países latino-americanos, proclamando que o dever de todo revolucionário era o de “fazer a revolução” (SALES, 2009).

Parecia uma aventura quixotesca protagonizada por esses cinco jovens que pretendiam iniciar uma guerrilha em plena floresta amazônica e que, com poucos recursos, ousavam enfrentar as forças autoritárias instaladas no país desde 1964. No entanto, é impossível entender minimamente o que almejavam esses jovens sem compreender o contexto político daquele momento. Nesse sentido, Ridenti afirma que

um erro em que muitas vezes se incorre ao pensar as esquerdas nos anos 60 é tomá-las separadamente do contexto da época que as produziu e que tentaram transformar. De fato, fora daquelas circunstâncias específicas, parece um despropósito a opção de armar-se para iniciar a guerrilha, supostamente o primeiro passo para realizar a revolução brasileira (RIDENTI, 1997, p. 12).

Os anos 60 do século passado transcorreram sob a representação de inúmeras revoluções de libertação nacional que ou haviam sido vitoriosas ou ainda estavam em curso. São os casos da Revolução Cubana (1959), da independência da Argélia (1962) e a guerra anti-imperialista em desenvolvimento no Vietnã. “O êxito militar dessas revoluções é fundamental para que se compreenda as lutas e o ideário contestador nos anos 60” (RIDENTI, 1997, p. 12). E quem melhor representava esses ideais era, sem sombra de dúvidas, a figura de Ernesto “Che” Guevara.

Assim, a figura do guerrilheiro argentino pode ser considerada fundamental para se compreender os propósitos e sonhos dos jo-

vens que iniciaram o movimento no Amazonas. Quando perguntado se conhecia Che Guevara, Ricardo Gomez respondeu que “não teve a honra de conhecê-lo” (IPM 46/67, p. 31). No entanto, durante o período em que estiveram embrenhados na selva, Ricardo Gomez e os demais membros do grupo liam “os livros de Che Guevara sobre guerrilhas, além de outras publicações de caráter subversivo” (IPM 46/67, p. 45). Entre os materiais que foram apreendidos, podemos observar folhetos que orientavam a ação dos guerrilheiros e a prática da guerrilha.

Tragicamente, enquanto os revolucionários amazonenses tentavam executar seus planos no Tarumãzinho, o revolucionário argentino vivia seus derradeiros momentos nas mãos do exército boliviano. No dia 01 de outubro de 1967, o *Jornal do Commercio* (01/10/1967, p. 1) noticiava que Che Guevara estava encurralado pelo exército boliviano. Alguns dias depois, no dia 9 outubro de 1967, Che foi executado pelo tenente Mario Terán com uma rajada de fuzil (*Jornal do Commercio*, 11/10/1967, p. 1).

O planejamento do grupo era seguir de barco pelo Rio Negro até a Venezuela, onde iniciaria treinamento de guerrilhas, e, posteriormente, voltaria ao Brasil para “eclodir, no extremo norte do país, um movimento revolucionário de grande envergadura” (IPM 46/67, p. 3). Na fronteira do Brasil com a Venezuela e com a Colômbia, seria formada a Frente de Libertação da Amazônia¹⁴.

Carlos Washington e José Severino Ferreira, o Pernambuco, ficaram encarregados de alugar uma embarcação para o transporte e, alegando que precisavam transportar peles de Humaitá para Manaus, conseguiram concretizar o acerto do aluguel da embarcação. Após a negociação com o proprietário, o grupo embarcou na lancha “Alfredo Alberto”, no dia 26 de setembro. No entanto, juntamente

14 Sebastião Lustosa Brasil se refere a essa frente como Aliança Libertadora dos Povos da Amazônia Brasileira e Sul Americana (IPM 46/67, p. 44 e 51).

com o grupo, embarcou a tripulação, formada por Opídio, Raimundo e Agostinho, o que não estava nos planos iniciais. Após terem abastecido a embarcação em um posto flutuante, o venezuelano, empunhando um revólver, tentou render a tripulação com a intenção de amarrá-los e deixá-los na Ilha do Camaleão, passando a Ponta Negra, a fim de que prosseguissem a viagem. No entanto, um dos tripulantes, Agostinho, reagiu e atracou-se em luta corporal com Ricardo Gomez, tendo sido alvejado no peito e vindo a falecer na mesma hora. Aproveitando a confusão, os outros tripulantes se lançaram na água e conseguiram fugir após terem escutado gritos de “mata os outros”. Após a frustrada tentativa de imobilização dos tripulantes e o consequente assassinato de um deles, o corpo de Agostinho foi lançado no Rio Negro (IPM 46/67, p. 39).

Diante da inusitada situação e na iminência de terem seus planos denunciados, o grupo atracou o barco e se embrenhou na selva. Tendo adentrado na mata, conseguiu permanecer vários dias driblando a perseguição do exército e da polícia com técnicas de guerrilha. Cansados, famintos e amedrontados, os intrépidos guerrilheiros acabaram sendo presos pelos policiais apenas no dia 12 de outubro, tendo ficado 18 dias em fuga (Jornal do Commercio, 13/10/1967, p. 1 e 8).

Na ocasião de sua prisão, o grupo estava acampado nas proximidades da Ilha do Camaleão, no Tarumãzinho, em um lugar conhecido como Jaraqui, quando foi flagrado pelos homens do Centro de Instruções de Guerra na Selva (CIGS). Os quatro brasileiros foram presos nesse momento sem esboçar resistência e foram encaminhados em uma lancha do CIGS para o Grupamento de Fronteiras. Ricardo Gomez reagiu, disparando alguns tiros e indo se embrenhar na selva (IPM 46/67, p. 41). Ferido na troca de tiros, faminto e cansado, à noite, Ricardo Gomez se entregou a alguns mateiros contratados pela polícia e foi levado de canoa à delegacia, do dia 13 de outubro. Foram encontrados com o grupo armas automáticas, fuzis, mapas da região, diverso folhetins e panfletos com táticas de guerrilha e um

litro de ácido sulfúrico com o qual pretendiam fazer treinamentos para produção de coquetéis Molotov (IPM 46/67, p. 31). Ao ser interpelado na delegacia, Gomez afirmava em altos brados que seus ideais políticos não haviam morrido: “morro, mas não digo nada” (Jornal do Commercio, 14/10/1967, p. 1)!

Entre os panfletos apreendidos, encontra-se um manuscrito com o título *Amazônia em Armas*, uma mensagem do Conselho Revolucionário dos Povos do Comando do Amazonas, traduzido do espanhol por Raimundo Nonato Sobrinho¹⁵. O manifesto era dirigido “aos trabalhadores, aos pobres, aos indígenas, aos mestiços e negros, aos camponeses, operários, estudantes, intelectuais e a todos os homens e mulheres de boa vontade que almejam felicidade e o progresso da humanidade” e anunciava o início do combate e da vitória contra “opressores, exploradores, ricos poderosos e imperialistas yanques”. Os autores do manifesto se apresentavam da seguinte forma:

Aqui estão presentes os filhos dos povos irmãos do Brasil, Colômbia, Venezuela e outros. Somos homens e mulheres que formamos a vanguarda combatente dos trabalhadores, dos explorados e oprimidos que vivem com fome e na miséria, em uma palavra: dos pobres.

Ao empunhar as armas, o fazemos porque a gente humilde do povo trabalhador, somos conscientes que ao pobre não há outro caminho, que viver eternamente passando fome, miséria e humilhações, ao receber esmolas toda sua vida, até morrer, ou levantar-se violentamente [...]. Empunhamos as armas para participar da luta pela libertação de nossas pátrias e para desta maneira, contribuir para a derrota total, segura e definitiva dos agressores yanques imperialistas e a todo gênero de opressão [...]. Estaremos fazendo a guerra revolucionária do povo, como manda o comandante “Che” Guevara (Manuscrito Amazônia em Armas. IPM 46/87, p. 88).

15 No processo, estão arrolados tanto o manifesto original, escrito em espanhol e datilografado, quanto a tradução em português, manuscrita por Raimundo Nonato Sobrinho.

O romance *Em Câmera Lenta*, de Renato Tapajós, guarda grande semelhança com os episódios aqui abordados. O livro começou a ser escrito em 1973, quando Renato Tapajós estava detido no presídio do Carandiru, e tem por objetivo fazer uma “reflexão sobre os acontecimentos políticos que marcaram o país entre 1964 e 1973 e, mais particularmente, entre 1968 e 1973” (TAPAJÓS, 1977, p. 10). No romance, o autor narra os episódios ocorridos em uma tentativa de guerrilha rural ocorrida na região amazônica, mais especificamente nos arredores de Manaus, no Rio Negro. As semelhanças são tamanhas que podemos considerar que Tapajós, nascido em Belém, possa ter se inspirado nos fatos ocorridos em 1967 para escrever sua obra, ou mesmo conhecesse os envolvidos, visto que também participou de atividades de guerrilha¹⁶. No romance, um grupo de seis guerrilheiros é liderado por um venezuelano em uma empreitada na floresta amazônica. Quando o piloto da embarcação resolveu desertar, foi julgado pela justiça revolucionária e executado devido ao “perigo que ele traria a todo o plano”. Após abandonar o barco, o grupo se embrenhou na floresta amazônica, onde permaneceu por longos dias.

Ao término do Inquérito Policial Militar, concluiu-se que, desde o início do ano de 1967, articulava-se na cidade de Manaus uma operação de guerrilha com o objetivo de

subverter a ordem e a estrutura política-social vigentes na Venezuela e no Brasil [...] visando instalar a guerra de guerrilhas com a finalidade de alcançar a ditadura de classe e de partido político e a implantação no Brasil de um governo comunista, do tipo marxista-leninista e segundo os moldes cubanos, movimento esse que começaria pela formação de líderes de pequenos grupos que tentariam obter o controle, sucessivamente, de pequenas áreas do vale do Rio Negro, no norte do estado do Amazonas, da

16 Renato Tapajós cumpriu pena entre os anos de 1969 e 1974 por participação na guerrilha urbana como membro da Ala Vermelha (AV/PCdoB). Em 1977, em virtude da repercussão do livro, voltou a ser preso. O livro foi considerado pelos agentes da repressão como uma “apologia do terrorismo, da subversão e da guerrilha em todos os aspectos.

Amazônia brasileira, da Amazônia sul-americana, do norte do continente sul americano e, por fim, de toda a América do Sul (IPM 46/87, p. 285).

Os “guerrilheiros da Amazônia” foram condenados (Jornal do Commercio, 28/07/1968, p. 1). Ricardo Gomez foi condenado a oito anos de prisão; Raimundo Nonato Ferreira Gomes Sobrinho, a três anos e seis meses de prisão, com suspensão de seus direitos políticos. No ano seguinte, tiveram suas penas reduzidas pelo Superior Tribunal Militar (STM) para quatro anos e dois anos e meio, respectivamente (IPM 46/87, p. 639). Os demais envolvidos na empreitada – Mário José de Lemos Botelho, Carlos Washington de Lemos Botelho, Walmen Melo Botelho, José Severino Ferreira, Sebastião Lustosa Brasil, Antônio Roberto Pinto Guimarães e Vicente de Paula Moura Costa – foram inicialmente absolvidos.

Embora a tentativa de guerrilha na Amazônia tenha fracassado ainda em seus primeiros momentos, é importante pensar nesse episódio a fim de desconstruir um conjunto de premissas que, por vezes, negam qualquer possibilidade de resistência à ditadura militar no Amazonas, ou que ainda buscam negar ou relativizar sua existência no estado. Mesmo que esse episódio quixotesco tenha fracassado, ao longo de toda a narrativa podemos perceber um conjunto bastante heterogêneo de pessoas que, mesmo se negando a participar da ousada empreitada, prestava apoio financeiro ou ideológico ao grupo. No artigo, observamos que, em torno de Raimundo Nonato Sobrinho, formava-se um grupo de intelectuais que fazia oposição à ditadura militar e que sistematicamente se reunia para refletir sobre os problemas do país – sendo que o próprio Amazonino Mendes surge como pessoa ligada ao grupo. Percebemos ainda uma relação e uma troca de informações entre os grupos de Manaus e Belém.

Outro elemento que deve ser destacado é justamente a ativa participação dos estudantes vinculados à União dos Estudantes Secundaristas Amazonas (UESA) e à Ação Popular (AP) na luta contra a ditadura. Sem

dúvida alguma, os estudantes amazonenses – assim como em todo o país – assumiram uma posição de vanguarda na luta contra o autoritarismo da ditadura militar. Tal atuação carece de estudos mais aprofundados no estado a fim de que se conheça melhor a resistência e organização estudantis no Amazonas. Alguns lugares surgiram como espaços de sociabilidade nos quais a oposição à ditadura se reunia para, entre uma cerveja e outra, discutir política e os rumos do país. Nesse sentido, o Bar do Alex, na Getúlio Vargas, centro de Manaus, é citado diversas vezes.

Não apenas o estado do Amazonas sofreu de imediato os impactos da ditadura militar – contando com um dos principais centros de treinamento em contraguerrilha e tortura da América Latina –, como se verificou numa efetiva resistência popular a essa ditadura, resistência essa que estava espalhada por vários setores e, mesmo que silenciosa, estava ali, presente. Estudantes, intelectuais, operários e mesmo alguns militares se empenhavam em colocar obstáculos à sanha autoritária do governo e ousavam pensar e imaginar um país melhor e mais justo. A luta desses sujeitos esquecidos pela história deve ser lembrada e celebrada.

REFERÊNCIAS

ATO do comando supremo da revolução nº 1, de 10 de abril de 1964.

BEZERRA, Cleber de Lima. **A imprensa amazonense: dos preparativos do golpe à instituição do AI-5 (1963-1968)**. Dissertação de Mestrado em História. PPGH/UFAM, 2010.

GOMES, Eduardo. **Projetos desenvolvimentistas na Amazônia e a resistência dos waimiri-atroari (1964-2014)**. Dissertação de Mestrado em História. PPGH/UFAM, 2015.

GUEVARA, Che. **Sierra Maestra: da guerrilha ao poder**. São Paulo: Edições Populares, 1982. (2ª. ed.).

HERRERA, Bernardino. Viejos y nuevos modelos de partidos políticos en Venezuela. **HUMANITAS: Portal temático en Humanidades**, nº 11, 1999, p. 205-223, p. 214.

INQUÉRITO Policial Militar (IPM) 46/67. **Auditoria da 8ª Região Militar**. Conselho Permanente de Justiça do Exército. Belém, 1967, p. 2.

JORNAL DO COMMERCIO. Manaus, 05 mai 1964, p. 1.

JORNAL DO COMMERCIO. Manaus, 30 set 1967, p. 1 e 8.

LOBO, Narciso. Relendo os Jornais. **Jornal do Commercio**, 31 de agosto de 1986.

MONÇÃO MIRANDA, Camila Barbosa. Ditadura militar e Amazônia: representações, imaginários e legitimação política. **Manduarisawa** - Revista Eletrônica Discente do Curso de História da UFAM, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 73-84, 2018.

QUEIRÓS, César Augusto B. A história operária em processo: apontamentos sobre o uso de processos criminais no estudo da história do trabalho. **Tempo Amazônico**. Volume II, nº 1, jun./dez. 2014.

QUEIRÓS, César Augusto B. **Amazônia em Armas**: luta e resistência contra a ditadura militar no Amazonas. *Labirinto* (UNIR), v. 31, p. 38-59, 2019.

QUEIRÓS, César Augusto B. Autoritarismo e disputas políticas no Amazonas no contexto do golpe de 1964 *In: Utopia e Repressão: 1968 no Brasil*. 1 ed., Salvador: Editpora Sagga, 2018.

QUEIRÓS, César Augusto B. O Trabalhismo de Plínio Ramos Coelho e o Golpe de 1964 no Amazonas. **Revista Mundos do Trabalho**. v. 8, p. 49-65, 2016.

QUEIROZ, Thiago Rocha de. **O humoral humor e abertura social nas charges de Miranda (1972 - 1974)**. Dissertação de Mestrado em História. PPGH/UFAM, 2014.

RIDENTI, Marcelo. Que História é essa?. *In: Versões e ficções: o sequestro da história*. Perseu Abramo: São Paulo, 1997, p. 12.

SALES, Jean Rodrigues, A Ação Libertadora Nacional, a revolução cubana e a luta armada no Brasil. **Tempo** [en línea] 2009.

TAPAJÓS, Renato. **Em câmera lenta**. 2ªed. São Paulo, Alfa-Omega. 1977, p. 10.

Futuros-passados amazônicos debates em torno das políticas desenvolvimentistas da Ditadura para a Amazônia.

Sidney Lobato¹

INTRODUÇÃO

Este texto aborda a crise do horizonte de expectativa criado para a Amazônia pelo governo central do Brasil, durante a Ditadura Militar (1964-1985). Argumentamos que tal crise ensejou a proposição de outro futuro, fundamentado na noção de sustentabilidade. É importante lembrar que, a partir de 1964, o Norte tornou-se alvo de uma série de intervenções estatais que prometiam acelerar o tempo histórico e conduzir mais rapidamente os moradores desta região a um estado de bem-estar até então desconhecido. A ideologia desenvolvimentista legitimava o *start* de uma modernização autoritária protagonizada por grandes empresas nacionais e multinacionais (LOBATO, 2020). A crise da concepção de desenvolvimento defendida pela Ditadura se iniciou nos anos 1970, agudizando-se na década seguinte. As causas da desidratação dessa concepção serão apresentadas nos próximos parágrafos.

¹ Sidney Lobato é Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Fez estágio de pós-doutorado em História na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS-Paris). É Professor de História da Amazônia nos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal do Amapá (Unifap). Orcid: 0000-0002-2357-3667. E-mail: lobato.sidney@yahoo.com.br.

Abordar os desenvolvimentismos impõe a problematização da relação entre a política e a percepção que os grupos sociais têm do porvir – um tema até então pouco debatido pela historiografia. Paul Ricoeur (2007, p. 360) afirma haver no conhecimento histórico um “eclipse do futuro”. Esse filósofo propõe então a inclusão da futuri- dade no campo operatório do historiador. Por outro lado, a crescen- te influência do livro *Futuro passado*, de Reinhart Koselleck (2006), vem contribuindo bastante para a superação do mencionado eclipse. Esse historiador focaliza o horizonte de expectativa, que é “futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto”. E ele acrescenta: “esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a vi- são receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a consti- tuem” (KOSELLECK, 2006, p. 309-310).

O período que enfocamos foi marcado pela crise da ideia de fu- turo que era dominante desde o Iluminismo – aquela centrada na noção de progresso. François Hartog (2003, p. 11) argumenta que a crise da noção de progresso abriu caminho para um novo regime de historicidade, ou seja, para o fim da prioridade do porvir em benefi- cio de um autocentramento do presente, o presentismo (HARTOG, 2012, p. 141-201). Ainda neste sentido, Lucian Hölscher (2013, p. 135) afirma: “the path of history has become complicated. How the past, present and future fit together is today one of the principle con- cerns of historical theory”. E completa: “the earliest signs of the con- fusion date to the First World War, when basic assumptions about the forces compelling history ever forward were destroyed and faith in history as progress became no longer tenable” (HÖLSCHER, Id.). Se a crise do otimismo em relação a um futuro percebido como pro- gresso teve suas raízes nas duas grandes guerras do século XX, foi

apenas no final da década de 1970, e no início da seguinte, que ela ganhou seus mais claros contornos.²

Após ter sido profundamente abalada pelos dois últimos conflitos beligentes de escala global, a percepção do futuro enquanto progresso conseguiu recuperar o fôlego. Entre 1945 e 1973, a consolidação do modelo fordista-keynesiano possibilitou a elevação dos índices econômicos nos dois hemisférios do nosso planeta (HARVEY, 2009, p. 119). A construção de grandes e sólidas estruturas de produção (como os vultosos parques industriais), a fidelização e disciplinarização do trabalho, bem como a massificação do consumo por meio da elevação dos salários, foram as diretrizes do fordismo. Por seu turno, o Estado dilatou seu campo de atuação, assumindo em diversas frentes os custos da reprodução da força de trabalho (FRIGOTTO, 2010, p. 74-75). Apropriando-se de estratégias do socialismo real – com destaque para a planificação da economia –, o modelo fordista-keynesiano ensejou uma ampla sensação de que a humanidade, segura, seguia sua marcha rumo a um gozo de bem-estar cada vez mais generalizado.³

2 É o que atestam dois diagnósticos surgidos neste contexto: o de Jean-François Lyotard e o de Krzysztof Pomian. Em ensaio publicado originalmente em 1979, Lyotard (2015, p. XVI) chamou de pós-modernidade a incredulidade em relação às metanarrativas – como as oferecidas pelo iluminismo e pelo marxismo – que eram até então as fontes da legitimidade do conhecimento científico. Com o advento de tal incredulidade, apenas formas precárias ou provisórias de legitimação (sujeitas a disputas acadêmicas) puderam, afirma o autor, ser adotadas pelos cientistas. No artigo “La crise de l’avenir”, Pomian problematiza a emergência de um futuro opaco e muito distante de ser algo entusiasmante. Nas palavras dele: “[aujourd’hui] sont affectés, en somme, les fondaments même de la civilisation moderne, tous régimes confondus, car il devient de moins en moins possible concevoir un avenir qui soit simultanément accessible et souhaitable, un avenir dont on aurait des raisons convaincantes d’attendre l’avènement, tout en ayant d’aussi bonnes de le croire à plusieurs sinon à tous égards meilleur que le présent. Nous venons de le voir: l’avenir qu’on affirme le plus probable ne saurait être que pire. Quant à celui qui aurait exaucé nos vœux, il trouve son ultime refuge dans l’Utopie. Cela est grave. Car notre civilisation dépend de l’avenir comme elle dépend du pétrole: qu’il s’épuise, et elle tombe tel un avion que ses moteurs ne propulsent plus” (POMIAN, 1980, p. 4). Destarte, tanto Lyotard quanto Pomian viam nessa opacidade do futuro a causa de uma grande desorientação dos sujeitos históricos no presente.

3 A este respeito, Eric Hobsbawm (1995, p. 257) destaca: “in the course of the 1950s many people, especially in the increasingly prosperous ‘developed’ countries, became aware that times were indeed strikingly improved, especially if their memories reached back to the years before the Second World War”.

O ocaso desses *goldenyears* começou em meado da década de 1970. Uma concorrência em escala planetária entre investidores, cuja principal estratégia passou a ser a capacidade de mobilizar rapidamente seus capitais, erodiu as até então sólidas estruturas fordistas. O aparecimento de novas tecnologias tanto tornou possível esta volatilidade inédita do capital, quanto ensejou o desemprego estrutural e a precarização dos vínculos trabalhistas. Nas palavras de Zygmunt Bauman (2001, p. 185), desde então, “ninguém pode razoavelmente supor que está garantido contra a nova rodada de ‘redução de tamanho’, ‘agilização’ e ‘racionalização’, contra mudanças erráticas da demanda do mercado”. A certeza do progresso cedeu lugar a uma constante insegurança. Portanto, o futuro tornou-se opaco, e até mesmo amedrontador, uma vez que aos riscos da escalada armamentista (no contexto da Guerra Fria) se somaram aqueles de uma catástrofe ambiental irreversível.

Percebida como região que carecia de impulsos exógenos para superar seu “atraso” socioeconômico, a Amazônia, no terceiro quartel do século XX, transformou-se numa importante frente de avanço da modernização (aí protagonizada por grandes projetos de exploração agro-mineral e por agências governamentais desenvolvimentistas). Esse avanço era representado pelas classes dirigentes brasileiras, como a aceleração do tempo histórico, tendo em vista a antecipação do desenvolvimento (LOBATO, 2016). O otimismo em relação à alavancagem dos índices de bem-estar da população regional por meio de grandes projetos entrou em crise, sobretudo, nos anos 1980. Ao lado da denúncia dos negativos impactos sociais causados pela expansão das frentes de exploração, ganhava força a tese de que era necessária e urgente a criação de formas de produção econômica que não destruíssem a natureza e os modos de vida tradicionais. As experiências amazônicas relativas aos impactos da crise de futuridade acima esboçada ainda não foram consistentemente estudadas. Sem a pretensão de fazer um balanço exaustivo, este capítulo pretende lançar algumas luzes sobre tais experiências.

O PROJETO DITATORIAL: A PROMESSA DE ACELERAÇÃO DO TEMPO

O golpe que instaurou a Ditadura militar no Brasil foi chamado por seus protagonistas de a “Revolução de 1964”, uma ruptura definitiva na temporalidade histórica do Brasil. O “milagre econômico” era apresentado em âmbito nacional como evidência de que estava em curso a construção de um novo país. Os altos índices de crescimento econômico (que chegavam a 10% ao ano), além da projeção e realização de obras de grande envergadura, deram estofamento ao discurso do “Brasil potência”, principal recurso de autojustificação do governo ditatorial em um contexto de acirramento da repressão aos movimentos de oposição, os *anos de chumbo*, sob a vigência do Ato Institucional nº 5. Tal repressão, por outro lado, era apresentada como medida necessária para se levar a cabo o esforço de normalização e estabilização política que teria se iniciado no próprio Golpe (ALMEIDA; WEIS, 1998, p. 319-409).

No Território Federal do Amapá, os agentes da Ditadura instituíram um amplo disciplinamento social por meio do controle dos sindicatos, da disseminação do medo em relação ao “inimigo comunista” e das prisões dos seus mais destacados opositores. Por outro lado, o desmantelamento dos focos de oposição ao regime ditatorial, realizado durante o governo do general Luís Mendes da Silva (1964 a 1967), possibilitou a Ivanhoé Martins “priorizar o aspecto ideológico em relação ao repressivo”. Esse governador então “esmerou-se na construção de seus discursos, privilegiou o simbolismo patriótico” (SANTOS, 2001, p. 66-80, 53).

De acordo com Ivanhoé, a “Revolução de 1964” interrompeu um processo que ameaçava lançar toda a sociedade brasileira ao caos. Em 1970, ele criou a Semana da Revolução para comemorar (com um calendário rico em atividades no espaço público) esse fato histórico (SERÁ..., 1970, p. 1). Em 1971, a mensagem do governador para

o Dia da Independência (7 de setembro) afirmava que o movimento da “Revolução Brasileira”, impulsionado pela vontade do povo, impedira a desordem e evitara o caos inevitável. Ivanhoé também asseverava que antes da “Revolução” a Amazônia havia sido “uma grande região esquecida” e que as forças revolucionárias teriam então entronizado esta parte do Brasil no quadro dos “grandes interesses nacionais” (COMPARECEMOS..., 1971, p. 3). Como resultado, afluía o general, a planície amazônica estava se movendo em direção a um nível mais elevado de civilização. Assim, a Amazônia poderia ser transformada em ícone do progresso ou do “milagre econômico” (EARP; PRADO, 2003). Poderia, e de fato o foi, mas podemos também ressaltar que o Território Federal do Amapá foi tomado como um exemplo paradigmático das empreitadas do governo ditatorial em uma escala regional ou mesmo nacional.

Em seus discursos, Ivanhoé Martins insistiu que os que viviam sob seu governo estavam testemunhando o surgimento de um Amapá renovado, bastante diferente do que existira até então. A partir de junho de 1968, o jornal governamental local passou a ser chamado de *Nôvo Amapá* (antes seu nome era simplesmente *Amapá*). Com frequência, esse periódico publicava notícias dos trabalhos e serviços criados pela administração pública, destacando seus efeitos no cotidiano dos que moravam nas terras amapaenses. Em 1970, um artigo afirmava: “Vive atualmente o Amapá uma época nova”. O articulista aí acrescentou que o Território estava despertando para o porvir e que “caminha[va] no tempo e no espaço em direção ao seu futuro, ao seu destino histórico de área geograficamente privilegiada, onde o Brasil verdadeiramente começa”. O governo teria consolidado o “Novo Amapá” com um planejamento baseado na clara percepção das necessidades do presente e dos anos vindouros (DINÂMICA..., 1970, p. 8). Tal transformação teria tido como ponto de partida o golpe de estado de 1964. Do artigo “Março mês da revolução: março tempo de construir”, destacamos o seguinte trecho:

O 7º ano da Revolução Democrática Brasileira vem encontrar o Amapá bem diferente daquele [de] antes do movimento de 31 de março de 1964. E essa diferença é marcada pelo integral cumprimento do orçamento, pelo emprego correto dos dinheiros públicos, pelos programas de trabalhos executados e em execução, pela austeridade administrativa, pela expansão do mercado de trabalho, pelo surto de progresso nos diversos campos de atividades humanas, pelo desejo cada vez mais crescente que se fixem novas indústrias e pela dinâmica ação governamental imposta, com objetivos de eliminação de arestas que entravavam o desenvolvimento da área (MARÇO..., 1971, p. 8).

Nessa perspectiva, o “progresso” local teria habilitado o Amapá a ser um símbolo da “Revolução”. Em dezembro de 1970, esse jornal publicou uma carta enviada pela Loja Maçônica “Duque de Caxias” ao governador Ivanhoé Martins, na qual lemos: “O Amapá, sob a sábia e patriótica gerência de Vossa Excelência, tem se destacado sobremaneira, acompanhando a evolução de nossa extremada Pátria, sob o ritmo do ‘Brasil Novo’” (AMAPÁ..., 1970, p. 8). De acordo com Martins, a marcha do Território Federal para uma maior modernidade atingira então um ritmo sem precedentes, mitigando o atraso socioeconômico da população local. Naquele momento, o governo argumentou que seu trabalho havia suplantado “os últimos anos”. Em outras palavras, os anos em que “as soluções paliativas, certas obras de ‘fachada’, algumas com finalidades demagógicas, outras realizadas em vésperas de eleições, haviam impedido o progresso harmônico do Território, dentro de um período de tempo relativamente ponderável” (SÍNTESE..., 1970, p. 6). Desse modo, o período anterior a 1964 é caracterizado como um momento histórico de corrupção política ou de uso irresponsável do orçamento público. A “Revolução” teria trazido

uma gestão pautada na otimização do uso de muitos recursos, dentre os quais o tempo.⁴

Os representantes do governo central insistiam na necessidade urgente de “medidas saneadoras”, realizadas com “espírito moralizador”, para se retirar a Amazônia de seu estado de “atraso”.⁵ A narrativa governamental representava o tempo histórico como um fluxo unilinear cujo sentido era o progresso. Progredir significava transformar todos os recursos e energias existentes em valor de troca por meio da difusão da ética do trabalho e do uso cada vez mais generalizado das modernas técnicas de produção e reprodução de capital. Trata-se de uma estrutura de sensibilidade (WILLIAMS, 1979, p. 130-137) baseada no imperativo de se produzir volumes crescentes de riquezas em velocidade igualmente ascendente. Na perspectiva dos arautos do progresso, o “atraso” amazônico consistia na ociosidade de vultosos recursos naturais por falta de trabalhadores e de capitais capazes de inseri-los nos circuitos de produção e consumo do sistema capitalista global (APROVEITAMENTO, 1964, p. 36).

De acordo com essa ótica, era preciso acabar com tal estado de coisas, o que significava criar e ampliar, por meio de massivos investimentos de capitais e da migração, novas frentes de atividades agropecuárias e industriais na região. O horizonte de expectati-

4 Após o Golpe de Estado de 31 de março de 1964, telegramas trocados entre o governador do Amapá, Terencio Porto e seu mentor, Janary Nunes, mostraram claramente a posição “pró-Jango” de ambos. Além disso, as investigações realizadas no início do período ditatorial apontaram para a autorização dada por aquele governador para a realização de manifestações públicas de simpatizantes do presidente deposto. Em decorrência disso, o general Luís Mendes da Silva começou seu governo no Amapá estigmatizando os janaristas como opositores do novo regime. Para fazer isso, Mendes da Silva teve que realizar reformas profundas, substituindo os antigos funcionários públicos por aqueles que sempre haviam permanecido na oposição à administração precedente. Além disso, o novo governador começou um trabalho de depreciação da memória do período anterior a 1964. Acusações e denúncias contra os janaristas tornaram-se mais virulentas durante a administração do general Ivanhoé Martins, de maio de 1967 a outubro de 1972. A derrota de Janary nas eleições legislativas de 1970 para um candidato que pertencia ao grupo político de Ivanhoé foi o culminar de uma guerra de narrativas.

5 A noção de “atraso” é muito recorrente nas caracterizações que vem sendo feitas da Amazônia ao longo de muitas décadas. A este respeito ver: Messina (2016, p. 96-106); Lobato (2016, p. 1-16); e Mougey (2018, p. 375-408).

va que emergia nesse discurso apontava para uma Amazônia que substituiria a base econômica dependente do extrativismo por outra assentada principalmente na indústria e na agricultura. Os planos do governo central eram esboçados e definidos sempre no sentido de atribuir ao Estado o papel de estimulador e apoiador do empresariado. O articulista do jornal *O Estado de São Paulo*, em texto publicado em maio de 1965, destacou que “o tipo de desenvolvimento que se procura[va] dar à Amazônia visa[va] à criação de uma forte corrente de recursos da iniciativa particular”, investimentos que iriam ao encontro dos recursos naturais amazônicos que ainda não haviam sido “devidamente avaliados” (INVESTIMENTOS, 1965, p. 44).

Várias ações governamentais foram realizadas para atrair o interesse e os capitais do empresariado nacional e estrangeiro para a Amazônia. As páginas dos jornais de maior circulação no Brasil foram usadas para atirar a atenção de empresários do Sul e, principalmente, do Sudeste para o Norte. Os anúncios frequentemente publicados pelo governo ditatorial na grande imprensa listavam os produtos que poderiam ser fabricados a partir das matérias-primas regionais: laminados; óleos comestíveis; ligas metálicas; papel e celulose; fibras de juta, malva e algodão; artefatos de borracha; laticínios, carnes e peixes, etc. Mencionavam a lei federal 4.216, de 06 de março de 1963, que permitia investir até 50% do Imposto de Renda na Amazônia, e a lei 3.692-B, de 15 de dezembro de 1961, que dava total isenção fiscal a indústrias de borracha, juta e sementes oleaginosas que se instalassem na Amazônia. Uma propaganda publicada em abril de 1965 destacava: “você agora pode escolher uma atividade econômica nessa vastíssima área e construir uma fábrica, com a vantagem inicial de ser de graça grande parte de sua inversão” (AGORA, 1965, p. 7).

A CRÍTICA À DITADURA E AS URDIDURAS DE OUTROS FUTUROS

As primeiras críticas ao projeto da Ditadura para o desenvolvimento da Amazônia vieram da Igreja Católica. Scott Mainwaring (1989, p. 105-123) aponta que a partir de 1968 a Igreja tornou-se cada vez mais pessimista em relação à crença no capitalismo enquanto motor do amplo bem-estar social. Na contramão do otimismo ufanista do governo ditatorial, os bispos do Nordeste “condenaram o milagre brasileiro por exacerbar as desigualdades, por enriquecer aqueles que já tinham o suficiente e por causar o empobrecimento relativo ou absoluto da maioria das pessoas mais carentes da região”. Na Amazônia, bispos, padres e agentes de pastoral em geral reavaliaram a orientação da vida eclesial devido à extrema penúria da população e ao índice de violência estatal e privada contra os camponeses. Depois de iniciada a Operação Amazônia, as denúncias de violências sofridas por indígenas e camponeses multiplicaram-se e tornaram-se mais contundentes (CASALDÁLIGA, 1971). Neste quadro de acirramento das tensões sociais, nem mesmo os bispos da Amazônia escaparam das ameaças de prisão e morte. A experiência ocorrida nessa região concorreu para a conversão da Igreja em favor da causa dos pobres.

Por séculos vinculada à tradição elitista, que percebia o povo como carente de tutela em decorrência de sua incapacidade de decidir sobre seu próprio destino, a Igreja, no contexto do Golpe de 1964, ainda acreditava que a pobreza era resultado da ausência do capital, e não um derivativo da atuação deste. Mas, como argumenta José de Souza Martins (2011, p. 160-172), “a Amazônia pôs a Igreja diante da evidência de que o capital e o desenvolvimento capitalista maciços, ao contrário do que se supunha, podiam criar problemas sociais de tal gravidade, que se equiparavam ou superavam os gravíssimos problemas da miséria rural do Nordeste”. Indígenas tratados como não

humanos e vitimados por expedições punitivas, camponeses expropriados, escravizados e assinados, vultoso êxodo rural, segregação urbana e truculência policial são algumas das contas do rosário de violências experimentadas pelos amazônidas durante a Ditadura. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as CEBs eram agências que davam corpo à reorientação pastoral da Igreja em favor das vítimas do capitalismo tributário, especulativo e extorsivo.

Na coletânea *História da Igreja na Amazônia*, membros dos setores mais progressistas do clero, propuseram-se a fazer um balanço crítico da atuação da instituição na região. Adotando uma perspectiva anticolonial, fortemente influenciada pelo marxismo, os autores condenaram as contribuições que, ao longo de séculos, os agentes eclesiásticos haviam dado aos processos de extermínio físico e de “deculturação” dos povos indígenas amazônicos. No texto de apresentação do livro, Eduardo Hoornaert (1992, p. 9-10) destacou que a obra havia sido idealizada em outubro de 1980, momento em que “os ‘grandes projetos’ como Jari, Carajás, Albrás-Alunorte, as hidroelétricas de Tucuruí, Balbina e Santa Isabel, as estradas Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Perimetral Norte, estavam em fase acelerada de implantação, visando a ‘integração’”. E na sequência questiona: “integração no Brasil ou no capital internacional?”. Enfatiza ainda que as “vítimas do milagre” não eram apenas as populações indígenas, mas também “as próprias terras queimadas, sulcadas e tragadas na voragem da sede do lucro rápido e fácil”.

O naufrágio do barco Novo Amapá – que, nas águas do rio Cajari, em 06 de janeiro de 1981, levou a óbito mais de 300 pessoas que viajavam de volta para o trabalho na empresa Jari Celulose – pode ser adotado como trágica epígrafe da crise dos grandes projetos de exploração agromineral instalados na região amazônica durante a Ditadura (CAPIBERIBE, 1981, p. 65-67). Segundo Danilo Pacheco (2016), os grandes projetos instalados no Amapá tornaram-se os

alvos prediletos das críticas da literatura do naufrágio. Tal produção literária denunciava que: “Ao se pensar na integração da Amazônia e na atração de investimentos estrangeiros, visou-se tão somente o lucro”, ou seja, empresários e governos “negligenciaram a segurança dos trabalhadores de uma região que não estava preparada para receber uma crescente demanda de migrantes, que aí vieram buscar empregos e tentar transformar em realidade o sonho de uma nova vida melhor” (PACHECO, 2016, p. 52-53). Portanto, a falência financeira do Projeto Jari, ocorrida no contexto do ocaso do fordismo, foi antecedida por uma derrocada moral. Ao lado da denúncia dos negativos impactos sociais causados pelo velho modelo de desenvolvimento, ganhava força nos debates promovidos pelas agências internacionais a tese de que era necessária e urgente a criação de formas de produção econômica que não destruíssem natureza.

Tragédias socioambientais envolvendo usinas nucleares e contaminações tóxicas de grandes proporções – por exemplo, os casos de Three-Mile Island (EUA) de 1979, Bhopal (Índia) em 1984 e Chernobyl (então URSS) em 1986 – concorreram para o aparecimento da noção de *sociedade de risco*. Segundo Ulrich Beck (2011, p. 10), “na globalidade da contaminação e nas cadeias mundiais de alimentos e produtos, as ameaças à vida na cultura industrial passam por *metamorfozes sociais do perigo*: regras da vida cotidiana são viradas de cabeça para baixo”. Essas palavras foram escritas e publicadas em um contexto no qual os problemas ambientais passam a ser analisados e debatidos em escala planetária.

Nas décadas de 1970 e 1980, os riscos globais e de consequências de longo prazo tornaram-se tema de vários eventos internacionais de cunho político e científico. Dentro desses debates emergiram propostas de controle dos agentes da degradação ambiental (principalmente os econômicos) e de difusão das informações relativas à urgência da preservação da natureza vis-à-vis às ameaças crescentes. O trabalho do Clube de Roma, *Limites do crescimento em 1972*, chamou

a atenção de políticos e intelectuais para a pressão que o crescimento demográfico mundial exercia sobre os limitados recursos naturais. Por outro lado, a Conferência de Estocolmo (1972) difundiu a crítica ambientalista ao modo de vida contemporâneo, destacando a necessidade de harmonização entre a melhoria dos níveis de qualidade de vida e a preservação ambiental. Segundo Pedro Jacobi (2003, p. 193), “a maior virtude dessa abordagem é que, além da incorporação definitiva dos aspectos ecológicos no plano teórico, ela enfatiza a necessidade de inverter a tendência autodestrutiva dos processos de desenvolvimento no seu abuso contra a natureza”.

Conhecido como *Nosso futuro comum*, o Relatório Brundtlandt (1987) defendeu, em substituição da noção de ecodesenvolvimento – que preceituava a gestão racional e responsável dos recursos naturais (SACHS, 1986) –, a ideia de desenvolvimento sustentável, ou seja, um modelo de desenvolvimento viável tanto ecológica quanto economicamente (SORRENTINO *et al.*, 2005, p. 289). Nesse contexto, a luta dos chamados *povos da floresta* contra o avanço da frente agropastoril na porção acreana da Amazônia ganhou prestígio nacional e internacional. Os assassinatos dos líderes de seringueiros Wilson Pinheiro (1980) e Chico Mendes (1988) repercutiram amplamente, provocando uma crescente pressão, a partir de fora do Brasil, para que o governo deste país criasse medidas capazes de barrar o desflorestamento, mas também de restringir ou disciplinar o uso dos recursos florestais (BASÍLIO, 2001).

Tentava-se então deixar para trás um modelo de desenvolvimento local e regional que havia sido implantado na Amazônia na década de 1940 e que ganhara bastante força (por meio de volumosos investimentos estatais) durante a Ditadura militar. Para o pensamento desenvolvimentista, que se fortaleceu no pós-guerra, o discurso ambiental representava um obstáculo ao crescimento econômico. Por outro lado, tal crescimento foi por muito tempo considerado a solução dos problemas sociais do Brasil. No contexto do “milagre

econômico” (1969-1973), a preservação ambiental era percebida pelas classes dirigentes como uma interferência indesejada. Por isso, na Conferência Internacional da ONU sobre o Meio Ambiente, realizada no ano de 1972, em Estocolmo, a delegação do governo brasileiro liderou a frente dos países periféricos em defesa do crescimento industrial e contra aquilo que ela (a frente) via como um conjunto de manobras dos países centrais para barrar o desenvolvimento da periferia do mundo industrializado (LIMA, 2009, p. 151).

No contexto da redemocratização, grupos políticos do Acre e do Amapá associaram a proposição da substituição do modelo hegemônico de desenvolvimento econômico – que havia, por décadas, norteado discursos e investimentos – aos ataques às heranças autoritárias do regime ditatorial do pós-64. No Amapá, para que os princípios e valores que embasavam o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA) ganhassem capilaridade social, uma política educacional centrada na educação ambiental foi concebida. Sob a influência da Rio-92, rechaçava-se nesse programa uma educação ambiental meramente conservacionista, que entendesse o homem como um incorrigível adversário da natureza. A ideia de se implantar tal modelo educacional no Amapá baseava-se no consenso em torno da necessidade de uma educação sensível aos saberes e modos de vida locais (especialmente de indígenas, quilombolas e ribeirinhos), bem como em torno da importância de se buscar a harmonização entre o desenvolvimento socioeconômico e a sustentabilidade natural. Agrônomos, biólogos, professores, pedagogos, técnicos agrícolas e demais representantes da sociedade local envolvidos nos primeiros debates sobre o PDSA definiram a educação ambiental não como a simples “defesa da ecologia”, mas sim como a construção de saberes que auxiliassem na compreensão de como todas as dimensões da vida humana (econômica, social, cultural e política) afetam e são afetadas pelo meio ambiente (LOBATO, 2018).

PALAVRAS FINAIS

Este estudo aponta para o fato de que o fortalecimento das críticas a um modelo predatório de política desenvolvimentista e o aparecimento de outro baseado na diretriz da sustentabilidade foram possíveis graças à formação de um novo horizonte de expectativas, surgido depois da crise do fordismo e dos grandes projetos agrominerais (na Amazônia), da ocorrência de enormes desastres ambientais e do consequente debate sobre o futuro do planeta Terra.

Durante a Ditadura militar, intelectuais e políticos autoritários nutriram a percepção de que o sentido dado às sociedades pelo capitalismo era o progresso do bem-estar humano. Todavia, nas últimas décadas do século XX, tal percepção foi alvo de severas críticas e passou a disputar cada vez mais espaço com o entendimento de que esse modo de produção levaria a humanidade a uma irreversível hecatombe.

A noção de que existe um crescente risco planetário ganhou força desde os anos 1970, possibilitando o aparecimento e a legitimação de políticas centradas na preservação socioambiental. Dentro de alguns círculos, essa nova consciência ambiental era apresentada como aquilo que tornaria possível o retorno do otimismo em relação ao progresso da humanidade, agora identificado como um processo de desenvolvimento econômico harmonizado com a sustentabilidade dos ecossistemas. Porém, a noção de desenvolvimento sustentável aí incensada era muito inconsistente. Gustavo Lins Ribeiro (1991, p. 64-65) destaca que o debate em torno do ambientalismo oscilava entre extremos que adotavam percepções divergentes em relação à futuridade. Nas palavras do autor: “não deixa de ser curioso que o ambientalismo, tanto em suas versões fundamentalistas mais conservadoras (como o conservacionismo), quanto nas versões que negociam com a ideia de desenvolvimento, tenha o futuro como elemento central da sua arquitetura interpretativa”. E ele completa: “numa

vertente, pela ameaça ao fim da vida e do planeta, o que já lhe valeu a designação de ecoapocaliticismo; noutra, pela esperança de reformar a lógica desenvolvimentista”. Segundo Ribeiro (1992, p. 28-30), a noção de desenvolvimento sustentável sinalizava para a compatibilização do que parecia incompatível: crescimento econômico e preservação da natureza. Seus defensores, de modo geral, apontavam para a urgência de se reformar o ideário centrado na utopia do progresso, submetendo a lógica do mercado aos imperativos da sustentabilidade ambiental, uma noção polissêmica e em construção, que foi apropriada de diversos modos e por diferentes grupos.

REFERÊNCIAS

- AGORA a Amazônia é ali. **O Estado de São Paulo**, n. 27.600, 11 abr. 1965, p. 7.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 319-409.
- AMAPÁ acompanha o ritmo: Brasil Nôvo. **Nôvo Amapá**, n. 1596, 05 dez. 1970, p. 8.
- APROVEITAMENTO das riquezas da Amazônia. **O Estado de São Paulo**, n. 27.315, de 10 maio 1964, p. 36.
- BASÍLIO, Sandra. **A luta pela terra e a Igreja Católica no Vale do Purús (1970-1980)**. 2001. 201f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- CAPIBERIBE, João. **Morte nas águas: tragédia do Cajari**. Recife: M. Magalhães Composições Gráficas, 1981.

CASALDÁLIGA, Pedro. **Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**. Barra do Garças-MT: Prelazia de São Felix do Araguaia, 1971.

COMPARECEMOS todos.... **Nôvo Amapá**, n. 1617, 07 set. 1971, p. 3.

DINÂMICA de trabalho cria no povo mentalidade de Amapá novo. **Nôvo Amapá**, n. 1598, 24 dez. 1970, p. 8.

EARP, Fábio Sá; PRADO, Luiz Carlos Delome. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da Ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

HARTOG, F. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. **Revista de História**, n. 148 (1º de 2003), p. 09-34.

HARTOG, F. **Régimes d’historicité: présentisme et expériences Du temps**. 2º ed. [augmentée], Lonrai: Éditions Du Seuil, 2012.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 18 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HOBBSAWM, E. **The age of extremes: a history of world, 1914-1991**. Nova York: Vintage, 1995.

HÖLSCHER, L. Mysteries of historical order: ruptures, simultaneity and relationship of the past, the present and the future. *In*: LORENZ, Chris; BEVERNAGE, Berber (Ed.). **Breakin up times: negotiating the borhters between present, past and future**. Bristol: Vandenhoeck & Ruprecht, 2013, p. 134-151.

HOORNAERT, Eduardo (coord.). **História da Igreja na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1992.

INVESTIMENTOS na Amazônia devem atingir 12 bilhões. **O Estado de São Paulo**, n. 27.617, 02 maio1965, p. 44.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, março/2003, p. 189-205.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/ PUC-Rio, 2006.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação ambiental crítica: socioambientalismo às sociedades sustentáveis. **Educação e pesquisa**, vol. 35, n. 1, jan./abr., 2009, p. 145-163.

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. 16 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.

LOBATO, Sidney. O futuro da Amazônia: horizonte de expectativa de Arthur Reis (década de 1950). **Confins**. Paris, n. 28, 2016, p. 1-15.

LOBATO, Sidney. Educação e desenvolvimento: inflexões na política educacional amapaense (1944-2002). **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018, p. 1-20.

LOBATO, Sidney. Os empresários e a Amazônia: planejamento regional e protagonismo empresarial no início da Ditadura. In: REIS, Tiago; SOUZA, Carla; OLIVEIRA, Monalisa; LYRA JÚNIOR, América (Orgs.). **Coleção História do Tempo Presente**. Vol. III. Boa Vista: UFRR, 2020, p. 92-115.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARÇO mês da revolução: março tempo de construir. **Nôvo Amapá**, n. 1610, 31 mar. 1971, p. 8.

MARTINS, José de Souza. Camponeses e índios na renovação da orientação pastoral da Igreja. In: MARTINS, J. de S. **A política do Brasil: lúmpen e místico**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 160-172.

MESSINA, Marcello. Atraso. In: ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues; PACHECO, Agenor Sarraf (Orgs.). **Uwakuru: dicionário analítico**. Rio Branco: Nepan, 2016, p. 96-106.

MOUGEY, Thomas. Tracing the origins of Brazil's great acceleration: the SPVEA's Primeiro Plano Quinquenal and technoscientific recovery of Amazonia, 1945-1959. **Varia História**, vol. 34, n. 65, maio/ago. 2018, p. 375-408.

PACHECO, Danilo. **Narrar o trauma: memórias do naufrágio do barco Novo Amapá**. 2016. 64f. Monografia (Especialização em História e Historiografia da Amazônia) – Universidade Federal do Amapá (Unifap), Macapá.

POMIAN, Krzysztof. La crise de l'avenir. **Le debat**. Nº 7, 1980, p. 5-13.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia/ utopia do desenvolvimento. **Revista de Antropologia**, n. 34, 1991, p. 59-101.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: ideologia e utopia no final do século XX. **Ci. Inf.**, n. 21(1), jan./abr. 1992, p. 23-31.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, Dorival da Costa dos. **O regime ditatorial militar no Amapá: terror, resistência e subordinação – 1964-1974**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2001.

SERÁ comemorada brilhantemente no Território a Semana da Revolução. **Nôvo Amapá**, n. 1565, 14 mar. 1970, p. 1.

SÍNTESE de um trabalho que merece o respeito e admiração de um povo. **Nôvo Amapá**, n. 1568, 20 abr. 1970, p. 6.

SORRENTINO, M. *et al.* Educação ambiental como política pública. **Educação e pesquisa**. São Paulo, n. 2, maio/ago. 2005, p. 285-299.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

A UFPA e a memória da ditadura militar

a produção do silêncio sobre as violações dos direitos humanos

Edilza Joana Oliveira Fontes¹

O *Cine Jornal Informativo nº 18*, peça publicitária do Governo Federal produzida pela Agência Nacional, a qual era vinculada à Casa Civil da presidência da República, informou que o marechal Costa e Silva se encontrava em Belém em agosto de 1968, onde “inaugura as instalações da Universidade do Pará, grande instituição de cultura com capacidade para 15.000 alunos e que estimulará decisivamente o desenvolvimento tecnológico da Amazônia”. Na edição em questão, foi mostrado que o presidente Costa e Silva recebeu o título de Doutor *Honoris Causa*, concedido pela Universidade Federal do Pará - UFPA, votado no Conselho Universitário e proposto pelo reitor Silveira Neto e aceito por unanimidade na reunião do dia 8 de agosto de 1968. A peça publicitária mostra a transferência provisória do Governo Federal para a Amazônia.

O Presidente da República pronunciou discurso em que definiu a política do seu governo voltada à Amazônia, a qual visava

1 Edilza Joana Oliveira Fontes possui Graduação em História pela Universidade Federal do Pará (1982), Especialização em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará (1987), Mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas (1993) e Doutorado em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (2002). No âmbito acadêmico, atualmente é Professora Associada IV da Faculdade de História - UFPA, do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA) e do Programa de pós-graduação Mestrado Profissional em Ensino de História, colaboradora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

“o desenvolvimento de suas riquezas adormecidas ao completo domínio regional e a sua integração definitiva com todo Brasil”. A vinda do presidente à Belém estava vinculada “a alta finalidade de enfrentar objetivamente os problemas essenciais da Amazônia”.

Nas comemorações dos dez anos da instituição de ensino, ocorridas em 1967, várias matérias foram publicadas no jornal *A Província do Pará*, trazendo a programação do evento, um balanço dos cursos da Universidade, uma explicação das obras de construção do Núcleo Pioneiro do Guamá e um texto do professor Otávio Mendonça afirmando a missão da UFPA como uma Universidade a serviço da Amazônia, por ter uma tarefa original que está na vanguarda do esforço nacional pelo desenvolvimento da região. No texto é citada a lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, que transformou a antiga Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, e que deu às Universidades essa missão. A lei citada incluiu um representante das universidades no Conselho de Desenvolvimento da Amazônia e determinou a integração das universidades no plano de valorização econômica regional para preparação do pessoal técnico e científico necessário ao desenvolvimento da região. A universidade deveria também realizar pesquisas e estudos indispensáveis aos planos dos governos militares para região. Nesse sentido, a Universidade estaria caminhando para uma Universidade de serviços. Nas comemorações dos dez anos, a UFPA assumiu sua vinculação aos projetos dos governos militares, entregando o título de Doutor *Honoris Causa* ao ministro da educação, Tarso Dutra.

Somente dentro deste contexto, dos anos pós-golpe civil-militar de 1964, é que podemos entender a importância dada à inauguração do campus pioneiro do Guamá da UFPA. A vinculação da inauguração do Núcleo Pioneiro da UFPA como uma das obras da “Operação Amazônia” não é o único elemento explicativo. Sem

dúvida, a conjuntura dos anos 1970 e, principalmente, as manifestações feitas pelos estudantes em nível local são outros elementos importantes a serem analisados, o que faremos mais adiante.

A publicação de setembro de 1968 da revista *O Cruzeiro* deixa clara a intenção do governo do General Costa e Silva de tentar produzir uma imagem de governo preocupado com o ensino superior, que investia na construção de universidades, propondo um diálogo com os “verdadeiros estudantes brasileiros”. A revista debate a visão do governo em relação à Amazônia e à construção do campus do Guamá da UFPA. A revista trazia, como capa, militares perfilados, com os fuzis para cima, o que pretendia simbolizar os governos militares do Brasil. A revista trazia um caderno especial cuja capa era o Manoel Pinto da Silva, o maior edifício de Belém, e tinha como título o “Pará: o Desafio do Norte”. O caderno pretendia mostrar a estrutura econômica e financeira do estado e também seu conteúdo social e humano, e afirmava que o estado era uma comunidade alegre e progressista, era uma lição de modernidade, e o “Pará é um pequeno dicionário que aponta os andares para o céu” (*O CRUZEIRO*, 1968, p. 67).

O caderno noticiava a implantação, em Belém, do Governo Federal na Amazônia no período de 6 a 14 de agosto de 1968. O Presidente Costa e Silva estava acompanhado dos seus ministros, o governador do Estado, Alacid Nunes, e o governador do Maranhão, José Sarney. O Presidente Costa e Silva anunciou a assinatura de 200 atos do seu governo para Amazônia, para criar infraestrutura capaz de suportar a arrancada de ocupação amazônica. No primeiro dia, foram assinados três atos: a mensagem ao congresso dispondo sobre a venda de terra aos estrangeiros; a criação de uma unidade técnica de treinamento no estabelecimento rural do Tapajós, no Pará; e a criação de um grupo de trabalho para implantação do sistema de comunicação na Amazônia por meio da Embratel.

O Governador Alacid Nunes definiu dez frentes de seu governo, a saber: a implantação da hidrelétrica de Curuá-Una; a ampliação da capacidade de geração da usina de força e luz do Pará; a extensão da rede de transmissão dessa usina até a cidade de Capanema; a implantação de sistemas de abastecimento de água potável em todos os municípios do estado; a construção da rodovia PA-70, ligando a cidade de São Félix a Marabá; a construção da rodovia PA-28, ligando a cidade de Oriximiná a Almeirim; a implantação do sistema estadual de telecomunicação, interligando as principais cidades; a implantação de energia elétrica em todas as sedes municipais do Estado; a implantação do sistema de ensino orientado para o trabalho; e o desenvolvimento de um programa sistemático de pesquisa socioeconômica e de recursos naturais do Estado.

A fim de demonstrar a modernização do Pará, a revista apresenta um estado com bancos, comércio, um fluxo de recursos, um fluxo de moedas, de dinheiro, e mostra que o estado do Pará, além de Belém, tem cidades como Santarém, Castanhal, Paragominas, Abaetetuba, Capitão Poço, Maracanã e Conceição do Araguaia. O caderno mostra os vários grupos industriais e comerciais que tinham ação no estado, os quais propunham ações de saneamento na cidade de Belém, o que ocasionou na mudança de perfil das cidades paraenses. O caderno apresenta o sistema viário, que estava em construção na Amazônia: os vales do Rio Tocantins Xingu, em Tapajós seriam atravessados pela PA-70, que teria como final a cidade de Porto Velho. É perceptível o esforço em mostrar que existia um estado organizado, com vida democrática, com legislativos, eleições. O sistema de aviação também foi discutido. A necessidade de debater o aumento das viagens aéreas e das companhias aéreas na região demonstra a promessa de uma rede de integração pan-americana com a pretensão de se estabelecer contatos com os países da América Latina, bem como a promessa de que a zona Franca de Manaus seria o primeiro passo para a modernização.

O caderno apresentou as indústrias já implantadas na Amazônia e quais eram os planos para que essa região pudesse se tornar um atrativo para novas indústrias, novos capitais. A ideia do caderno era mostrar fábricas que já haviam recebido incentivos fiscais, mediante a legislação vigente, a partir da “Operação Amazônia”, incentivos estes que eram dados aos industriais, aos empresários. É importante ressaltar que todas as indústrias que apareceram no caderno receberam incentivos do governo a partir da SUDAM ou o fizeram a partir do Banco da Amazônia S.A. - BASA, demonstrando, então, que havia um investimento do governo nessas indústrias para formar um parque industrial na Amazônia. A Assembleia Legislativa do Estado acompanhou esses empreendimentos e votou – autorizou o poder executivo, no caso do estado. Concluiu-se que houve um esforço em demonstrar, no caderno, que existia uma expansão econômica na região, a partir de uma industrialização, como atividades fundamentais.

Chama atenção a apresentação do trabalho da Jari indústria e Comércio, a qual se apresentou como uma indústria de extração de madeira preocupada com o reflorestamento e, não obstante, propôs a derrubada da floresta nativa, argumentando que a vegetação era complexa e que sua exploração econômica era pouco rentável. Esse projeto de reflorestamento seria feito com uma árvore de crescimento rápido e fibras médias, a Gamelina Arbórea, a qual foi apresentada pela revista como a verdadeira árvore da esperança (O CRUZEIRO, 1968, p.107).

A Jari, então, iniciaria o processo de retirada das madeiras nobres da Amazônia, vendidas em toras, para assim iniciar o processo de plantio dessa nova espécie. A Jari pretendia plantar em oito anos 45 mil hectares de floresta homogênea nos planaltos de Monte Dourado, à margem direita do Rio Jari, em substituição da floresta nativa, da qual seria possível extrair apenas cerca de 40m³ de madeira comerciável por hectare. Com a Gamelina Arbórea, haveria uma produção de 250m³ na mesma área, e isso poderia ser replantado e ter

o mesmo aproveitamento durante mais oito anos. Essa árvore também permitiria que sua polpa fosse industrializada junto aos locais de corte e reflorestamento.

Ademais, a empresa iniciou extensas experimentações agropecuárias visando introduzir o cultivo de pastagens de alto teor a fim de introduzir novos tipos de gado na Amazônia, mais precisamente na região de Marilândia, no Amapá. Pretendia-se uma revitalização genética dos rebanhos visando produzir o gado ideal para região. Seria necessário, dessa forma, modificar, domar a floresta. A empresa pretendia introduzir 12.000 cabeças de gado bovino bubalino nas fazendas da região do Jari. Era o Estado que propunha uma fronteira, segundo os textos do caderno, para a integração da Amazônia ao mercado capitalista, uma aliança entre o Estado e as empresas. A “apatia verde” estava sendo destruída. Sobre o vazio econômico avançava o progresso e o desenvolvimento.

Nas palavras do então prefeito de Belém, Stélio Maroja, que foi entrevistado, a Belém-Brasília foi a estrada que destampou o Pará. A selva era a rolha contra o desenvolvimento (O CRUZEIRO, 1968, p.120). Para ele, a maior reivindicação do estado no plano federal é a pavimentação total da Belém-Brasília, porque ainda restavam 1.800 km em estrada de terra e notava a partida dos paulistas para as bacias do Araguaia Tocantins por meio da Belém-Brasília. Segundo o prefeito, esses paulistas eram os novos emboabas que hoje arrastam o gado para Amazônia. Havia, à época, 150 milhões de novos negócios de curral entrando na região via Belém-Brasília, em movimento de penetração e fixação do homem a terra. O surto da industrialização caminhava ao lado da estrada, e a Belém-Brasília foi responsável por trazer esse movimento para a Amazônia, sob a liderança do Pará. Essa ocupação econômica imediata no curral e na indústria madeireira foi a primeira fase dessa ocupação.

Dessa forma, o caderno discorria sobre a “guerra contra selva” (O CRUZEIRO, 1968, p. 114), de como foi duro dar “um murro no rosto do mato” (O CRUZEIRO, 1968, p. 114) e que a construção da cidade na selva não foi um acaso, a implantação das indústrias madeireiras era um primeiro momento de desenvolvimento, que seria seguido pelo gado. As indústrias já estariam funcionando a plenos pulmões e já tinham suas chaminés por cima dos galhos nos mundos verdes do Tocantins. As serrarias já estavam implantadas e já havia começado o plantio nos pastos. Já havia tratores nas florestas ricas, deixando os espaços livres para o plantio, os espaços gordos para os mercados no norte do sul era a nova Amazônia do Brasil. O caderno escreve sobre esses novos dias de florescimento industrial e humano na Amazônia.

Houve uma sessão solene das atividades do Governo Federal no Pará, realizada no Theatro da Paz, em Belém, onde os ministros prestaram conta: o de Minas e Energia anunciou a preocupação com a implantação da energia elétrica na Amazônia e com estudos e pesquisas sobre o potencial mineral da região, além de um plano de instalação de uma metalúrgica de cassiterita em Rondônia até 1971 e o aumento do potencial energético da região de 115 mil para 230 mil km; o do Trabalho, Jarbas Passarinho, esboçou aspectos da previdência social na região e da ação conjunta da sua pasta; o da Saúde falou do novo hospital de Monte Alegre e do esforço das estações da fundação Sesp, da ajuda financeira às secretarias de saúde e do financiamento para a modernização do abastecimento de água em várias cidades do Pará; o da Educação anunciou como grande obra a inauguração do Conjunto Pioneiro da Universidade Federal do Pará e o Centro Técnico de Educação da Amazônia, com sede em Belém; o da Marinha prometeu o reaparelhamento da base naval de Val-de-Cães, com apoio da Marinha Mercante; o do Exército falou do sucesso da formação de comunidades nas linhas avançadas de fronteira na Amazônia e fez elogios a colônias militares de Tabatinga e Cleve-

lândia; o da Aeronáutica anunciou mais aeroportos na Amazônia (O CRUZEIRO, 1968, p. 129).

No caderno, havia um trecho bastante representativo que é a vinda do General Costa e Silva, presidente do Brasil, para inaugurar o Núcleo Universitário do Guamá, da Universidade Federal do Pará - UFPA, como suporte do desenvolvimento. Na matéria, foi muito elogiada a arquitetura do conjunto, caracterizada por perfis regionais, inaugurada no dia 13 de agosto pelo Presidente Costa e Silva, que recebeu, no auditório da universidade, segundo o caderno, sob os aplausos de professores e alunos, um diploma de Doutor *Honoris Causa*. O presidente recebeu o diploma, foi bastante aplaudido e afirmou que não se importaria de proporcionar mais dinâmica e harmonia ao diálogo entre professores e alunos. O reitor Silveira Neto afirmou que tinha fé na juventude paraense, cuja consciência foi realmente despertada para conquista socioeconômica da região. O professor Alcyr Meira faz uma exposição rápida do projeto do planejamento físico do campus universitário (O CRUZEIRO, 1969, p. 108).

O texto remete e direciona o leitor à percepção de que havia uma postura de diálogo com os estudantes, proposto pelo Presidente Costa e Silva. A reportagem tenta desconstruir a imagem de intransigência do Governo Federal, de falta de diálogo, de autoritarismo e de uso da força no trato das questões envolvendo a universidade e a juventude brasileira, que estão presentes nos jornais brasileiros do período, como podemos perceber nos discursos de alunos e funcionários que viveram na época, disponíveis, hoje, por meio do site César Moraes Leite.

É necessário ressaltar que a inauguração do Núcleo Pioneiro do Guamá ocorreu após manifestações de ruas no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Ceará e Belém, em 1968, após a morte do estudante paraense Edson Luiz, assassinado no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, após a Passeata dos Cem Mil e durante as ocupa-

ções das universidades públicas no Pará. A fala do Presidente Costa e Silva, colocando a UFPA na vanguarda de suas congêneres, pretendia estabelecer um vínculo com a instituição e o Governo Federal. Naquele momento, estudantes e professores criticavam a sua política do Governo Federal em resposta aos discursos do presidente. O reitor Silveira Neto agradeceu o elogio presidencial e na ocasião disse “acreditar na fé, nos rumos da juventude paraense, cuja consciência foi realmente despertada para a conquista socioeconômica da região” (O CRUZEIRO, 1968, p.108). O que chama atenção na reportagem é que os estudantes foram invocados no discurso do reitor e do presidente da república, porém, foram sujeitos ausentes na cerimônia.

A inauguração do Núcleo Pioneiro do Guamá da UFPA estava inserida no contexto da “Operação Amazônia” lançada em Macapá pelo presidente Castelo Branco, capital do território federal do Amapá, em 1º de setembro de 1966. Em seu discurso, o presidente afirmou estar no primeiro plano das preocupações do governo “o desenvolvimento econômico da região, sua ocupação regional, o fortalecimento de suas áreas de fronteiras e a integração do espaço amazônico no todo nacional” (SUDAM, 1968, p. 16).

A “Operação Amazônia” mostra a intenção dos governos militares de intervir no território amazônico, com foco central na investigação e intervenção. Nas avaliações feitas, demonstradas nos discursos dos presidentes e dos dirigentes dos órgãos implantados na Amazônia, percebemos a negação das teorias do determinismo geográfico para apresentar a salvação da região por meio de um planejamento unificado dos governos federais, estaduais e municipais, com a coordenação do governo central, contando ainda com a participação dos empresários e com a contribuição dos capitais internacionais.

É importante ressaltar que a publicação feita pela SUDAM, chamada “Operação Amazônia: discursos”, em 1968, abre com o discurso do presidente Getúlio Vargas de 1940. Na apresentação do “opús-

culo”, está expresso que os discursos reunidos são as “palavras que espelham o pensamento de quantos acreditam no destino grandioso do Brasil e na nova filosofia política do Governo Federal substanciadas na Operação Amazônia” (SUDAM, 1968, p. 5). Os governos militares, segundo os proponentes, vieram para promover a integração à economia do Brasil, sem deixar de promover a segurança da nação. As universidades deveriam ter projetos de formação de técnicos e profissionais para as necessidades do meio. Às universidades caberia a formação de uma juventude da região. Segundo o discurso proferido pelo Ministro João Gonçalves de Souza, na sessão de abertura dos trabalhos da I Reunião de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia, a participação da SUDAM consistiria em

investimentos maciços nessas universidades, mas condicionando que as Universidades e Institutos de pesquisa a atrair para o nosso plano, para as necessidades da região e não para as divagações científicas e literárias de uns tanto que estão por estas universidades (SUDAM, 1966, p. 87).

Esse planejamento para a Amazônia era uma tentativa de expandir a fronteira capitalista para região. Foi, então, uma dinâmica do próprio capitalismo dentro do Estado Nacional. Foi a captura desse Estado Nacional para o desenvolvimento de uma fronteira com um perfil bem definido, em nome da integração, de um modelo pré-estabelecido no Brasil. Nesse planejamento não se discutiu o acesso a terra, tampouco a regularização fundiária, a qual o próprio governo admitia não existir. Já que a maioria das terras era de “ninguém” ou eram terras devolutas, não havia uma preocupação em regulamentar esse mercado, mas sim em ocupar, de acordo com a proposta de colonização dentro desse vasto território. Não havia nenhuma política traçada para as comunidades indígenas, nenhuma política proposta e pensada para a agricultura familiar; desconsiderava-se, portanto, uma economia de subsistência já estabelecida. A floresta precisava ser domesticada, domada e derrubada.

Os órgãos federais eram os condutores de intervenção dessa política, e o empresariado é chamado para compartilhar e se beneficiar dessa intervenção. Não havia discussão, por exemplo, com os trabalhadores. A sociedade civil foi pensada, então, a partir da organização do empresariado.

Quando analisamos os discursos contidos no opúsculo publicado pela SUDAM, em 1968, percebemos tensões que perpassam as narrativas ali expostas. Tensões, por exemplo, em relação à necessidade de justificar que a “Operação Amazônia” não privilegia a região amazônica em detrimento de outras regiões, principalmente a do Nordeste, a preocupação em dizer que as regiões não se opõem, mas se complementam; a preocupação em chamar os representantes das experiências que foram feitas pela Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - Sudene para ser uma referência. Havia uma tensão não só na narrativa dos discursos, mas também em relação às elites locais. Constava nos textos que era necessário um estado centralizado e conduzido pelas forças armadas, pois seria capaz de conduzir a nação frente à grande tarefa de integração regional.

Outro elemento colocado é a questão da segurança nacional. A Amazônia era apresentada como uma região com áreas de fronteira, o que justificaria uma relação com esses capitais internacionais, mas dentro de um planejamento proposto pelo governo brasileiro. Entretanto, o governo fez um planejamento para colocar à disposição e construir uma estrutura para que esses projetos viessem a se implantar na região da Amazônia. Outra tensão se estabelecia enquanto a necessidade de discutir que esse era um tipo novo de nacionalismo, que abria a Amazônia para esse capital estrangeiro. Eram tentativas de fazer um planejamento para essa região: não era mero discurso, mas também ação, produção de políticas de intervenção para esse território, até então visto como vazio.

No encarte do caderno da revista *O Cruzeiro* é nítido o chamamento dos empresários, os quais se implantavam na Amazônia, muitos vindos do Nordeste e da região Sudeste. É perceptível que a Amazônia possuía a imagem de fronteira aberta e a isenção de imposto – especialmente para aqueles que investiram na Amazônia – é um chamariz.

Houve também a criação do primeiro plano quinquenal de desenvolvimento da Amazônia e, dessa forma, a substituição do Presidente Castelo Branco não interrompe esse tipo de política. No governo Costa e Silva, houve tentativas de ações para implementar esse planejamento e a construção do Núcleo Pioneiro do Guamá, da Universidade Federal do Pará, fez parte desse contexto.

No momento em que o Núcleo Pioneiro do Guamá foi inaugurado, estavam ocupadas todas as faculdades, com exceção das faculdades de odontologia e farmácia. No momento em que o presidente Costa e Silva chegou para inaugurar o núcleo, os estudantes estavam reivindicando melhores condições de ensino, opondo-se à reforma universitária proposta pelo governo. No presente artigo, foram trabalhados depoimentos de alunos e professores da UFPA, em 1968, para analisar como foi feita a resistência às políticas educacionais dos governos militares, às propostas modernizantes que estavam em disputa.

Nos depoimentos dados ao projeto “Anos de Chumbo”, disponibilizados no site do projeto César Moraes Leite, observou-se que a ocupação das faculdades no Pará fazia parte do contexto de 1968. Em 1987, a Universidade Federal do Pará - UFPA completou 30 anos, ocasião na qual a Associação Docente Universitária da UFPA - ADUFPA gravou uma série de entrevistas e produziu um documentário chamado “UFPA 30 anos”. Como parte das comemorações, nesse documentário há uma entrevista com o então reitor Silveira Neto, que ressalta a ajuda financeira dada pelos governos militares para a construção do campus do Guamá, e destaca que não pode

queixar-se de pressão militar. Para ele, as comissões de inquérito não foram de origem militar, mas de origem civil.

A comissão da UFPA foi presidida pelo professor Silvio Meira e pelo o reitor Silveira Neto, e teve liberdade ampla. Para o professor Silveira Neto, a universidade vivia um oásis de tranquilidade em 1968: não havia violação dos direitos humanos na UFPA. Quando questionado sobre a invasão da União Acadêmica Paraense - UAP, em 1964, em que foram presos vários estudantes da UFPA, ele negou as acusações e afirmou que a UAP era uma entidade fora da universidade, uma entidade particular.

Sobre as faculdades ocupadas, as prisões, as passeatas e a violência da política com gás lacrimogêneo nessas manifestações, o reitor Silveira Neto diz que não era responsável pelo que ocorreu fora da universidade e afirma que, dentro da unidade acadêmica, nunca houve pressão, esquecendo-se de mencionar, entre outras coisas, as aposentadorias compulsórias ocorridas na UFPA desde 1964. Ele afirmou ainda que a reforma universitária foi feita com tranquilidade e, quando questionado sobre o processo de punição que os estudantes de medicina receberam, e sobre o estudante Cláudio Sales, que foi indiciado em 68 e posteriormente levado à auditoria militar, tendo como uma de suas acusações a ocupação da faculdade de medicina, o ex-reitor Silveira Neto afirmou não se lembrar desse processo. Quando perguntado sobre a lista de pessoas selecionadas para sofrer cassações, Silveira Neto afirmou que não tinha conhecimento de tal documento.

O ex-reitor Silveira Neto, durante a sua entrevista, fez um balanço de sua administração e falou da importância de ter iniciado a construção do Núcleo da Universidade do Pará, da construção da biblioteca central, e afirmou que deixou a reitoria com mais de 40 projetos arquitetônicos feitos. No mesmo documentário, o professor Clodoaldo Beckman afirmou que o processo de ocupação das faculdades na UFPA se conduziu de maneira tranquila. Apenas duas

faculdades apresentaram fortes pontos de tensão: a Faculdade de Ciências Econômicas e a Faculdade de Filosofia. O professor Orlando Sampaio, diretor da Faculdade de Filosofia à época, destacou que foi aposentado compulsoriamente da UPA, em 1969, após as ocupações das faculdades, e afirmou que o reitor possuía informantes dentro das unidades acadêmicas.

A memória oficial da UFPA ressalta o caráter modernizante do regime (MOTTA, 2014) em relação às mudanças ocorridas nas universidades no pós-64, assim como as ações dos governos militares, principalmente as suas propostas para o ensino superior no Pará. Não se registraram institucionalmente as memórias dos testemunhos das relações e das práticas repressivas, dos constrangimentos, dos traumas, sendo esquecidos temas importantes para estudar uma história social e para uma crítica das práticas arquivistas. Há necessidade de registro de memórias e o acesso cada vez mais amplo de documentação dos órgãos repressivos como parte de um dever de memória, de uma memória submersa (FICO, 2012) no atual contexto histórico por reconhecimento. É fundamental discutir as memórias de resistência estudantil. O presente artigo pretende, também, analisar como o uso da memória, no caso da geração de 1968 dos estudantes paraenses da Universidade Federal do Pará, ajuda-nos a entender o silêncio produzido em relação a uma parte da história da UFPA e uma parte da história do Brasil.

Ainda há uma “história produzida” em relação à UFPA, na qual o ano de 1968 é marcado pela inauguração do Núcleo Pioneiro do Guamá. Há um silêncio sobre a história da violação de direitos humanos, sobre a história da intervenção dos governos militares no cotidiano acadêmico da instituição e sobre o protagonismo que a geração de 1968 implementou. Diante de tal constatação, foi realizado um trabalho de coleta de história oral com 51 depoimentos de professores e estudantes que participaram das lutas políticas desenvolvidas dentro da UFPA no ano de 1968. Esse trabalho de coleta culminou na cria-

ção do site Cesar Moraes Leite. A partir desse trabalho, ficou perceptível que a geração de 1968 sempre fez uma referência à geração de 1964, com um olhar crítico em relação aos militantes daquele ano. Nas memórias da geração de 1968, há um esforço muito grande de justificar que o mesmo que o movimento estudantil viveu no Brasil foi um movimento contra a ditadura militar implantada no Brasil em 64, contra a reforma universitária proposta pela política do governo. Era um movimento que se contrapunha aos Acordos MEC-USAID. O movimento é uma memória de denúncia das torturas, dos desaparecimentos, das invasões das universidades, como a UNB, das intervenções do governo nas universidades, das prisões do congresso da UNE em Ibiúna. É uma memória que constrói uma resistência contra uma ditadura no Brasil.

Em relação à UFPA, essa é uma memória que faz questão de reafirmar a oposição ao reitor Silveira Neto e justifica a não concordância em batizar o campus em sua homenagem. É uma memória que faz questão de lembrar que esse reitor foi profundamente autoritário, aliado da ditadura e que se contrapôs a essa administração. É uma memória que faz questão de demonstrar que houve uma luta conjunta, muito bem articulada entre todas as faculdades, as quais foram todas ocupadas, desde que incorporasse todo o conhecimento regional aqui criticado a fim de que fosse criada uma universidade com foco na região, uma instituição.

Segundo Ruy Antônio Barata, aluno da faculdade de medicina da UFPA em 1968, os universitários queriam que fosse implantada uma universidade gratuita, que interagisse com os interesses econômicos da nação brasileira, desvinculada de outras nações imperialistas. Para ele, por sua função social, a UFPA deveria se posicionar contra a elitização. Segundo o ex-aluno, os acordos MEC-USAID deram uma proposta de reforma universitária que vinha de cima para baixo e de fora para dentro (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2014).

A dissertação de Paulo Sérgio Soares, denominada “1968, Movimento estudantil na UFPA: memória a história de uma geração” (SOARES, 2019), utilizou bastante todas as entrevistas do projeto “A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)”, projeto coordenado por Edilza Joana Fontes. Foram realizados diálogos entre as narrativas orais e as publicações em jornais, com os documentos oficiais da UFPA (atas do Conselho Universitário, ofícios recebidos e expedidos), o que evidenciou como as memórias podem alargar o conhecimento histórico, sobre processos ocorridos em um passado ainda presente.

Laysse Sales, estudante do curso de filosofia e presidente do diretório acadêmico do Instituto, afirmou em seu depoimento que o movimento de ocupação teve grandes proporções, conseguindo reunir estudantes de várias áreas, credos religiosos e político que, com base em um discurso político de luta contra uma reforma universitária, fez com que o Presidente da República, o general Costa e Silva, tomasse conhecimento do descontentamento dos estudantes universitários em relação ao seu governo e administração do reitor Silveira Neto (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2014). Na memória de várias lideranças, a tomada de posição de ocupação das faculdades ocorreu porque na UFPA havia um caos na sua estrutura de ensino: vivia-se uma crise brutal, com ausência de material para serem usados em sala de aula, equipamentos e falta de professores. Foi um movimento de massa que contou com apoio da sociedade paraense, iniciado pela Escola de Química, tendo uma adesão progressiva das outras faculdades, conforme o depoimento de Humberto Cunha (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2014).

Uma das demandas específicas da faculdade de medicina, por exemplo, era a aquisição de um microscópio para cada aluno, pois essa demanda ocasionava a divisão das turmas em dois tempos, já que era preciso usar um laboratório, conforme o depoimento de Valdecir Palhares (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2014). O movimento de ocupação trabalhou no sentido de ter a adesão dos pais

dos discentes, sendo assim, vários deles foram convidados a assistir as suas reuniões, as suas assembleias. Segundo Celeste Medeiros, procurou-se articulação com vereadores e com deputados estaduais. Os estudantes queriam uma melhoria da sua formação profissional e buscaram apoio nas famílias, que começaram a trazer alimentos para levar para os que estavam ocupando as faculdades. Segundo o depoimento de Celeste, as ocupações eram de turnos, equipes de manhã, de tarde, de noite, envolvendo vários estudantes, várias turmas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2014). As questões específicas de cada unidade foram debatidas nessas reuniões permanentes, de acordo com o depoimento de Alberto Puty (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2014). Foi organizado também um comitê geral das ocupações, que contava com um representante de cada uma das faculdades ocupadas, segundo a estudante Laysse Sales (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2014).

Havia uma grande crítica à exclusão dos alunos universitários na elaboração do projeto de reforma universitária da UFPA, conduzida pelo reitor Silveira Neto, na qual os estudantes não opinaram. Havia também uma crítica mais geral e regional, que dizia respeito à intervenção que estava ocorrendo na Amazônia. Nas suas memórias dos estudantes, aparece uma crítica muito forte aos governos militares. Os discentes queriam uma universidade crítica e democrática, que buscasse o desenvolvimento da nação desvinculada do sistema voltado para o desenvolvimento dos grandes dos capitais. Eles acreditavam no poder da juventude, conforme dito no depoimento de Flávio Sales, e se preocupavam com a imagem do seu movimento. Eles queriam consolidar uma memória de um ato justo e necessário para defesa do sistema educacional.

Segundo o depoimento de Valdecir Palhares, a Escola de Engenharia foi ocupada a partir de mesa redonda, feita com os professores: “Vamos ocupar!” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2014). O Pará estava dentro da estratégia do movimento estudantil nacional, e quando foi inaugurado o núcleo pioneiro do Guamá, com

a vinda do Presidente Costa e Silva e seus ministros, as faculdades da UFPA estavam quase todas ocupadas. A então presidente do centro acadêmico de filosofia em 1968, Layse Sales, lembra que todas as faculdades foram ocupadas uma a uma. Segundo Maria Celeste Medeiros, a faculdade de filosofia foi ocupada por cerca de 22 dias, contabilizando 24 horas diárias de ocupação cada (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2014).

A participação no começo das ocupações foi muito intensa, mas depois foi arrefecendo. Aluno da faculdade de medicina, William Mota Siqueira, diz que a ocupação foi um protesto direcionado ao cenário político do país no ano de 1968, bem como ao cenário enfrentado pela UFPA. Havia uma comissão para negociar com Alacid Nunes, que era o governador da época, o qual queria mandar tropas da Polícia Militar - PM para desocupar as faculdades. Os estudantes foram ao encontro dos policiais com a intenção de conversar e evitar choque. O aluno da faculdade de medicina em 1968, Waldir Paiva Mesquita, ressalta: “eu posso falar de ocupação da faculdade de medicina porque participei dela” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2014). Antônio Barata, aluno da faculdade de medicina, afirmou que as faculdades foram tomadas por vários estudantes:

Quando nós ocupamos a faculdade, no dia 2 de Agosto de 1968, ficamos um mês, um mês com todo o povo lá dentro, não eram quatro gatos pingados. Era grande massa ocupando a faculdade e o governador do Estado sabendo disso, não permitiu que os militares da Aeronáutica, da Marinha e do Exército invadissem a faculdade. O governador não permitiu (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2014).

Foram encontrados também registros das ocupações nas atas do conselho universitário da UFPA. O reitor convocou uma sessão especial para saber de todos os diretores da faculdade o que estava

ocorrendo em cada unidade e solicitou que cada diretor falasse dos últimos acontecimentos ocorridos.

O diretor da faculdade de medicina, Gervásio Brito de Melo, afirmou que, pela manhã do dia 8 de agosto, os alunos estavam pregando cartazes nas paredes da escola; à tarde, foi informado por telefone que os estudantes iriam ocupar a faculdade; às 17h, eles procuraram o diretor, solicitando sua saída do prédio a fim de realizar a ocupação. Caso houvesse alguma reação, eles poderiam colocar o diretor para fora à força.

O vice-diretor da faculdade de Filosofia, Ciências e Letras afirmou que as aulas funcionaram normalmente às 17h30. Conforme estava previsto, foi iniciada uma mesa redonda, a qual foi solicitada por um grupo de estudantes do curso de pedagogia: “eu vim da faculdade nesse momento e nessa mesa redonda estava se realizando um ambiente pacífico com a participação de vários professores, mas que foi informado que a faculdade seria ocupada” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1968). O diretor da faculdade de odontologia “informa que em nossa escola está tudo normal até este momento, apenas eu recebi agora à tarde um recado por alguns alunos que amanhã às 9 horas os alunos da faculdade de medicina iriam tomar conta da nossa faculdade” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2014).

O registro nas atas do conselho universitário do movimento de ocupação faz o registro das ocupações, mas são as narrativas das memórias de quem viveu o movimento, ou seja, o peso dos testemunhos que reforçam outra história da UFPA. As informações dos jornais que noticiaram as ocupações são importantes, mas vale ressaltar que toda essa documentação contradiz a história consolidada de que a Universidade Federal do Pará não teve qualquer intervenção dos governos militares e questiona a memória do seu ex-reitor, Silveira Neto, que 30 anos depois continua afirmando que não houve cons-

trangimento em relação aos governos militares. A UFPA tem que repensar a sua história.

REFERÊNCIAS

A PROVÍNCIA DO PARÁ. Belém: Diários Associados, 1967.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **UFPA 30 Anos**. 1987. UFPA 2.0. Acesso em abril de 2020.

CASA CIVIL. **Cine Jornal Nº 18**. Setembro de 1968. Arquivo Nacional. Setembro de 1968.

FICO, Carlos. **História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro**. Varia História. Belo Horizonte, v. 28, n. 47, 2012.

FONTES, Edilza; ROCHA ALVES, DAVISON HUGO. **A UFPA e os Anos de Chumbo: A administração do reitor Silveira Neto em tempo de ditadura (1960 - 1969)**. Tempo e Argumento, v. 5, p. 258-294, 2013.

FONTES, Edilza. **Memorial César Moraes Leite**. 2019. Disponível em: <http://memorialcesarleite.com.br>. Acesso em: outubro de 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro: **Diários Associados**, 1968. Edição nº 38, 21 de setembro de 1968.

SOARES, P. S. **1968, Movimento Estudantil na UFPA: memória e história de uma geração**. 2019. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pará: Universidade Federal do Pará, 2019.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. **Operação Amazônia: discursos**. Serviço de Documentação e Divulgação: 1968. Belém, Pará.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Ruy Antonio Barata**. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (1h 14min e 46seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1285>. Acesso em: abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo:** memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Alcyr Boris de Souza Meira. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (1h 20min e 48seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1210>. Acesso em: abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo:** memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Layse Duarte de Salles. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (1h 05min e 41seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1292>. Acesso em: abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo:** memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Waldir Paiva Mesquita. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (1h e 21min). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1289>. Acesso em: abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo:** memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Valdecir Manoel Affonso Palhares. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (43min e 18seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1313>. Acesso em: abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo:** memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Humberto Rocha Cunha. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (2h 01min e 13seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1277>. Acesso em: abr. 2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo:** memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Maria Celeste Miranda Medeiros. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (1h 06min e 06seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1275>. Acesso em: abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo:** me-

mórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Aluizio Lins Leal. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (1h 02min e 50seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1264>. Acesso em: abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Flávio Augusto Neves Leão Salles. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (2h e 20min). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1310>. Acesso em: abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Ata do Conselho Universitário. Belém, Pará. Agosto, 1968.



**Liberdade, cidadania e
produção de conhecimento**

Liberdade e cidadania no Ceará perspectivas historiográficas

Franck Ribard¹

A atualidade dramática vivenciada em 2020, com o seu lote quotidiano de mortos que somam, hoje, no Brasil, oficialmente, mais de 150.000, revela um dado dramaticamente previsível: o perfil das vítimas da pandemia segue e amplia a curva da desigualdade social, da dificuldade de acesso aos serviços de saúde e por isso atinge, em proporções maiores, a população pobre e negra deste país². O impacto diferenciado da covid, descrevendo situações desiguais nos direitos do cidadão, pode ser observado também nos setores da educação que interessam mais especificamente o tema deste texto. O distanciamento social e a reorganização do ensino, no formato “a distância”, remoto, amplificaram as desigualdades no acesso à educação por conta, entre outros, do que pode ser chamado de “apartheid digital” (FERREIRA, 2020).

Essa “entrada em matéria”, pouco ortodoxa para introduzir um artigo acadêmico de história, deve-se certamente ao impacto dessa realidade pandêmica sobre o autor. Abre em direção à necessidade de uma fresta para a expressão da fragilidade, do sensível e da cons-

1 Franck Ribard possui Mestrado em Antropologia Social e Histórica da Europa – EHESS (França, 1993), Doutorado em História - Université de Paris IV-Sorbonne (França, 1997). Pós-Doutorado na Université Toulouse - Jean Jaurès (2013-2014, França). Atualmente é professor associado da UFC. Atua principalmente nos seguintes temas: relações interétnicas, negro, memória da escravidão, festa, relações atlânticas, História da África, cinemas africanos. Contato: frribard@yahoo.com.

2 <https://epoca.globo.com/sociedade/dados-do-sus-revelam-vitima-padrao-de-covid-19-no-brasil-homem-pobre-negro-24513414>.

ciência de um momento que, pelos deslocamentos que proporciona, é propício a privilegiar a preeminência da dinâmica dos fluxos biológicos, dos corpos, no âmbito do trabalho e da luta antirracista para um país mais justo. Leve, de fato, a necessidade de um olhar crítico sobre a evolução de um contexto educacional que, mesmo postulado como espaço de construção da cidadania, só pode ser analisado na sua relação orgânica como a vida/morte social e biológica. É o “tom” deste ensaio que, no mesmo tempo, traz a necessidade da avaliação de um lugar, do balanço de uma prática pedagógica e acadêmica que, no trabalho coletivo, procura defender o projeto de construção da “Liberdade, cidadania e produção de conhecimento para os povos negros”.

Por isso, depois de tecer inicialmente alguns comentários sobre o contexto geral, os desafios postos desde os anos 2000, no Brasil, para o acesso dos negros à educação, lugar teórico de construção de uma consciência própria, crítica (Liberdade) e da aprendizagem do exercício da cidadania, concentrar-me-ei em seguida sobre considerações relativas ao contexto específico cearense, abordado a partir da minha visão e experiência de docente e pesquisador da UFC. Vou descrever aspectos ligados à formação e à produção do conhecimento sobre o negro no Ceará, sendo uma homenagem aos 20 anos de nossa pós-graduação em história, que são também 20 anos de formação do grupo de pesquisa “Fazendo a Liberdade: História dos negros libertos no Ceará (1850-1930)”, do curso de História/UFC, criado pelo prof. Eurípedes Funes, e ainda 20 anos que correspondem a minha chegada no Ceará. Para concluir, apontarei alguns desafios postos para o futuro da luta antirracista no Ceará.

2003/2020

Antes de abordar o contexto educativo, um primeiro dado estarrecedor relativo à situação da população negra no Brasil, no que

tange à noção de cidadania, reside na observação do quadro social, caracterizado por uma dinâmica de massacre da juventude negra e de guerra civil, que vem se alastrando até hoje.

Apreendo o contexto brasileiro a partir da noção de “guerra civil”, baseado nos dados do “Correlates of War”³, comprovados, pelo fato de o Brasil, entre 2006 e 2016, ter tido mais de 550.000 de mortes violentas, segundo o Atlas da Violência de 2018⁴, mais mortos que na Síria, que já estava em guerra no mesmo período. Ainda segundo dados do Atlas da Violência (2020), a proporção de negros (pardos e pretos) nessas mortes subiu de 11,5% nos últimos 10 anos, configurando, em 2018, 75,7% do total. Da mesma forma, em relação às mulheres, na última década, “constatou-se uma redução de 11,7% na taxa de vítimas não negras, ao mesmo tempo em que a relativa a negras subiu 12,4%”⁵.

Poderíamos multiplicar o mesmo tipo de observação na área de saúde, trabalho, acesso ao serviço público, etc., mas o importante é que esses dados comprovam de forma definitiva a perenidade do problema central do racismo estrutural na sociedade brasileira, que, na percepção das diferenças gritantes, aparece como separada em duas partes, dois territórios, duas (não) cidadanias. A violência do racismo e do sexismo da cultura brasileira, da qual Lélia Gonzalez (1984) nos falava de forma tão justa, contamina todos os aspectos da vida social, reforçando uma fratura aberta cuja amplitude das consequências parece insondável. Evidentemente, existem outros elementos ligados ao capitalismo neo-liberal erigido enquanto aparelho e

3 O “Correlates of War” é um conjunto de dados amplamente utilizado por estudiosos do conflito, classifica as guerras civis como tendo mais de mil mortes relacionadas com a guerra por anos de conflito. <https://correlatesofwar.org/data-sets/COW-war/the-cow-typology-of-war-defining-and-categorizing-wars/view>.

4 <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/06/total-de-mortes-violentas-no-brasil-e-maior-do-que-o-da-guerra-na-siria.shtml>.

5 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-08/atlas-da-violencia-assassinatos-de-negros-crescem-115-em-10-anos>.

sistema onipresente que contribuem a esta violência, mas estes funcionam a partir e por meio do racismo.

A educação aparece, a priori, enquanto lugar privilegiado da formação do cidadão, como o espaço institucionalizado que poderia enfrentar melhor a espiral da reprodução do preconceito. Acontece que, reflexo da sociedade, do seu imaginário social e dos seus modos de estruturação, a escola é também, historicamente, o lugar da reprodução do racismo. Nesse sentido, o começo dos anos 2000 surgiu como um marco importante na história e, em particular, na história da educação desse país. Claro, existem momentos anteriores importantes como com a promulgação da LDB de 1996⁶, mas de fato, pela primeira vez, em 2003 (Lei 10639⁷), o Estado brasileiro, forte desse constato e pressionado pelo Movimento Negro, pelos movimentos antirracistas e se situando numa perspectiva aberta na conferência de Durban⁸ (JACCOUD, 2008, p. 145), reconheceu a sua responsabilidade no processo de reificação constante de racismo estrutural e de situação crônica de desigualdade racial, característicos da sociedade brasileira desde o tempo da chegada dos portugueses até hoje.

A partir da Lei 10.639 de 2003, inserida numa política de Ação afirmativa (criação da SEPPIR também em 2003), que foi fundamental, vislumbrou-se a necessidade de políticas específicas que revertessem o quadro das desigualdades entre brancos e negros na educação (DCN, 2004, p 7). Esse reconhecimento institucional implicava uma “política de reparações”, um termo incluído nos DCN (DCN, 2004, p. 11), que me parece bastante adequado para o contexto da divulgação da Lei 10639, apesar de proporcionar pouca reflexão e mobilização

6 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

7 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm#:~:text=L10639&text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Alterar%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.

8 Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância promovida pela ONU em 2001 na cidade Durban, na África do Sul

posteriores e mais polêmicas em torno dele no contexto brasileiro. De fato, essa noção, bastante utilizada nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, mas também no Haiti (TIN, 2013) e outros países do Caribe⁹ (e ao longo da história para outras questões), não só pode ser entendida além da questão do ensino e dos conteúdos escolares, bem como constituir uma base interessante, colocando em perspectiva histórica a questão da desigualdade racial. Assim, reportando-se ao contexto estadunidense, Louis-George Tin (2013) pergunta:

Não seria justo que bancos como JP Morgan Chase, Wachovia ou Bank of América começassem a pagar reparação, por exemplo, em bolsas de estudo, fornecendo estágios, depois empregos, e então salários aos jovens negros da Luisiana?¹⁰

No que tange à situação brasileira, existem inúmeros balanços e avaliações que versam sobre o processo de implementação dessa Lei e das políticas afirmativas.¹¹ Não caberia aqui analisar com profundidade essa bibliografia especializada, mas podem ser apontadas mudanças e conquistas, como a entrada em números bem maiores de negros e indígenas no ensino superior e a abertura de um mercado editorial didático voltado para a temática. Mesmo assim, predominam ainda problemas estruturais, déficit de formação dos docentes, más condições de estudos, falta de fiscalização da Lei, manutenção do paradigma eurocentrado etc., que configuram dificuldades crônicas inerentes a um contexto escolar ainda bastante marcado pelo paradigma da ideologia da democracia racial. Mas, afinal, não se reverte uma mentalidade forjada por 350 anos de escravidão em 20 anos.

9 <https://caricomreparations.org/>.

10 Louis-George Tin. Presidente do CRAN (Conseil Representatif des Associations Noires de France). Entrevista e tradução realizada pelo autor. 5/04/2013 em Paris.

11 Entre outros: PAULA; GUIMARÃES, 2014; GOMES, 2017; NASCIMENTO, 2020; RIBEIRO, 2014.

Mais preocupantes são as dificuldades que se intensificam no contexto recente, em grande parte favorecidas pela ação do governo atual, de hostilização, de repressão e mesmo de passividade em relação ao assassinato das populações negras, indígenas, quilombolas, trabalhadores assentados da agricultura familiar. Um contexto de tentativa de desmonte e de intervencionismo na universidade pública, vivido entre vários exemplos aqui na UFC, de ataque sistemático às políticas afirmativas, refere-se à Lei de cotas¹² de 2012¹³. Por conta de uma revisão votada pelo governo Temer em 2016¹⁴, será reavaliada em 2022, correndo o risco de ser revisada ou mesmo revogada, o que enfatiza a importância fundamental de uma mobilização coletiva de grande porte em defesa da sua manutenção.

Da mesma forma, o penúltimo ministro da educação do governo atual tentou revogar, sem sucesso, a Portaria Normativa nº 13, de 11 de maio de 2016 do MEC, que “Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências”¹⁵.

Esses elementos provocados por aqueles que representam os interesses dos que usufruem da desigualdade e da exploração racial comprovam de forma muito clara a dimensão altamente estratégica da educação e das políticas de ações afirmativas para mudar esse quadro insuportável. Significa que a nossa luta antirracista e o nosso combate para o acesso e a permanência dos negros e indígenas no ensino superior não são só legítimos, mas urgentes! De fato, enfatiza-se a dimensão fundamental da

12 LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm.

13 A lei de cotas de 2012 configurou uma grande conquista nas políticas afirmativas, reservando vagas para pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas e por pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

14 LEI Nº 13.409, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm#art1.

15 <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-normativa-mec-013-2016-05-11.pdf>.

experiência das cotas que, pelas experiências de outros países, se afirmou como um instrumento veloz de transformação, sobretudo no domínio da mobilidade socioeconômica, considerada como um dos aspectos não menos importantes da desigualdade racial” (MUNANGA, 2004, p. 50).

NO CEARÁ

Concomitante à questão da entrada e da permanência dos negros e dos indígenas na universidade, parece-me pertinente ressaltar a importância crucial, neste contexto, dos processos de formação dos profissionais da educação, verdadeiros pilares no projeto de construção de uma sociedade futura livre do racismo (sociedade futura, mas encorajada nas nossas lutas hoje!). A experiência acumulada no convívio com os universos escolares públicos e privados da cidade de Fortaleza, com nossos alunos da graduação que realizam estágios em diferentes instituições de ensino médio e fundamental, com os nosso pós-graduandos, apontam para um quadro geral de docência escolar e de equipes pedagógicas que se ressentem, de forma clara, de uma falta de qualificação sobre as EREER e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Voltamos ao tema da formação universitária e a nossa própria responsabilidade de docentes e pesquisadores, a nossa capacidade de autoavaliação e de reinvenção em prol da luta antirracista.

Nesse sentido, parece-me interessante, neste ano de comemoração de 20 anos da nossa pós-graduação em história social (20 anos de mestrado e 10 anos de doutorado), num estado, o Ceará, onde pouco tempo atrás a ideia da ausência do negro era lugar comum, fazer um balanço das nossas atividades de formação e a nossa produção do conhecimento sobre o negro no Ceará. São também 20 anos do grupo de pesquisa “Fazendo a Liberdade: História dos negros libertos no Ceará (1850-1930)”, criado pelo prof. Eurípedes Antônio Funes e no qual me inseri. Esse grupo, num segundo momento, encontrou a sua continui-

dade no grupo “Trabalhadores Livres e Escravos no Ceará. Diferenças e Identidades”, o qual assumi.

São esses, portanto, os espaços a partir dos quais desenvolvemos as nossas atividades acadêmicas, de formação e de orientação (graduação e pós-graduação), de pesquisa e de extensão, sobre o tema que nos interessa, atividades que evidentemente não são abordadas a título de exemplaridade e fora de qualquer pretensão representativa ou de sentimento autocelebrativo. Simplesmente, colocando em perspectiva o trabalho empreendido nos últimos 20 anos, vislumbra-se a possibilidade de enxergar melhor os novos desafios e as redefinições necessárias.

“FAZENDO A LIBERDADE”

Muitos anos passaram desde os trabalhos pioneiros (FUNES, 2007) de renovação historiográfica sobre o tema do negro no Ceará, do prof. Eurípedes Antônio Funes, que foi primeiro coordenador da nossa pós-graduação, além daquele que sedimentou este campo de estudo no panorama cearense, tendo formado, inclusive, várias pessoas que hoje são nossos colegas.

Desde os anos 2000, quando foi criada a pós-graduação, momento em que cheguei a Fortaleza, foram muitas orientações de pesquisas, na graduação e na pós-graduação, muitos dos ex-alunos atuando hoje nas universidades públicas e privadas, nos institutos federais, nas redes municipais e estaduais de ensino do Ceará e de outros estados. As pesquisas desenvolvidas voltam-se para as mais diversas temáticas afro-brasileiras: escravidão, quilombolas, comunidades negras, africanos livres, tráfico interprovincial, abolição, escravização ilegal, trabalho doméstico, fontes policíacas,

família escrava, capoeira, Maracatu, festas negras, luta pela cidadania, movimento negro, intelectuais negros. Voltam-se, ademais, para muitos trabalhos sobre a pesca artesanal, as populações indígenas, desde o período colonial até as movimentações mais contemporâneas e, mais recentemente, pesquisas sobre África.

Esses temas, trabalhados em mestrados e doutorados, abordam diferentes partes do Ceará (Fortaleza, sertão central, Cariri, Serra grande [sobral], Vale do Jaguaribe), mas também do Piauí, do Maranhão, do Pará, da Amazônia, do Rio grande do Norte, de Pernambuco e da Bahia, conferindo um sentido particular à escala norte-nordeste trabalhada na nossa rede de História e Historiografia (UFPE/UFC/UFPB/UFMT).

Além da pós-graduação *stricto sensu*, importante lembrar também, no processo de formação dos futuros professores nestes 20 anos, dos cursos de especialização em história da África (de 2011 a 2013), com os professores das redes municipal e estadual de ensino; as disciplinas na graduação de História da África (desde 2002 - Obrigatória) e História da África Contemporânea (desde 2007 - Optativa) e, mais recentemente, Educação para relações étnico-raciais (desde 2019 - Obrigatória); a Mostra de Cinema Africano (desde 2007), que, mais recentemente em articulação com a UNILAB e a URCA, projeta anualmente filmes africanos muitas vezes inéditos no Brasil¹⁶. No mesmo sentido, importante citar o Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória/UFC), criado em 2020 pela professora Ana Carla Sabino, com entrada a partir de cotas raciais, dedicado à formação dos professores dos ensinos fundamentais e médios.

Mais importante do que realizar uma avaliação sobre o perfil/destino dos egressos do nosso grupo de pesquisa (trabalho difícil dos coordenadores de pós-graduação nestes tempos de coleta capes!), aparece o fato de poder enxergar o impacto dessa formação sobre os modos de como é percebido o negro cearense, sua história na sociedade e, sobretudo,

16 A 12ª edição da Mostra Internacional de Cinema Africano (UFC, UNILAB, URCA). “Animação” acontecerá em março de 2021, tendo por tema o cinema de animação africano.

na educação. Nessa perspectiva, revela-se fundamental levar em conta a produção acadêmica representada pelas dissertações e teses cujos temas foram citados anteriormente. Um dos problemas ainda a ser trabalhado de forma mais consistente reside na transposição didática deste material para o ensino secundário, questão trabalhada, por exemplo, no LEAH – Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História/UFC (2015).

LIVRO HISTÓRIAS DE NEGROS NO CEARÁ

Aproveito para mencionar, nesta comemoração dos 20 anos do grupo de pesquisa “Fazendo a Liberdade”, a saída de um livro coletivo do grupo, composto por artigos dos docentes e dos nossos pós-graduandos e ex-pós-graduando, que se intitula “Histórias de Negros no Ceará”. Esse livro¹⁷ está quase pronto, mas infelizmente não teve como sair a tempo para ser apresentado oficialmente neste evento.

Esta coletânea se situa na perspectiva de escrever “uma história que não foi escrita” (GONZALEZ, 1984, p. 226) e espero que cumpra um papel interessante para o ensino da história dos negros cearenses, para os alunos, em particular àqueles do ensino médio. Os temas abordados, que focam os séculos XVIII e, sobretudo, o XIX, são muito diversos e versam sobre questões como: a movimentação negra e as festas negras na cidade de Fortaleza no final do século XIX; o status dos libertos e as suas lutas pela liberdade; o serviço doméstico e os criados, libertos e escravos; as estratégias dos escravos e a Lei do Ventre Livre, de 1871; a revolta de escravos no barco Laura II, em 1839; Famílias escravas, mestiças, afro-indígenas no Cariri Cearense na segunda metade do século XIX; Negros e mulatos senhores de cabedais na ribeira do Acaraú (séc. XVII e XVIII); Líderes negros – Francisco do Nascimento (Dragão do Mar), herói da abolição cea-

17 FUNES, Eurípedes A.; RODRIGUES, Elyo Fagner Silva; RIBARD, Franck (Org.). Histórias de Negros no Ceará. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar/Editora Fi Publicações. Serie Novos Estudos Africanos, 2020, 190 p. (em curso de publicação).

rense, e Negro Cosme, envolvido na balaiada – e o significado de liberdade no Nordeste do Brasil no século XIX.

Em suma, é um livro que, no espírito do grupo de pesquisa “Fazendo a liberdade”, rompe com a visão tradicionalista da historiografia, valorizando o protagonismo fundamental do negro na construção da sociedade cearense e a sua luta incansável em busca da liberdade.

DESAFIOS FUTUROS

De fato, restam ainda grandes desafios no Ceará, estado onde os dados da PNADC (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE) de 2019¹⁸ apontam a presença de mais de 72% da população com negra (pardo= 66,1 %; preto = 5,9 %), número em progressão constante nos últimos anos. Essa dinâmica, sem dúvida, aponta uma mudança positiva no processo de conscientização identitária de uma população historicamente submetida ao paradigma da democracia racial. No caso cearense, este articula-se com o discurso histórico enfatizando a ausência do negro, pautado na ideia retificada combinando elementos como a adequação entre as categorias de “negro” e “escravo”, a presença reduzida de escravos numa economia dominante ligada à pecuária e o pioneirismo abolicionista cearense.

Essa visão, que tenta passar a ideia de um Ceará branco, é contradita pelas pesquisas históricas mais recentes que apontam a presença e o papel dominantes de negros (em grande parte livres e libertos) e de índios – a população cearense é baseada, em grande parte, nessa matriz negro-indígena, comprovada pela quantidade “recorde” de pardos nos dados do IBGE. Mesmo assim, segmentos da elite cearense continuam investindo na manutenção da imagem de um estado branco, que tem como corolário a invisibilização e a negação da participação das populações originárias e afro-descendentes. Aqui reside outro desafio: desconstruir e desnaturalizar os termos dessa ideologia racial cearense reafirmada por

18 <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/10070/64506?ano=2019>.

uma recente pesquisa genética, dita científica, citada a título de exemplo e divulgada na grande mídia do estado, em que os autores:

Concluíram que o DNA cearense teria a Fennoscandia¹⁹ como principal “pool” genético de origem, seguida da América Central, seis outras regiões da Europa, uma da Ásia e, em 10º lugar, a África. Juntando os 27 agrupamentos genéticos em três grandes grupos, a pesquisa mostra a influência do branco europeu (15 pools), sobre o negro (7) e o ameríndio (5)...²⁰

Essa pesquisa foi financiada por Igor Queiroz Barroso – presidente do Conselho Administrativo do Grupo Edson Queiroz²¹ e neto de Parsifal Barroso, advogado, professor, jornalista e político que escreveu a obra “o Cearense” (1967)²² –, que declarou:

A pesquisa retorna 40 mil anos antes dos nossos colonizadores. Vai muito além do que Parsifal imaginou que se poderia chegar. Estou trazendo a pesquisa do meu avô um pouco mais próxima da verdade, e me sinto feliz por isso.²³

A inépcia da metodologia GPS-DNA utilizada – inadequação do método para população miscigenada; escolha subjetiva e muito reduzida das amostras; falta de revisão por pares – em relação ao objetivo definido (avaliar a composição genética cearense) foi comprovada por outros cientistas da área²⁴ e explica o absurdo da interpretação colocada, que foi difundida na mídia pertencendo ao mesmo grupo

19 Escandinávia, Terra dos Vikings.

20 <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2020/08/11/o-cearense-e-viking-estudo-reduz-carga-genetica-de-negro-e-indigena-no-ce.htm?cmpid>.

21 Um dos maiores grupos empresariais do Brasil, controlando entre muitos outros, o Sistema Verdes Mares de Comunicação...

22 A obra, originalmente publicada em 1967, foi relançada em 2017 pelo Instituto Myra Eliane, também dirigido por seu neto, Igor Queiroz Barroso.

23 <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/origem-do-cearense-nordicos-superam-indios-e-negros-na-genetica-1.2970540>.

24 <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2020/08/11/o-cearense-e-viking-estudo-reduz-carga-genetica-de-negro-e-indigena-no-ce.htm>.

empresarial (Jornal Diário do Nordeste), tomando como exemplo ilustrativo a entrevista com um casal brasileiro-dinamarquês, com seu filho chamado Thor...!²⁵

Essa notícia parece um sonho ou, mais exatamente, uma piada de muito mau gosto. Mas as coisas são mais graves, o poder de divulgação da grande imprensa e a utilização legitimadora do selo “científico” buscam claramente impor a todos uma visão eurocêntrica da “verdadeira origem do cearense”. Aparece a vontade evidente, por parte de uma elite econômica branca ligada aos grandes grupos de comunicação do estado, de se apropriar e retificar os termos, já antigos e presente na historiografia tradicional, mas “reatualizados” numa nova roupagem da ideologia do embranquecimento, esforçando-se sempre em invisibilizar as populações negras e indígenas do Ceará.

Essa pesquisa, altamente desrespeitosa e provocadora, devidamente criticada pelos movimentos sociais, os movimentos negros²⁶ e indígenas²⁷ em particular, e pelo universo acadêmico em geral, é muito reveladora do campo de tensão e de enfrentamento ao qual a educação está confrontada. Simbolicamente, essa “genealogia inventada” reforça a lógica do currículo eurocentrado que se encontra legitimado, naturalizado para alunos que não conseguem enxergar as trajetórias das suas famílias, das suas comunidades, ou as enxergam apenas como meras vítimas marginalizadas na narrativa histórica dominante.

Precisamos valorizar outros saberes, outras epistemologias, outras memórias que enxerguem as resistências, as experiências individuais e coletivas, pautadas em lógicas que o capitalismo liberal não explica e que, ressituidas em outras genealogias, permitem apreender e considerar de forma diferente os espaços, as formas socioculturais, fami-

25 <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/origem-do-cearense-nordicos-superam-indios-e-negros-na-genetica-1.2970540>.

26 <https://negre.com.br/a-ciencia-a-servico-da-elite-branca-cearense/>.

27 <https://negre.com.br/indigenas-classificam-como-racista-e-colonialista-pesquisa-que-ligou-cearense-a-vikings/>.

liais, econômicas, espirituais, os territórios atuais onde se exprimem, em particular, o legado negro-indígena tão forte no Ceará.

Como enfatiza António Bispo dos Santos (2015, p. 19), “O presente atua como interlocutor do passado e, consecutivamente, como locutor do futuro”, e por isso precisamos reformular os currículos numa perspectiva anticolonial (FANON, 1973), reconectar o ensino, a educação de forma geral, com as experiências dos universos culturais e identitários negros, indígenas, ciganos que são depositários de memórias e de saberes essenciais na formação dos futuros cidadãos.

Precisamos mudar o quadro desta universidade, onde predomina de forma avassaladora um corpo docente branco, que precisa assumir a postura de uma luta antirracista²⁸. Nessa linha, devemos nos abrir para as pautas, as bibliografias produzidas por pesquisadores africanos, negros, quilombolas e indígenas que, por isso, fazem falta, ainda, no quadro docente da Universidade.

Um primeiro passo nessa direção reside na criação de mecanismos favorecendo o acesso à formação universitária e à pós-graduação e, nesse sentido, precisamos congratular o PPG em História da UFC que, depois de vinte anos de existência, conseguiu aprovar o primeiro edital de seleção de mestrado e doutorado (entrada 2021) com cotas para negros, índios e quilombolas.

É um passo importante. Outros virão. Para isso, estaremos aqui fazendo e reinventando o nosso trabalho de professores e de pesquisadores em defesa de uma universidade pública mais representativa, antirracista e de uma sociedade mais justa.

28 Enquanto branco e estrangeiro, me incluo totalmente nesta responsabilidade e agradeço, neste sentido, a colaboração do professor Leandro Bulhões com o qual criamos o grupo “Confluências Anticoloniais”(História/UFC.2020), como evolução do grupo de pesquisa “Trabalhadores livres e escravos no Ceará: diferenças e identidades”.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Parsifal. **O cearense**. Fortaleza: Instituto Myra Eliane/Escrituras Editora, 2017, 136 p.

DIRETRIZES Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Brasília, DF, 2004.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FERREIRA, Suiane Costa. Apartheid digital em tempos de educação remota: atualizações do racismo brasileiro. **Revista Interfaces Científicas**. Aracaju: EDUNIT, v.10, n.1, 2020, p. 11-24. <https://porvir.org/pandemia-de-coronavirus-deve-piorar-desigualdade-racial-ensino-medio>.

FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. In: SOUSA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide [et al.]. **Uma nova história do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista de Ciências Sociais Hoje**. ANPOCS, 1984, p 223-244.

JACCOUD, Luciana. Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias. In: THEODORO, Mario. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos depois da abolição**. Brasília, IPEA, 2008, p. 49-69.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de Ação Afirmativa em benefício da população negra no Brasil – Um ponto de vista em defesa de cotas. In: GOMES, Nilma Lino; MARTINS, Aracy Alves (Org.). **Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 47-61.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. **Entre apostas e heranças: Contornos africanos e afro-brasileiros na educação e no ensino de filosofia no Brasil**. – 1 ed. – Rio de Janeiro: NEFI, 2020, p. 1-37.

PAULA, Benjamin Xavier de; GUIMARÃES, Selva. 10 anos da lei federal nº 10.639/2003 e a formação de professores: uma leitura de pesquisas científicas. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 435-448, abr./jun. 2014.

RIBEIRO, Matilde. **Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil (1986-2010)**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Universitária, 2014.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações**. Brasília: INCT, 2015.

TIN, L. G. **Esclavage et réparations. Comment faire face aux crimes contre l'histoire**. Paris: Stock, 2013.

A Formação pela Forma ou o Pibid História/Sociologia para Além do Conhecimento¹

Kleiton de Sousa Moraes²

No ano de 2019, como parte das atividades desenvolvidas como coordenador do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) na subárea História-Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), periodicamente fazíamos reuniões com os pibidianos³, nas quais discutíamos temáticas pertinentes para serem desenvolvidas nas escolas.

Não era algo incomum que nessas reuniões os alunos expressassem suas frustrações quanto ao resultado de algumas atividades que simplesmente não davam certo – algo muito comum no cotidiano em sala de aula. Esses momentos são oportunos para que o aluno aprenda que as constatações de erros ou limites fazem parte da formação do licenciando. Como professor, sempre chamava a atenção de que saber que deu errado; nesse caso, era mais importante do que um simples acerto.

-
- 1 Gostaria de dedicar este artigo à todos os pibidianos de História e Sociologia da Universidade Federal do Ceará, no período de 2018-2020, em especial aos jovens historiadores Laura Virgínia de Oliveira, Laíse Teixeira de Matos e Francisco Denilson Fernandes Soares. Se há algum potencial nas questões colocadas nesse artigo, a responsabilidade é deles e as limitações nas respostas, obviamente, são de minha responsabilidade.
 - 2 Kleiton de Sousa Moraes é professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará. Possui mestrado e doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É professor da disciplina de História do Brasil Contemporâneo e de Teoria da História. Foi coordenador do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) no ano de 2019-2020.
 - 3 Assim são chamados os alunos da Universidade que atuam como bolsistas do PIBID na escola.

Em uma dessas oportunidades, alguns alunos relataram as dificuldades de atividades que envolviam o tema da ditadura militar no Brasil. Não era a ausência de conhecimentos, fontes ou uma falta de criatividade dos alunos pibidianos para elaborar atividades na escola, o que os frustravam, mas o desinteresse dos alunos da escola pela condenação de certo elemento que, a priori, pensavam os pibidianos, envolvia o objetivo último de uma boa aula sobre a ditadura, qual seja, a condenação ética da tortura, da morte e do desapareço pela democracia. Tudo parecia óbvio, uma vez que, parecia, não havia como demonstrar o absurdo de uma ditadura sem provocar sua condenação. Mas os relatos que os pibidianos traziam eram que os alunos da escola riam, desdenhavam e alguns até gozavam dos relatos de tortura que eram mostrados como parte das fontes trazidas para a aula. Numa frase, faltava a empatia que pudesse efetivar a formação. O que tinha dado errado?

A resposta a essa questão envolve levar em consideração questões que envolvam a aproximação entre Ensino da História e Teoria da História. Essa aproximação, que parece algo óbvio numa abordagem mais acurada, nem sempre se efetiva, consequência tanto de uma periferização dos debates sobre o ensino – resultado, entre vários motivos, de certa hierarquização entre pesquisa e ensino –, quanto de um desdém dos profissionais de História com discussões por vezes herméticas que envolvam o conteúdo da Teoria da História. Quando isso envolve a relação entre professores do ensino básico e a universidade, as coisas se complicam mais ainda. Tudo parece acontecer como se a sala de aula das escolas fosse um espaço de prática profissional que não envolvesse reflexões mais complexas e a universidade com seu ensino “teórico” fosse por demais distante – e alguns a acusam até de ser um espaço pedante, onde se pratica reiteradamente um desdém em relação ao “chão da escola”. Essa última assertiva em nada ajuda, pois, além de esperar que o ensino acadêmico de História pratique uma eterna expiação improdutiva, provoca uma infundada cisão entre ensino e História

(como disciplina acadêmica). Dessa forma, é ainda proveitosa as recomendações do saudoso historiador Manoel Luiz Salgado Guimarães quando observava que a reflexão sobre o ensino de História

[...] não pode ser levada a bom termo se a desvincularmos de uma reflexão mais geral acerca dos problemas de uma escrita da História; portanto, de uma reflexão em torno da historiografia e da teoria da História. Nesse sentido, pensar o ensino de história implica necessariamente, segundo meu juízo, articular escrita e ensino como parte da produção de conhecimento histórico. É bem verdade que não estou supondo que esses procedimentos são os mesmos, submetidos a regras e procedimentos da mesma natureza, com objetivos e finalidades semelhantes. Afirmar suas diferenças igualmente não traz como pressuposto hierarquizá-los segundo critérios de maior ou menos importância. Mas pensá-los como campo autonomizados traz enormes prejuízos para a história como campo disciplinar e de conhecimento [...] (GUIMARÃES, 2009, p. 38).

Dessa forma, penso que o dilema trazido acima pelos pibidianos fomenta um longo debate que, ao menos desde a década de 70 do século passado, mobiliza os historiadores entre, grosso modo, aqueles que defendem os pressupostos disciplinares como forma basilar de responder a questionamentos sobre a efetiva importância da História e aqueles que lançam luz sobre o caráter escriturário da produção historiográfica, buscando daí pensar a narrativa como pedra de toque do ofício de historiador. Claro que essas fronteiras não são tão nítidas quanto parecem, mas o fato de não se chegar a um termo denuncia a polêmica que envolve o debate ainda atualmente.⁴

4 Não é gratuito lembrar que o chamado “anticientificismo”, que, segundo alguns estudiosos, marca a crise dos saberes disciplinados atualmente, encontrou a História, como campo de conhecimento, já em uma posição de reorientação dos seus pressupostos. Dessa forma, a contenda envolvendo os defensores do método disciplinar e aqueles apologistas da narrativa ganhou formas dramáticas, uma vez que há uma sugestão de que questionar a disciplina nesse momento é desferir o golpe final em meio aos inúmeros ataques que ela está exposta ou, pior, que o acento dado à narrativa histórica é, ela mesma, parte – ou a abertura – para os chamados negacionistas. Por outro lado, há uma defesa da abertura da História a outras formas de narrar o passado que parte do diagnóstico de que a falência da disciplina é a sua recusa de escapar do farol da ciência e de buscar um diálogo com maneiras distintas de narrar o passado. Essa

Tais debates só desavisadamente parecem passar ao largo do chamado “chão da escola”. Ora, uma vez que os professores de História parecem surpreendidos pela avalanche de interessados que os procuram para conhecer “o que se passou” e, no mesmo passo, se veem questionados por esse mesmo público potencial, que não encontra na História referências para pensar o mundo, talvez o que esteja no centro do impasse seja justamente aquilo que, como citamos acima, movimentou o campo da Teoria.

Alguns sugerem que certas temáticas teriam mais êxito formativo em sala de aula se “nós” historiadores falássemos mais sobre⁵: ditadura, holocausto, violência contra minorias na História, colonialismo, etc. Esse pressuposto, me parece, desdenha que o conteúdo não é por si só evidente e, mais importante, que o objetivo do que é ensinado deve, no seu caráter performático em sala de aula, levar urgentemente em consideração os alunos da escola. Acredito que isso quer dizer que não é uma suposta “verdade disciplinar” que deve dobrar-se ao aluno, mas que a esterilidade dessa “verdade” resulta no desinteresse da História (e, sobretudo do seu ensino) em levar em consideração as premissas que orientam uma boa performance. Dito de forma mais objetiva, não acho que essa aparente aporia encontre uma saída se não enfrentarmos uma discussão teórica sobre os fundamentos do que se produz quando se produz passados. Sobretudo, para iniciar uma reflexão, que sociedade é essa que vai em busca do passado e para quê?

O dilema exposto pelos pibidianos é apenas uma parte dessa ampla reflexão que, acredito, deve levar em conta no caso brasilei-

última proposição se desdobra – e isso é importante – entre aqueles que percebem uma reorientação epistemológica da História, buscando em outras epistemologias um novo caminho de lidar com o passado, e aqueles que buscam em novas formas de narrar o passado – em especial com a literatura – o potencial narrativo para o caráter formativo da História. Para uma introdução às polêmicas que envolvem o atual questionamento porque passa a História como disciplina, Cf.: ÁVILA, Arthur Lima; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. A História (In)disciplinada. Vitória, ES: Editora Milfontes, 2019.

5 Uma vez escutei de um professor que faltou “nós” historiadores falarmos mais sobre esses temas em sala de aula, disso resultando o aparecimento repentino (?) de pessoas que fazem abertamente apologia à ditadura civil-militar de 1964.

ro a seguinte questão: como produzir passados que marquem, que causem o desconforto e que efetivamente sejam entendidos como traumas? Ou mais: como produzir esses passados em sala de aula com o objetivo de formar um indivíduo que condene a violência? E como fazer isso numa sociedade profundamente marcada por uma violência cotidiana e uma desigualdade dramática se comparada com outros locais? Como querer, numa aula de História, causar o desconforto com a tragédia se na vivência precária do aluno a tragédia se expressa de maneira muito viva? E o que dizer de tal evento traumático quando as mídias normalizam a violência, vendendo-a como produto de entretenimento? Obviamente, para o espaço deste artigo, as respostas para essas questões são limitadas, mas para aquilo que me interessa, gostaria de salientar três aspectos:

1. A sociedade brasileira, marcada por números cada vez mais dramáticos de violências cotidianas – sobretudo na periferia das grandes cidades – é bombardeada diuturnamente em programas televisivos por imagens que, por diversas vezes, naturalizam e banalizam a tragédia. A ascensão das mídias digitais potencializou a circulação dessas imagens, de forma que o cotidiano violento já não assusta mais. Grosso modo, nossos alunos – sabidamente aqueles de escolas públicas – fazem parte desse processo, e isso tem consequências graves para o objetivo da escola – se aí pensamos que o objetivo da escola seja o de formar para o viver em coletividade ou, no limite, humanizar;

2. Para o ensino de História, isso acentua a dificuldade de produzir uma aula cujo tema seja, por exemplo, aquilo que chamamos de eventos traumáticos, uma vez que a violência banalizada pode impossibilitar certo grau de empatia com aquilo que, em tese, deveria soar como condenável. Por vezes, em sala de aula, busca-se ensinar o evento traumático sem refletir sobre o potencial que a narrativa sobre o trauma pode ou não produzir no alu-

no, sem o convencer que o tema tem de ser entendido como um entrave, enfim, como trauma;

3. Desta forma, se reatualiza a necessidade de pensar outras formas de narrar esses eventos. Isso, é preciso salientar, não significa “narrar melhor o conteúdo”, mas acentuar que o narrar é, ele mesmo, essa forma que reatualiza o passado. O passado é a forma. Essa última proposição vai ao encontro de uma polêmica localizada no campo de Teoria que, penso eu, deveria desdobrar-se numa discussão que envolve justamente o conteúdo ético da História e seu compromisso, sempre histórico, com certa moral. Esse retorno sobre seu objetivo formativo – porque preocupado com a afirmação de certa moralidade – acentua o papel da Teoria para a compreensão das práticas elencadas nos pontos 1 e 2 acima e que, por sua vez, devolve a questão para a Teoria, qual seja: que importa a História? Ou o que fazer com ela para que possa importar em sociedades como a nossa? Como convencer de sua importância?

A título de registro, essa última proposição é objeto de críticas, uma vez que relegar a História para o campo do convencimento retórico, por exemplo, provocaria a fuga do seu desejo de objetividade e cientificidade – marca da História como disciplina – e deixaria as produções historiográficas à mercê de certo deslocamento moral do público. Dito de outra forma: haveria aí uma abertura para o relativismo na História. Não à toa, as críticas se desdobram em termos estigmatizadores como historiador “relativista”, “revisionista”, “pós-moderno” e, no limite, “negacionista”.

É muito sintomático desse último ponto a pouca atenção dada no Brasil às discussões que envolvem narrativa, verdade, História, convencimento, cuja maior expressão é a escassa bibliografia em português de nomes como Hayden White, Louis Mink, Frank Ankersmitt

e Dominick La Capra⁶, para ficar só nos principais nomes. Esse debate, que movimentou há algumas décadas o campo historiográfico – sobretudo o anglo-saxão – e que tem até hoje suscitado enormes polêmicas, identificadas com o nome de “a virada linguística da História”, no Brasil carece ainda de desdobramentos mais efetivos. Não que nossa atitude seja de aceitação acrítica dessas proposições, mas o que se enxerga é uma negação, a priori, do enfrentamento de questões que, inclusive, buscam radicalizar o caráter prático e ético da História.⁷ Alguns historiadores brasileiros, inclusive, acham que nunca passamos pela tal “virada linguística”, outros, diante dessa proposição, respiram aliviados com essa constatação.

De minha parte, enfrentar esses problemas como professor-orientador de um projeto institucional como o PIBID, e numa universidade pública, coloca como urgência a busca por levar em consideração a essas questões, uma vez que, dada a circunstância histórica em que elas são colocadas – marcada pela ascensão em nosso país de discursos assumidamente de flerte com a morte –, não me é autorizado a falta de ousadia de prescindir de uma sugestão para encaminhar o impasse à horizontes mais saudáveis.

(N)OS LIMITES DA HISTÓRIA

Não é fácil levar a termo tal questão sem ser, de antemão, acusado de defensor de algum dos “pós”: “pós-moderno”, “pós-verdade”,

6 Malgrado a ainda pouca atenção dada a esses autores no Brasil, há bons artigos e livros publicados de Hayden White e Frank Ankersmitt. O que pesa em negativo para essa relativa descoberta de suas produções é certo desinteresse de alguns profissionais da História no Brasil em debater suas polêmicas pontuações ou mesmo uma leitura castradora de seus textos, cujo objetivo mais relevante é descartá-los sem efetivamente lê-los, a partir de demonstrações públicas de trechos ou frases que, muitas vezes fora de seu contexto, colocariam tais autores no mesmo rol de negacionistas. Na contramão disso, jovens historiadores, como Júlio Bentivoglio, Rodrigo Oliveira Marquez e Arthur Ávila, recolocam hoje esse debate, e, quem sabe, uma oportunidade perdida de repensar a historiografia.

7 Penso, sobretudo, na ideia ainda pouco discutida no Brasil de “Passado prático”, de Hayden White.

“pós-história” – seja lá o que essas acusações signifiquem. Mas serei taxativo quanto a minha forma de orientar a argumentação: não há História sem a performance. E como performance entendo as formas em que se dá a ler ou ouvir o que se quer narrar. No caso da historiografia, o que se narra do passado não antecede a sua formatação em uma escrita. O passado só nos é acessível pelo ato narrativo. A organização de atos do passado em uma trama se vale de documentos e é esse processo que damos o nome de História.

Essas afirmações só aparentemente parecem triviais, pois a consequência primeira desse entendimento é chamar a atenção que a História é parte de uma experiência social de narrar, que é, ela mesma, histórica, e que o ritual de coleta de dados antecede a produção da História, que só é produzida quando se procede a sua formatação em uma escrita, ela mesma regrada em uma performance histórica do ato de narrar. Nesse processo, como manda o campo, o documento – transformado em fonte – é essencial para a construção de narrativas qualitativas sobre o evento que se conta. Por qualitativa entende-se aquilo que, em determinado momento, é possível e desejável fazer funcionar para a vida em sociedade. Isso localiza a História no campo da moral, mas por qualitativa, no mesmo passo, entende-se aquilo que possa questionar a mesma moral, colocando em xeque sua atuação no mundo.

Essas assertivas, malgrado as aparências evasivas com que se apresentam, são centrais para identificar no discurso da História mais um que nossas sociedades produzem para fazer-se funcionar ou se legitimar. É nesse sentido que a historiografia é parte de um poder, ela organiza o mundo dando-lhe uma forma prescritiva ao representar uma história moral. Curiosamente, nesse ponto, as filosofias da História que tinham saído pelas portas dos fundos da História disciplinar fazem sua aparição, rediviva, nas preocupações do historiador profissional.

A história é por demais conhecida: essa vocação moral da historiografia foi progressivamente colocada à margem quando uma crítica da subjetividade do historiador desembocou numa crítica da moral do produto História. Esse procedimento foi basilar para a colocação do discurso da História no rol das ciências, desembaraçando-a do lugar pouco confortável conferido aos interesses e desejos que orientassem o historiador em seu trabalho – fatores que poderiam colocar em xeque a utopia do real. É aí que a História pretensiosamente desinteressada tentou escapar da tentação de ser mestre. É aí também que os procedimentos de produção de seus discursos se afastaram do momento narrativo, literário, para lançar luz ao momento anterior como aquele em que se efetivamente produz História, o momento pesquisa. Daí o método histórico ser, por excelência, a orientação de melhor fazer uma pesquisa.

Toda essa descrição é necessária para se enfatizar que o século XX foi pródigo na tentativa, pelos historiadores, pelo reconhecimento da História como ciência. O campo historiográfico produziu as mais sofisticadas maneiras de se investigar o passado e, mesmo tematizando profundamente os seus limites como representação do real, o ato narrativo frequentemente era considerado um estranho, pois é o momento em que perigosamente o autor de História se apresenta como fabricante. Ninguém tinha mais a ilusão de que a História era a realidade do que passou, mas essa mesma constatação não trouxe a reboque uma discussão da História como moral.

A busca pela impessoalidade da História ativava a função autor como forma de matar o escritor de História como uma subjetividade ou como parte de uma vontade coletiva, como mito. No máximo, os historiadores eram, ou deveriam ser, inquiridos como campo. A História mestre estava definitivamente enterrada. Nada mais óbvio de que a consequência fosse a especialização da História como pesquisa, secundarizando de seu caráter o pensar sobre como ensiná-la – uma consequência previsível quando não mais se pergunta o “para quê” produzir passados e se enfatiza o “como”.

Esse processo levou o historiador de suas raízes retóricas à especialista das configurações sobre o passado. A “limpeza” jogou para as margens da disciplina questões constrangedoras para um saber que se pretendia objetivo, tais como aquelas que envolviam sua construção como escrita – e daí sua proximidade com a literatura –, sua vocação moralizante – daí sua negação como mestra – e como corolário das duas uma periferização da reflexão sobre sua atuação como formadora. A rigor, olhou-se para a história disciplina escolar como repositório de um saber produzido alhures. Pensar a disciplina escolar passava pela famigerada “transposição didática”, um nome pouco pomposo que disfarçava ainda menos o papel vulgarizador, simplificador, secundário e lacunar que reservava à História na escola.

Mas o recalcado reaparece como contradição. Primeiro com a necessidade de uma História Política, ao mesmo tempo em que – ironicamente – se reiterava o caráter político da História desde sempre; logo depois com a emergência da História do Tempo Presente, mesmo que, sem pestanejar, repetia-se que “toda História é História do tempo presente” – afinal, ela não responde questionamentos do “agora”?; e mais recentemente com o surgimento de uma História Pública – mas, ora, toda História não deve ser pública? Malgrado o mal-estar que essas definições trazem – e as polêmicas que engendram –, é inegável que elas respondem ao pouco zelo que uma História disciplinar reservou para o seu lugar como formadora.

Na escola, a progressiva inclusão de novos grupos sociais, de uma nova geração indiferente a conteúdos consagrados e de uma sensibilidade digital e amorfa, trouxe, na esteira, o desconforto do professor de História em elaborar suas aulas para esse público, encurralado que ficou entre o rigor necessário da disciplina e novas formas de encarar o tempo. Muitas vezes, a saída foi o abandono dos debates mais densos, o desdém pela academia e o abandono de questões em prol do conteúdo – constrangido, muitas vezes, pela necessidade de produzir estatísticas positivas, resultado da chegada do espírito ge-

rencial na escola, que alia resultados imediatos e rotinas extasiantes para o professor. Aliado a isso, no Brasil o fenômeno da violência cotidiana e sua conseqüente naturalização tornava frustrante – quando não abandonado – o objetivo ainda persistente em alguns professores de formar, sobretudo quando confrontados com o cotidiano precário das escolas e com o impasse causado por uma sensibilidade compartilhada que banalizava a tragédia em tal dimensão que se tornou dificultoso ensinar os denominados “eventos traumáticos”, condenando-os para que não se repitam.

Nos anos 2000, esse fenômeno chega à universidade, cujas duas características mais notáveis são, por um lado, um parcial abandono por debates sobre a escola – e isso incrivelmente mesmo nos cursos de licenciatura –, reiterando assim a separação entre ensino e pesquisa, e, por outro lado, o extremo oposto: certa expiação que, mesmo estando dentro da universidade – e, talvez, por isso mesmo – negam de antemão a sua produção acusando-a de elitista, por ser demais hermética, ou, o que dá no mesmo, “científica” por demais.

Esse imbróglio deixava de fazer funcionar certa ideia que, de alguma forma, ensinar traria a cura dos males do tempo: ensinar o holocausto era ensinar que “nunca mais”, ensinar a escravidão era destruir o racismo, mostrar a miséria de uma ditadura era formar para uma democracia plena, enfim, a tortura mostrada e discutida era a certeza de que, para aqueles alunos, alguns caminhos não poderiam se repetir jamais sem causar o desconforto. Isso se resumia à fórmula fácil e confortante: a educação salvará – e, por que não dizer, a História?

O que quero propor é que essa ideia de educação salvacionista veio junto com a ideia de que avanços no campo científico – e a História como disciplina inegavelmente avança – trariam a redenção dos males e, nesse cenário, à escola se reserva o papel de transmissora desse conhecimento que evolui. Uma ideia iluminista nada nova,

é claro. Daí o apreço dos historiadores disciplinados pela pesquisa como momento basilar e figurativo do intelectual militante. Daí certo apego pelo método, entendido como procedimentos investigativos, em detrimento da forma, vista como mera comunicação do resultado das investigações.

Dessa maneira, quando o tempo de crise se eleva e a violência e a apologia ao fascismo se revelam como potência, a saída pensada e admitida é defender os métodos de pesquisa ou, por outro lado, aqueles que nihilisticamente querem negar tudo, negam ao conhecimento histórico algum tipo de papel formativo – expressa, por exemplo, nas acusações fáceis e, por que não dizer, pouco desenvolvidas, de “História eurocêntrica”. A contraface dessa resolução é desdenhar qualquer saída que chame a atenção para a História como uma narrativa. E narrativa aqui não como transmissora de um conteúdo apriorístico, mas como momento único da produção de passados. Para dizer em uma palavra: a narrativa é a História.

DA HISTÓRIA DO TRAUMA À HISTÓRIA COMO TRAUMA

Eu tinha narrado a esse amigo uma experiência pessoal que para mim havia sido de grande transcendência, e explicava como era difícil fazer um relato dela. De acordo com minha teoria, certas experiências extraordinárias não podem ser narradas sem que se desnaturalizem; é impossível levá-las ao papel. Meu amigo havia insistido para que eu a escrevesse tal como eu a contara nessa noite, e teria um belo relato; e que não apenas poderia escrevê-lo, como era meu dever fazer isso. [...] Eu achava que era impossível e continuo achando. Que fosse impossível não era um motivo forte o bastante para não realizá-lo, e isso eu sabia, mas me dava preguiça de tentar o impossível.

(Mario Levrero. *O romance luminoso*)

A epígrafe acima introduz o romance do uruguaio Mario Levrero. Nele, o seu protagonista está às voltas com as dificuldades de narrar.

A constatação dos limites da linguagem para prefigurar experiências é o mote que faz o personagem pensar sobre o ato mesmo da criação pela escrita. Essa constatação – dos limites ou da impossibilidade do narrar –, dramatizada pelo personagem do romance, é um dos temas mais visitados pela historiografia, sobretudo depois de meados do século XX, com a experiência dos campos de concentração. O absurdo desse último evento trouxe o dever moral de escutar aqueles que passaram pelos campos, ao passo que muitos não conseguiam narrar o acontecido, uma vez que o evento extrapolava as possibilidades da linguagem comum. Para o historiador, isso trouxe uma longa discussão, ainda em curso, sobre o papel da narrativa em seus produtos e, à reboque, sobre seu lugar ético diante de relatos de dor.

Ora, é sabido das dificuldades da escrita em dar conta de eventos traumáticos. Uma vasta bibliografia tem nos últimos anos se debruçado acerca dos percalços que é, para a historiografia, contar. Para além disso, chamo a atenção que a própria nomenclatura “evento traumático” é passível de reflexão, uma vez que podemos pensar com a questão colocada pelos pibidianos no início deste artigo: traumático para quem? Se a utopia educacional possui a responsabilidade de formar para um mundo mais democrático e humano, num momento em que a própria noção de democracia e humanidade é posta em xeque, o que nos resta? Partir da constatação que tal conteúdo da História guarda sua importância para o aprendizado em História não responde, uma vez que não enfrentamos, a pergunta indecorosa de: para quê ensinar tal conteúdo?

Essas questões estão no cerne, penso eu, de uma necessária reorientação no campo historiográfico que passa pelo enfrentamento do seu perfil ético. Isso obriga o historiador a radicalizar a experiência de pensar o que ele faz quando produz passado – o que faz com que, antes, o profissional de História se entenda como produtor, como inventor, como um detentor de ferramentas que, afinal, por meio de

uma narrativa, organiza o tempo a fim de produzir um sentido para uma determinada sociedade.

Ora, se assumirmos o aspecto formativo de nossa profissão, essas questões devem necessariamente conduzir o professor de História do ensino básico para as questões postas acima, pois é na escola onde encontramos formas de se relacionar, com o tempo, outras e, por que não dizer, morais que, não raras vezes, vão de encontro a nossas concepções de mundo. Nas pertinentes palavras do historiador Durval Muniz de Albuquerque:

Com seu discurso crítico, o professor de História deve ser capaz de produzir uma crise em seu aluno, ou seja, uma separação momentânea, o afastamento da adesão aos valores, costumes, formas de pensar, ideologias, estruturas que constituem a ordem do seu presente. E o professor de História só alcançará isso se levar a sério e atentar que o ensino é sempre e, acima de tudo, uma questão de dieta, ou seja, o que é oferecido, em que quantidade, com que qualidade, em que momento e em que lugar (ALBUQUERQUE, 2016, p. 27).

Produzir uma crise. Em sociedades como a brasileira, o ensino de História interessado em condenar a violência perde-se quando assume numa aula, de partida, que eventos como a tortura na ditadura militar é, por si, condenável. Mostrar a violência desse período não é um pré-requisito para finalmente formar um indivíduo que condene saídas autoritárias. Como nos lembra a grande ensaísta Susan Sontag (2003, p.17): “Por um longo tempo algumas pessoas acreditaram que, se o horror pudesse ser apresentado de forma bastante nítida a maioria das pessoas finalmente apreenderiam toda a indignidade e a insanidade da guerra”. O que quer dizer que muitos dos chamados “eventos traumáticos” deveriam, antes, ser fabricados como trauma em sala de aula. Partir da premissa de que a condenação do evento é evidente por si e que a questão das “utopias autoritárias” é, ela mesma, uma questão para os alunos, é esquecer, de partida, que o recurso ou não à violência como prática social é política e, como

tal, passível de produzir sensibilidades outras em relação àquelas que queremos sugerir em sala quando mostramos imagens ou relatos de tortura como recursos pedagógicos. Diante disso, o que fazer?

Não acho que exista uma fórmula acabada de como proceder, mas, como encaminhamento de uma resposta, estou totalmente convencido da emergência de radicalizarmos nossa experiência com a disciplina, e isso significa constatar que a História só vai ser formadora se deixar de ser prova. Isso não significa desdenhar os procedimentos de pesquisa que a orientam e a delimitam como campo profissional – essenciais, aliás, para desqualificar discursos que buscam legitimar a violência, que, penso, todos nós condenamos.

Por outro lado, esse caminho só é possível com a reconciliação urgente da Teoria com o Ensino, e isso quer dizer, por exemplo, enfrentar um dos temas candentes na discussão historiográfica atual: aquele que diz respeito ao caráter narrativo da História. Penso ser, exatamente nesse ponto, que podemos buscar um início de resposta, que seria o de assumir a História como uma fabricação narrativa. Atentar para esse procedimento é constatar que é a produção da narrativa que ganha forma um conteúdo moralizante e ético – pois que, ainda que prescritivo, é aberto para a reflexão e o debate. Deixar de compreender a narrativa em História como mera transmissão de um conteúdo, ou simplesmente como uma questão de estilo, é assumir um conteúdo para uma forma, uma vez que os discursos, incluso o da História, são vazados a partir de relatos que são usualmente mobilizados no mundo social. Nesse aspecto, a História se reconhece como um discurso que se vale de formas preexistentes (WHITE, 1992, p. 11-12).

Não considero que todas essas questões sejam desdenhadas pelos historiadores. A questão da narrativa, por exemplo, já é um tema bem discutido desde o século XIX. O que talvez não seja é a narrativa não como um momento do fazer História, mas como todo ele, ou,

pra dizer em outras palavras, que não existe História antes da experiência do narrar.

Volto para o desconforto dos pibidianos que relatei no início. Se temos em nossos alunos das escolas exemplos claros de que o passado contado como prova ou conhecimento do passado já não sensibiliza mais, isso é resultado de uma sociedade que não soube exorcizar seus monstros – ou não quis –, e que nesse espaço de tempo, mesmo a História produzindo ferramentas de pesquisa eficientes para demonstrar a mentira que nos assusta nesse ano de 2020, ela desdenhou de pensar o que realmente importa quando se produz passados: sua forma, seu caráter retórico, sua vocação de abrir espaços para o convencimento, sua capacidade de mobilizar e abrir novos horizontes, seu flerte com a imaginação, sua tarefa moralizante e, enfim, suas credenciais para criar desejos – pois, como formadora, ela não apenas deve contar e provar o que passou, mas atiçar o desejo para pensar diferente.

É digno de nota que todos esses dilemas foram trazidos por alunos da universidade que estão na escola como bolsistas de um projeto que reiteradamente é ameaçado de extinção, como o PIBID. Isso, acredito, atesta que a universidade ainda é, com seu potencial para complexificar questões só aparentemente simples, um espaço importante para pensar diferente e para além – isso ao meu ver, por si só, desqualifica um discurso recorrente fora, mas incrivelmente forte, dentro da universidade de que o caráter elitista da universidade a desqualifica como um espaço que pode pensar alternativas para a sociedade. Ora, é no enfrentamento de questões profundamente marcadas por um dilema social, como o papel moral do passado, que a historiografia, por exemplo, se volta para a escola e, no mesmo passo, para si, como reflexão teórica, como possibilidade de produzir um futuro diferente, como fazer funcionar.

Sou absolutamente taxativo quanto à necessidade de retomar algo daquela história como mestra. Nesse objetivo, subscrevo a constatação de Paulo Knauss:

Interrogar o papel do conhecimento histórico implica, entre outras coisas, reconhecer a historiografia como um fato moral. Nesses termos, tratar a historiografia como fato moral significa caracterizar a história como valor coletivo que se traduz por meio da escrita da história e de seus autores. Como sublinha Antoine Prost, antes de ser uma disciplina científica, a história se define como prática social. A questão que se coloca, portanto, é a da dimensão ética desta prática social. Isso impõe passar da cognição intelectual dos objetos para a consciência subjetiva do que realizamos e experimentamos, e, tal como indica o filósofo alemão Karl Jaspers, “não se trata de método de pesquisa, mas de procedimento que leva algo a acontecer em nós”. Atualizar essa problemática significa buscar os sentidos da História como conhecimento para o nosso tempo (KNAUSS, 2008, p. 146).

E, dado que a história continua sendo vencida pelos inimigos, como nos chama a atenção Walter Benjamin (2012, p.12), talvez a função da História hoje, em tempos que o inimigo nos espreita em cada esquina, seja aquela que Koselleck dizia ser a conclusão do escritor Henry Adams, em um de seus livros, “segundo o qual a única coisa que um professor de História poderia esperar, em lugar de instruções sobre como agir, seria, no máximo, instruções sobre como reagir”. (KOSELLECK, 2006, p. 60). Reajamos!

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. Regimes de Historicidade: como se alimentar de narrativas temporais através do ensino de História. In: GABRIEL, Carmen; MONTEIRO, Ana Maria; MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim. **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de História**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 21-42.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN,

Walter. **O anjo da História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. p. 7-20.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Escrita da História e Ensino da História: tensões e paradoxos. *In*: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **A escrita da história escolar**. Memória e Historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 35-50.

KNAUSS, Paulo. Uma história para o nosso tempo: historiografia como fato moral. **Revista História Unisinos**, Vol. 12, Nº 2, São Leopoldo, RS: maio/agosto de 2008. p. 140-147.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

WHITE, Hayden. **El contenido de la forma**. Narrativa, discurso y representación histórica. Barcelona: Ediciones Paidós, 1992.

Formação dos professores de história

os desafios de uma profissão em processo de reinvenção

Margarida Maria Dias de Oliveira¹

PANDEMIA E ENSINO DE HISTÓRIA: NOVOS DESAFIOS

O texto que se segue foi minha contribuição à Mesa-redonda intitulada “Formação docente, currículo e didática da História: usos do passado para uma história presente”.

Como em minha fala, na oportunidade do evento, não posso iniciar este registro da minha participação sem antes me solidarizar com todas as famílias que estão enlutadas por entes perdidos com a pandemia do covid-19 e com as pessoas, famílias, comunidades e povos que têm sofrido de forma mais brutal as consequências das crises sanitária, econômica e institucional que vivemos.

¹ Margarida Maria Dias de Oliveira possui graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (1988), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (1994) e doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2003). Tem experiência na área de História, com ênfase em Teoria da História e Metodologia do Ensino de História, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino de história, livros didáticos de História, formação de professores, historiografia, memória e patrimônio cultural (histórico). Atualmente é professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Foi representante de História na Comissão Técnica do PNLN nas avaliações de 2007, 2008, 2010, 2011, 2013 e 2014. É coordenadora da Coleção Ensino de História da EDUFRN que conta, atualmente, com sete volumes.

A necessidade de externar a minha solidariedade não é uma questão formal, mas a assunção de que não devemos nos escusar de refletir sobre o que vivenciamos. Não como um posicionamento por tal ou qual corrente historiográfica ou teórica, mas pela obrigação ética e política de professores de história serem agentes do seu tempo. Voltarei a essa questão mais à frente.

Agradeço a organização do evento pela manutenção da programação e todo o cuidado nos preparativos e congratulo-me com o colega Kleiton Moraes e a querida professora Ana Carla Sabino, que comigo compuseram a atividade.

Quando essa mesa-redonda foi organizada para compor a programação do VI Seminário Internacional História e Historiografia, pensávamos em discutir os desafios, que já são muito antigos, para a renovação do ensino de História, mas que se mantêm, até certo ponto, irresolutos ou só minimamente enfrentados por ações pontuais, projetos específicos, algumas ilhas de diferenças nesse mar em que tem vencido a tradição.

Com a pandemia que vivenciamos causada pelo COVID-19 e todas as consequências desse fato para as relações na escola e de como estamos experimentando as tarefas e atividades que envolvem o ensino-aprendizagem, impôs-nos a necessidade de enfrentar de forma ainda mais veemente a questão que nos movia.

Portanto, o que levei aos assistentes no evento e trago agora aos leitores é a sistematização de questionamentos proporcionados, inicialmente pelas pesquisas que fiz ou acompanhei ao longo das três últimas décadas, adensados pela leitura do tempo que vivenciamos. Como se trata de um texto que expressa a minha participação no evento e se fundamenta em pesquisas e vivências, tomei a liberdade de usar como referências bibliográficas meus próprios textos, de colegas de trabalho em quem me apoio e em referências teóricas já utilizadas em outros escritos.

É LEGÍTIMO QUESTIONAR O ENSINO DE HISTÓRIA?

São reiteradas as alusões em sociedades e tempos diferentes sobre os questionamentos ao ensino de História. Há sempre uma citação de um professor, memória de um estudante, questionamento de uma criança ou reclamação de um pai ou gestor que incide sobre o porquê de se estudar História? Qual a validade dessa disciplina ou ciência? Por que a manutenção do ensino de História? No que ela se relaciona com nossa vida prática? (FREITAS, 2010).

Por outro lado, também em sociedades e tempos diferentes houve e há propostas e experiências vivenciadas sobre um ensino de História no qual os alunos, principalmente, veem significado para suas vidas – isso não quer dizer necessariamente aplicabilidade imediata – e, por isso, não o questionam. Por sua vez, professores também se sentem cumprindo seus objetivos, cumprindo sua obrigação, satisfeitos profissionalmente (NEVES, 2011). Mas, como disse, são exceções que confirmam a regra.

Qualquer conteúdo ensinado nas instituições escolares pode e deve ser questionado sobre suas funções, validade e modos de se apresentar. Contudo, o que nos move a fazer a pergunta no título deste item é, como uma prática social, como Prost (2012) chama à atenção, pode se distanciar tanto da sua expressão acadêmica ao ponto de não ser (re)conhecida pela sociedade que a criou? Ou, dito de outra forma, por que o ensino de História é tão questionado na escola, mas a referência aos fatos chamados históricos, as práticas narrativas que estão no âmago da História, a curiosidade por vestígios de todos os tipos que são a base para as fontes de escrita da História é valorizada em muitos jocos, séries televisivas, filmes, entre outros?

Nesse sentido é que defendo a necessidade de partirmos deste momento de crise para que possamos construir o novo ou, na pior das hipóteses, com os resultados das pesquisas já conhecidos, tentar

diagnosticar o que nos imobiliza para uma verdadeira renovação do ensino de História.

O que nos incomoda é, portanto, sendo os questionamentos antigos e as propostas de modificação também: quais os motivos para manutenção dessa situação?

PROFESSORES DE HISTÓRIA: É PRECISO LER NOSSA EXPERIÊNCIA NO TEMPO

Nos meses de abril e maio de 2020, começou a se constituir, como forma de diálogo durante a pandemia, o fenômeno das *lives*. Diante da impossibilidade dos encontros presenciais foram se organizando e, depois, popularizando-se as conferências, palestras, debates, apresentações de trabalhos realizados em plataformas digitais.

Muitos profissionais chamaram a atenção sobre o caráter democrático desses eventos digitais, pois, de outra forma, seria impossível ter acesso a tantos profissionais de renome e especializados na área. No entanto, mais uma vez, apesar da nova tecnologia e formato, uma abordagem tradicional dos profissionais de História foi constante: recomendar o estudo da História olhando, exclusivamente, para o passado. No caso, retornar ao passado e ver as outras experiências de epidemias e pandemias vivenciadas pelas sociedades ou como estas tratavam as relações saúde e doença.

Observei, como uma força da tradição, que os estudiosos, em vez de proporem que os pesquisadores e professores de História observassem o seu tempo, se voltavam ao passado. Sobretudo quando se recomendavam estratégias e atividades para sala de aula, mais uma vez recaía na recomendação: “vamos ver outras experiências similares ou diferentes que tivemos sobre fenômenos semelhantes”.

Itamar Freitas, em um dos seus escritos, prescrutando dados, afirma que nos currículos de graduações em História:

Os séculos XX e XXI preenchem, aproximadamente, 25% da carga horária total, enquanto os demais 75% são distribuídos entre os clássicos períodos históricos em vigor no Brasil: pré-história (10%), antiga (5%), medieval (9%), moderna (26%), contemporânea centrada no século XIX (15%) e contemporânea e tempo presente centradas nos séculos XX e XXI (25,3%). Evidentemente, consideramos os dados relativos ao currículo prescrito, e uma análise sobre o currículo praticado pode indicar resultado bem diferente (para mais ou para menos). Contudo, é ainda possível interrogar: será que podemos dizer que as novas abordagens, objetos e problemas que temos importado nos últimos 30 anos teriam provocado algum abalo no tão criticado quadripartidarismo “francês”? (FREITAS, 2017 p. 409).

Talvez, este seja um dos motivos para que os professores de História se sintam tão pouco à vontade para, em um momento histórico como o que estamos vivenciando, construírem estratégias para que seus alunos se vejam, efetivamente, como sujeitos históricos e aprendam que os instrumentos utilizados para elaboração do conhecimento histórico acadêmico nos servem para leitura da sociedade por meio da sua historicidade.

Assim, como já apontado em Oliveira e Freitas (2013), a naturalização dos conteúdos históricos da educação básica nos leva ao equívoco de perceber a formação dos professores centrada na ideia de que ensinar História é, exclusivamente, simplificar o conteúdo aprendido na universidade. Assim, não trabalham com o perfil do profissional a se formar, mas restringem o ensino-aprendizagem na graduação nas disciplinas específicas ao estudo dos conteúdos históricos e historiográficos. Por sua vez, pouco estabelecem ou não efetivam diálogo com as chamadas disciplinas pedagógicas.

O principal problema advindo dessa tradição é que não se renovam as estratégias de ensino na universidade, estas se mantêm centralizadas na oralidade. A chamada metodologia ativa se restringe à leitura e interpretação de textos, e o que se chama debates destes se restringe a repetir, com outras palavras, o que disse o autor do texto ou opinar sobre discordâncias, mas sem nenhuma sistemática para construir por meio de argumentos, informações etc. Infelizmente, fundamentam apenas em opiniões pessoais (OLIVEIRA; SOUZA, 2017).

O espaço da sala de aula, para ser vivenciado como espaço de construção de conhecimento, precisa ser assim cultivado. Por isso, esperar-se-ia que os cursos de História usassem a pesquisa em sala para a formação dos profissionais da área para que estudantes entendessem e desenvolvessem a construção do conhecimento histórico, sua especificidade e como esta produção fundamenta o ensino e outras atuações dos profissionais de História.

Exercitando a pesquisa e construindo conhecimento em sala, as discussões sobre a atuação profissional, sobretudo o ensino, no caso das Licenciaturas, suas conexões com as teorias pedagógicas, com a psicologia da aprendizagem, com a legislação educacional, com as prescrições curriculares, entre outros, seriam compreendidos se se pautasse a integralidade das ações de docentes, e não a perceber, apenas, como uma transmissão de informações.

Se o professor em formação, no exercício docente, não discute essas questões e não visualiza a importância desses conhecimentos no planejamento, execução na sala de aula e avaliação, como ele planejará a partir do contexto do seu aluno e, portanto, atenderá a um ensino-aprendizagem significativo?

É necessário apontar que parte da formação de professores e de ideias cristalizadas que aí permanecem para ressaltar que a compreensão das imbricações dos saberes das chamadas disciplinas específicas e disciplinas pedagógicas, além do entendimento dos as-

pectos globais que constituem a profissão docente, são fundantes para a renovação efetiva das práticas educativas (OLIVEIRA, 2011).

Aponto, dessa forma, a absoluta urgência de uma reflexão não hierarquizada dos papéis da universidade e da escola para ser possível perceber o quanto as instituições escolares e seus agentes diretos têm demandado por mudanças, e quanto a academia tem se mantido, paradoxalmente, imóvel, apesar de consumidora e divulgadora de teorias educacionais e historiográficas renovadas.

Atinar que, para além do tempo de execução da aula, o docente precisa planejar e avaliar seu próprio trabalho e se os discentes alcançaram os objetivos propostos. Se o professor não tem tempo para o planejamento dos seus trabalhos em sala de aula e, nele, incluir os objetivos de aprendizagem, como poderá elaborar o ensino para além de acessar informações, exclusivamente? Se o professor não conhece o público com o qual trabalha, seja nos aspectos individuais, sejam nas dimensões coletivas, como poderá planejar de forma coerente e significativa? Como saberá construir instrumentos para esse reconhecimento?

Urge, portanto, modificar efetivamente a formação de professores. Para isso, continua sendo fundamental responder: para que, afinal, se ensina e aprende História?

A NECESSIDADE DE OS ALUNOS APRENDEREM A LER O TEMPO

A definição sobre o que se ensina é uma decisão política, marcada pelo tempo e pelos agentes em disputa. O que pode ser acusado de truísmo, infelizmente, durante os debates da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por exemplo, mais uma vez foi tratada como uma eleição por critérios assépticos de quaisquer posicionamentos políticos (OLIVEIRA; FREITAS, 2018).

Se mantivermos o ensino-aprendizagem de História na educação básica e a formação de professores como eles vêm acontecendo desde suas instituições oficiais nos séculos XIX e XX, respectivamente no Brasil, continuaremos distantes de atender a sociedade que nos demanda. E este questionamento pode chegar a não justificar mais o ensino de História.

Pode parecer catastrófico, mas a História como uma prática social ocorre independente da escola. A sociedade acessa as informações históricas de muitas formas e as utiliza como lhe provém. Articular formação de professores, escola e o ensino dos componentes curriculares não é apenas uma forma de manter empregos, é uma disputa para continuar considerando um campo de conhecimento servindo a uma prática social.

Os desafios trazidos pela pandemia em relação ao ensino, como o ensino remoto, híbrido, a necessidade de o professor repensar suas estratégias, podem parecer novos por conta da falta da relação pessoal, mas pelo menos em um aspecto essa situação escancarou uma necessidade que era antiga e que, se não for enfrentada agora, pode resultar em uma ruptura da sociedade com a escola: o sujeito que aprende precisa ser pensado no planejamento.

O fim da escola não é o conteúdo. Conteúdo é o meio, meio de se relacionar, meio de interagir, meio de formar o cidadão, e o cidadão continua sem a resposta: para que se estuda história? Não devemos continuar agindo como se o objetivo final do ensino de História fosse apreender informações que estão disponíveis nos livros enciclopédias, revistas de divulgação científica, almanaques, sejam todos eles físicos ou digitais.

Embora o ensino-aprendizagem de História só se cumpra com a construção de uma narrativa, esta nem é única, nem desprovida de interesses. Perceber que a forma como a relação com o tempo e o

espaço nos informa e o quanto modificamos essas relações é a forma de usarmos a historicidade para ler as sociedades. Todas elas.

Por isso, para tornar nossa educação inclusiva, coerente com as demandas das sociedades que vivemos, é preciso ser letrado, é preciso saber usar as várias formas de se comunicar, é preciso ter acesso à cultura digital e é preciso ler o tempo.

Excluir a população e juvenil dessa capacidade ou deixá-las aprenderem essa prática social sem a contribuição à construção metodizada do conhecimento histórico pode ser mais que prejudicial, podemos criar gerações que não saibam como construir o futuro.

REFERÊNCIAS

FREITAS, Itamar. **Fundamentos teórico-metodológicos para o ensino de História** (Anos iniciais). 1. ed. São Cristóvão: Editora da UFS, 2010. v. 1. 272p.

NEVES, Joana. **O ensino vocacional em São Paulo: Renovação educacional como um desafio político**. 2011. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **O direito ao passado: uma discussão necessária à formação do profissional em história**. 1. ed. Aracaju: Editora-UFS, 2011. 302p.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de ; FREITAS, Itamar. Desafios da formação inicial para a docência em história. **Revista História Hoje**, v. 1, p. 131-147, 2013.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; FREITAS, Itamar . Base Nacional Curricular Comum: Caminhos percorridos, desafios a enfrentar. *In*: CAVALCANTI, Erinaldo; ARAÚJO, Raimundo Inácio Souza; CABRAL, Geovanni Gomes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. (Org.). **História: demandas e desafios do tempo presente**. 1ed.: EDUFMA, 2018, v., p. 49-.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; SOUZA, W. O. O PIBID e o espaço escolar como formadores de professores de história: os desafios para a junção teoria e prática. *In*: SÁ JÚNIOR, Laurécio de Araújo; RIBEIRO, Cynara

Teixeira; GONÇALVES, Marta Aparecida Garcia. (Org.). **Compartilhando saberes na construção da docência no PIBID/UFRN**. 1ed.: EDUFRN, 2017, v., p. 108-128.

PROST, Antoine. **Doze lições de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.



Este livro foi composto em fonte Minion Pro,
em e-book formato pdf, com 224 páginas
Dezembro de 2020

Realização



Apoio



ISBN 978-658742970-0

